



# RELATÓRIO E CONTAS – 2023

BANCO YETU, SA  
TRADIÇÃO E INOVAÇÃO

## ÍNDICE

<b>1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>2. ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIOS .....</b>	<b>5</b>
<b>3. RESUMO DA ACTIVIDADE DO MANDATO .....</b>	<b>6</b>
<b>4. CONTRIBUTO DO BANCO NA ECONOMIA DO PAÍS .....</b>	<b>24</b>
<b>5. PRINCIPAIS INDICADORES .....</b>	<b>26</b>
<b>6. PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA 2024 .....</b>	<b>27</b>
<b>7. PERFIL INSTITUCIONAL .....</b>	<b>29</b>
<b>8. CONTEXTO ECONÓMICO .....</b>	<b>40</b>
<b>9. GESTÃO DO RISCO .....</b>	<b>47</b>
<b>10. CAPITAL HUMANO .....</b>	<b>56</b>
<b>11. GESTÃO DE LIQUIDEZ.....</b>	<b>59</b>
<b>12. COMERCIAL .....</b>	<b>62</b>
<b>13. COMPLIANCE .....</b>	<b>66</b>
<b>14. CONTROLO CAMBIAL – OPERAÇÕES SOBRE O ESTRANGEIRO .....</b>	<b>69</b>
<b>15. CANAIS DIRECTOS.....</b>	<b>70</b>
<b>16. COMUNICAÇÃO E MARKETING .....</b>	<b>71</b>
<b>17. TECNOLOGIAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO.....</b>	<b>79</b>
<b>18. SEGURANÇA ELECTRÓNICA.....</b>	<b>80</b>
<b>19. ANÁLISE FINANCEIRA .....</b>	<b>82</b>
<b>20. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>89</b>
<b>21. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>90</b>
<b>22. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>91</b>
<b>23. PARECER DO CONSELHO FISCAL.....</b>	<b>197</b>
<b>24. PARECER DO AUDITOR EXTERNO.....</b>	<b>199</b>

## 1. Mensagem do Conselho de Administração

O ano de 2023 foi marcado por vários desafios que se reflectiram num contexto macroeconómico adverso, relativamente ao ano transato.

No contexto internacional, o ano foi caracterizado pela volatilidade nos mercados financeiros, mudanças nas políticas comerciais e desafios relacionados aos principais conflitos militares, designadamente entre a Rússia e a Ucrânia e entre Israel e o Grupo Hamas tendo o crescimento do PIB desacelerado, quer na perspectiva internacional (-0,4% para 3,1%), como na nacional (-2,6% para 0,4%), segundos os relatos do FMI e do Executivo angolano, respectivamente.

Com isso, a globalização e inter-conexão dos mercados financeiros exigiram uma gestão prudente, por parte das instituições financeiras, tendo o Banco YETU executado, com relativo sucesso, um conjunto de acções que lhe permitiram criar estabilidade e rentabilidade, mantendo a confiança dos *stakeholders*.

No âmbito do Plano Estratégico 2022–2025, em curso, a execução avançou para 65%, sendo que várias iniciativas se encontram concluídas. A implementação deste importante instrumento de gestão estratégica trouxe um conjunto de resultados bastante positivos, com destaque para a melhoria na oferta de produtos, no atendimento ao cliente, na eficiência dos nossos canais remotos e na transformação digital.

Apesar da conjuntura económica menos favorável, o Banco YETU aumentou o seu compromisso com o financiamento à economia e com a melhoria da oferta de produtos e serviços bancários para os seus clientes. O *stock* da carteira de créditos a Clientes fixou-se nos Kz 31 mil milhões, representando um aumento de 68%, face a exercício ao anterior. Este crescimento é sobretudo explicado pelo forte incremento do crédito ao investimento (+661% para Kz 22 mil milhões) bem como do financiamento às famílias angolanas (+25% para Kz 1,7 mil milhões).

Para responder à forte demanda por numerário, colocámos em funcionamento dois novos centros de ATM na província do Cuando-Cubango, concretamente, na Siderúrgica do Cuchi e no Instituto Superior Privado de Menongue.

No segmento da banca digital, criámos a Unidade de Gestão da Banca Remota, para em tempo real respondermos às necessidades dos nossos clientes, emitimos 6.502 novos contratos de *Internet Banking*, o que se reflectiu num aumento dos volumes transaccionados em mais de 100%. Destacamos, de igual forma, a nova funcionalidade da nossa App NetYETU (Mobile/Home Banking), que permite a solicitação de operações sobre o estrangeiro para os nossos Clientes particulares, a criação do *Onboarding* digital para a abertura de conta bancária, a implementação dos processos de Transferências Instantâneas, a desmaterialização de PIN (*Personal Identification Number*) e a implementação das mensagens financeiras no novo formato ISO20022.

Relativamente à oferta de produtos e serviços, em 2023, o Banco reafirmou o seu compromisso com a sustentabilidade e responsabilidade social. Neste sentido, o Banco YETU foi pioneiro na criação da primeira solução (privada) de inclusão financeira no mercado de capitais destinada a pequenos aforradores, com o fraccionamento de Obrigações do Tesouro (OT). Esta iniciativa visa permitir que qualquer angolano possa investir com um valor mínimo de apenas Kz 100,00. O instrumento foi desenvolvido durante cerca de 2 anos tendo

envolvido vários participantes do mercado incluindo a autoridade tributária, o regulador, bem como a Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, a quem deixamos uma nota de agradecimento.

O número de clientes manteve o ritmo de crescimento semelhante ao do exercício anterior, tendo em 2023 alcançado o total de 64 515, representando um incremento de 36%, dos quais 60 156 estão afectos aos particulares e 4 359 às empresas.

Em 2023, o activo do Banco observou a tendência de crescimento pelo terceiro ano consecutivo, fixando-se nos 28%, que equivale a Kz 174 mil milhões. O *stock* de recursos de Clientes cresceu de igual forma, tendo-se verificado um aumento de 50%, que equivale a Kz 119 mil milhões. Já os capitais próprios, evoluíram em 6%, reflectindo um incremento de Kz 1,7 mil milhões, comparativamente ao exercício anterior.

A rentabilidade manteve-se entre os mais cimeiros da praça, tendo o Resultado Líquido do Exercício se fixado nos Kz 7,7 mil milhões, com um retorno sobre o capital próprio (ROE) de 23%. No final do ano em questão, os níveis de solvabilidade (37%) permaneceram confortáveis, face às exigências regulamentares, incluindo as margens de conservação estabelecidas no último SREP (*Supervisory Review and Evaluation Process*).

Relativamente ao desenvolvimento das pessoas, o quadro de colaboradores beneficiou de um total de 3 mil horas de formação em que destacamos o programa e certificações em Banca numa parceria com a renomada Moody's Analytics assim como as várias accções formativas ligadas à segurança cibernética com inclusão da *Security e A+, Hacking Forensic Investigator* e outras certificações internacionais.

Ciente do crescente risco cibernético no mercado local, desenvolvemos um plano de Segurança Cibernética 2023/2025, aonde foram definidas iniciativas para o aprimoramento no modelo de Gestão Cibernética.

Ao projectarmos o ano de 2024, estamos optimistas em relação às perspectivas, pois continuaremos a fortalecer o nosso papel como parceiros confiáveis dos nossos Clientes, mantendo o compromisso com a integridade, a criatividade e a consistência. Quanto aos desafios económicos e sociais, reafirmamos a nossa missão de colaborar no desenvolvimento de Angola, por via do financiamento e capacitação dos Clientes e Parceiros.

Agradecemos a confiança dos nossos Accionistas, Clientes, Colaboradores e Parceiros, que são elementos fundamentais para o sucesso do Banco YETU. Juntos, construiremos um futuro financeiramente próspero e socialmente responsável.

---

Abrahão Gourgel

**Presidente  
do Conselho de Administração**

---

Mário Gavião

**Presidente  
da Comissão Executiva**

## 2. Estratégia e Modelo de Negócios

Em 2023 o Banco YETU deu continuidade à implementação das Iniciativas Estratégicas definidas no seu ambicioso Plano Estratégico para o horizonte temporal 2022-2025 (PE 22-25).

O PE 22-25 contempla 28 Iniciativas Estratégicas distribuídas por 5 Pilares de actuação estratégica, nomeadamente: Modelo de Serviço, Inovação da Oferta, Cultura e Desenvolvimento de Pessoas, e Organização e *Governance*.

As 28 Iniciativas Estratégicas assentam em 4 Eixos que têm norteado a implementação do plano, nomeadamente:

**Figura 1 – Eixos do Plano Estratégico 2022-2025**



Foram concluídas 12 das 28 iniciativas definidas no PE 22-25, apresentando este um grau de execução de 53%.

O Banco tem vindo a monitorizar os *Key Performance Indicator* (KPI) e os Objectivos Estratégicos definidos até ao final do exercício de 2025.

Através deste exercício, tem sido possível quantificar e qualificar um conjunto de conquistas e resultados já alcançados, resultantes tanto no âmbito das actividades da fase de definição das iniciativas, como as relacionadas com a fase da efectiva operacionalização.

A jornada de implementação do plano em 2023 foi reforçada pelos seguintes marcos:

1. Reforço da comunicação sobre a execução do Programa junto dos Colaboradores; e
2. Identificação e implementação de melhorias na plataforma tecnológica de acompanhamento e monitorização do Programa.
3. Conclusão de um conjunto de iniciativas

### 3. Resumo da Actividade do Mandato

A apresentação das contas referentes ao exercício económico de 2023 marca o final do mandato do actual Conselho de Administração (CA), eleito para o último triénio conforme os Estatutos do Banco YETU, S.A., deste modo destacamos a seguir os principais marcos que entendemos relevantes, na medida em que evidenciam a *performance* dos gestores traduzido na sua capacidade para gerar valor acrescido aos *stakeholders do Banco* ao longo da vigência do mandato em questão.

O exercício do mandato decorreu durante o período de Abril de 2021 a Dezembro de 2023, tendo sido a maioria dos membros do Conselho de Administração eleitos em Abril de 2021. Durante este tempo, vivenciámos um ambiente de negócios marcado substancialmente por um elevado nível de incertezas, quer nas vertentes política e económica, quer na regulamentar.

Na perspectiva política, destacamos duas legislaturas com o último pleito eleitoral realizado na segunda metade de 2022. Consequentemente, formou-se um novo Governo, que ao longo do tempo em referência permitiu que se registassem alterações nas lideranças de várias pastas do Executivo, com impacto relevante na saúde financeira das empresas e famílias angolanas.

Na esfera macro-económica, o PIB (Produto Interno Bruto) nacional manteve-se positivo, porém, com uma forte tendência para incerteza. De acordo com o FMI (Fundo Monetário Internacional), a taxa de crescimento do PIB de Angola fixou-se em 1,2%, 3% e 1,3% para 2021, 2022 e 2023 respectivamente. Por outro lado, o resultado das Políticas Monetária e Fiscal, concedeu durante o tempo em questão um comportamento semelhante ao do PIB (incerto), sendo que, o contexto mais positivo foi verificado em 2022, com a redução da inflação homóloga fixada em cerca de 13,83% (-13 p.p. face ao ano anterior), apreciação da taxa de câmbio para USD/ Kz 504 (6 p.p. face ao ano anterior), redução do rácio do *stock* da dívida sobre o PIB para 70% (-18 p.p. face ao ano anterior) e o aumento da despesa pública para Kz 12 mil milhões (+39% face ao ano anterior).

No entanto, o exercício de 2023 registou uma evolução adversa nas principais variáveis macro-económicas, derivando o crescimento do PIB no recuo de 2,6% para 0,4%, a aceleração da inflação de 13,86% para 20,01%, a depreciação do Kwanza em cerca de 65% e o *stock* da dívida sobre o PIB que voltou a acelerar para 84%.

Ao nível do quadro regulamentar da Banca angolana destacamos, igualmente, alterações estruturantes para o negócio, com destaque para a publicação da Lei n.º 14/21, de 19 de Maio – Lei do Regime Geral das Instituições Financeiras; a Lei n.º 24/21, de 18 de Outubro – Lei do Banco Nacional de Angola, o Instrutivo N.º. 01/2021, de 02 de Fevereiro, sobre Taxa de Custódia Aplicável às Reservas Livres depositadas no Banco Nacional de Angola (revogado em Novembro 2023); e o Aviso N.º 01/2022, de 28 de Janeiro sobre o Código do Governo Societário das Instituições Financeiras Bancárias, entre outras.

#### Plano Estratégico

Diante deste contexto desafiante, o Conselho de Administração do Banco YETU, S.A. manteve o foco em implementar estratégias de crescimento sustentável de modo a permitir

a expansão das operações de forma responsável e garantir uma base sólida para o futuro. Assim sendo, no exercício de 2022, deu arranque à implementação do Plano Estratégico 2022-2025 tendo obtido um grau de execução acima dos 65%, ao que destacamos que das 28 iniciativas do Plano, 12 estão integralmente concluídas com destaque para:

- Pilar do **Modelo de Serviço** – a implementação da estratégia de captação de Clientes de sectores chaves, a criação e operacionalização da área de Dinamização Comercial, a expansão da rede física, a evolução de modelo de serviços não presenciais, bem como da Banca remota.
- Pilar de **Inovação da oferta** – foi efectivada a revisão e optimização do Preçário do Banco assim como a diversificação da oferta de cartões, que, actualmente o Banco tem no seu portfolio de oferta para os seus Clientes mais 3 tipologias de cartões, nomeadamente, o Mastercard Platinum Crédito e Mastercard Platinum Pré-Pago e o Cartão de Crédito Multicaixa, sendo certo que anteriormente a oferta estava limitada ao Cartão de Débito Multicaixa.
- Pilar **Digital** – foi implementado o Plano Estratégico dos Sistemas de Informação (PESI), aprimorada a jornada de abertura de conta, bem como do *Call Center* para a realização de operações bancárias.
- **Pilar da Cultura e Desenvolvimento de Pessoas** – foi desenhado e implementado o programa transversal de formações, o modelo de objectivos e avaliação de desempenho dos colaboradores e se procedeu também à avaliação e optimização do dimensionamento dos colaboradores para 19 unidades de negócio de modo a permitir uma melhor análise e garantir que os recursos estejam a ser utilizados da forma mais eficiente possível para atingir os objectivos estratégicos do Banco.
- Pilar **Organização e Governance** – procedeu-se ao reforço da rede de correspondentes bancários internacionais, desenvolveu-se e implementou-se uma estratégia de comunicação interna e externa.

No cômputo geral, os objectivos estratégicos foram alcançados ou estão muito próximo da sua conclusão, as métricas atinentes à satisfação do Cliente e Colaboradores passarão a ser

contabilizadas a partir do segundo semestre de 2024, visto que os investimentos para aquisição de ferramentas para monitorização se encontram em curso.

**Quadro 1:** Objectivos Estratégicos

<b>Objectivos Estratégicos</b>	<b>2021 Ponto de Partida</b>	<b>Dez. 2022 Realizado</b>	<b>Dez.2023 Realizado</b>	<b>Dez.2025 Objectivo PE -</b>
<b>VOLUME DE DEPÓSITOS</b> (em mil milhões de Kz)	<b>34</b>	<b>79</b>	<b>119</b>	<b>182</b>
<b>RÁCIO DE CLIENTES FIDELIZADOS</b>	<i>n.d.</i>	<i>n.d.</i>	<b>10%</b>	<b>20%</b>
<b>GRAU DE SATISFAÇÃO DE CLIENTES</b> ( <i>Net Promoter Score</i> )	<i>n.d.</i>	<i>n.d.</i>	<i>n.a.</i>	<b>35</b>
<b>RETURN ON AVERAGE EQUITY</b>	<b>53%</b>	<b>53%</b>	<b>26%</b>	<b>22%</b>
<b>COST-TO-INCOME</b>	<b>41%</b>	<b>40%</b>	<b>62%</b>	<b>43%</b>
<b>GRAU DE SATISFAÇÃO DE COLABORADORES</b> (Estudo do Índice de Clima)	<i>n.d.</i>	<i>n.d.</i>	<i>n.a.</i>	<b>65%</b>
<b>TAXA DE CONCRETIZAÇÃO DO PLANO DE FORMAÇÃO</b>	<i>n.d.</i>	<i>n.d.</i>	<b>94%</b>	<b>80%</b>
<b>RÁCIO DE OPERAÇÕES REALIZADAS EM CANAIS DIGITAIS</b>	<i>n.d.</i>	<i>n.d.</i>	<b>45%</b>	<b>30%</b>
<b>RÁCIO DE CLIENTES DIGITAIS ACTIVOS</b>	<i>n.d.</i>	<b>1%</b>	<b>43%</b>	<b>30%</b>

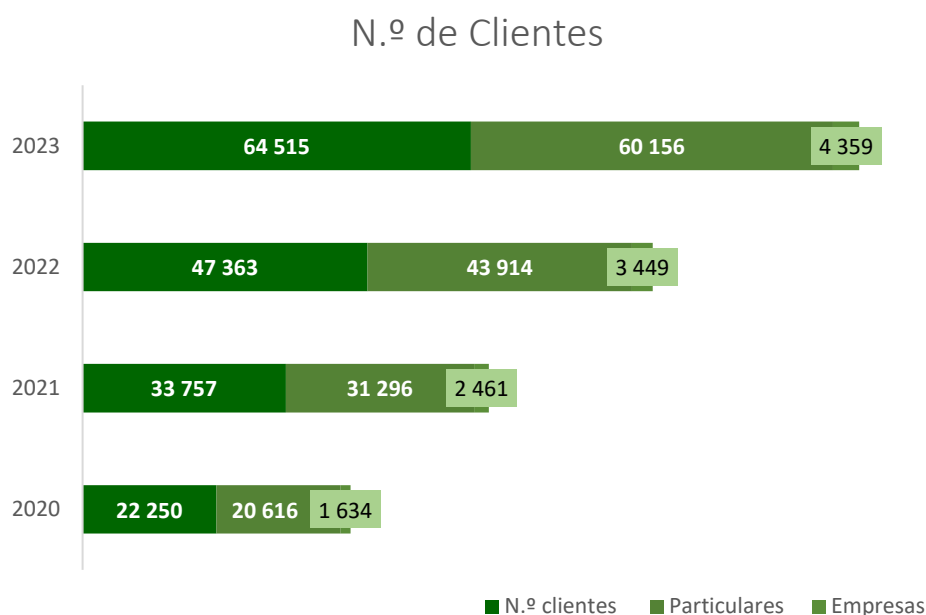
Não obstante a elevada *performance*, o grau de execução do Plano Estratégico foi significativamente afectado pela contracção dos resultados e o elevado rácio do imobilizado regulamentar, sendo relevante a recalendarização de todas as iniciativas com forte pendore



tecnológico pois, de contrário, o número de iniciativas e objectivos concluídos teria sido mais elevado.

### O negócio

Durante o exercício, o número de Clientes cresceu 190%, estando actualmente em torno de 64,5 mil reflectindo um crescimento de mais 42 mil clientes.



O número de canais de distribuição cresceu de 6 para 19 incluindo Agências e Centros de ATM.

O *stock* de ATMs activos em todo país cresceu para 75, um aumento de 103% (+38%) face a 2020.

O número de TPAs cresceu de 246 para 2 051, reflectindo um aumento de + 1 458.

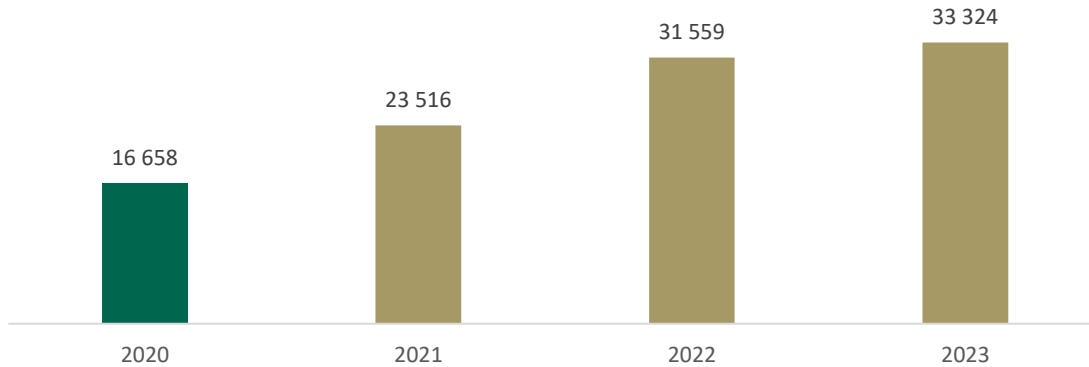
O *stock* de cartões activos também aumentou significativamente em cerca de +410% passando para 45,5 mil (versus 9,5 mil em 2020).

**O número de Bancos correspondentes aumentou em 67% (+ 6) para os actuais 9**, situados em geografias distintas (Egipto, Cabo Verde, Emiratos Árabe Unidos, Itália, Turquia e Portugal).

### Desempenho financeiro

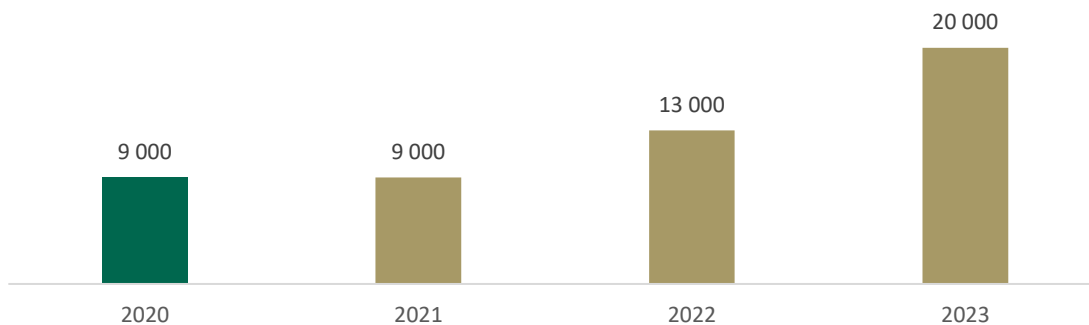
No consulado do CA, os Accionistas tiveram um aumento dos seus capitais próprios em 99% ao evoluir de Kz 16,6 mil milhões em 2020 para Kz 33,3 mil milhões no final de 2023.

## Capitais Próprios (milhões Kz)



Este crescimento também se verificou ao nível do capital social sugerido pelo CA e aceite pelos Accionistas, proporcionando ao longo do tempo registado um crescimento de 122% para Kz 20 mil milhões em 2023, cumprindo e ultrapassando a exigência regulamentar.

## Capital Social (milhões Kz)

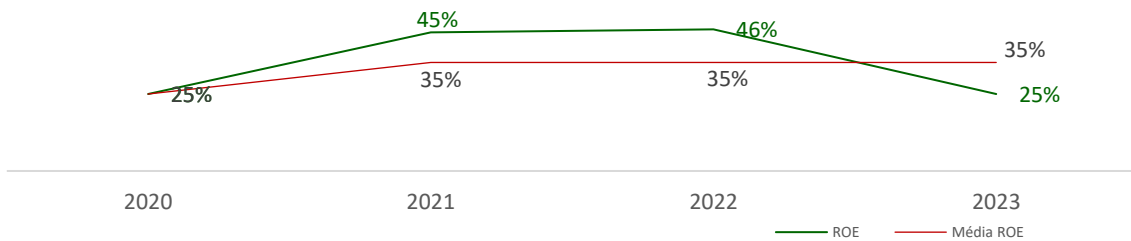


A rentabilidade dos capitais próprios (ROE) foi um dos indicadores onde a *performance* do Banco YETU mais se destacou em todo o mercado. De acordo com os relatórios da Deloitte (Banca em Análise) publicados até à data, o Banco YETU teve a terceira maior rentabilidade dos capitais próprios 2021 (versus 7.º em 2020) e a segunda maior em 2022. Este indicador fixou-se em 23% em 2023 reflectindo a alteração do modelo de negócio, com maior foco no negócio *core* face à contracção do negócio cambial. Por outro lado, a forte aposta nos

investimentos para adequação da Nova Sede do Banco, assim como o reforço do parque informático estiveram na base da desaceleração da rentabilidade, como um todo.

No entanto, em média, o ROE situou-se sempre acima da taxa média de inflação do triénio (20,3%).

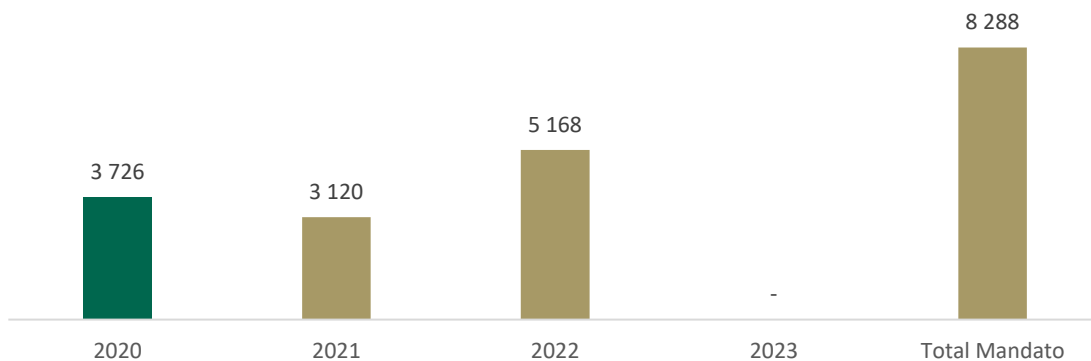
### Evolução do ROE



### Dividendos distribuídos

Neste mandato, a Administração distribuiu dividendos aos Accionistas num total de Kz 8,2 mil milhões (~USD 16 milhões).

### Dividendos (milhões Kz)

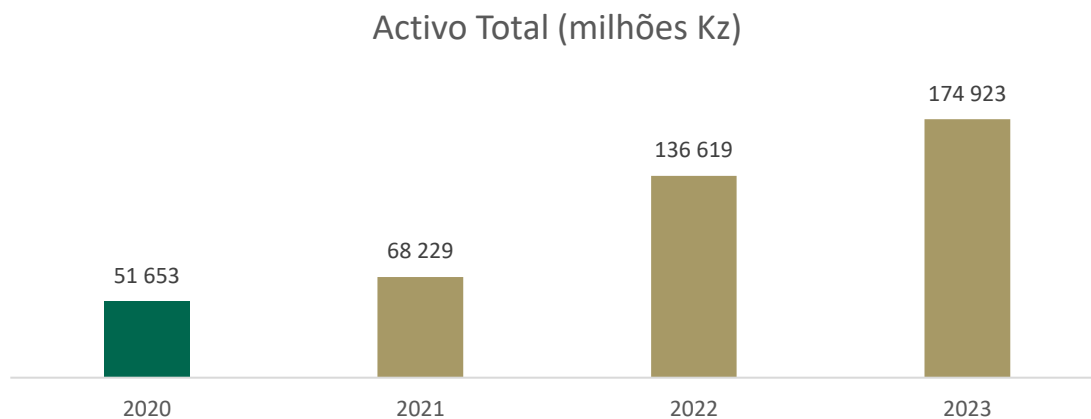


Ainda durante o triénio, o CA obteve o nível mais elevado de eficiência do mercado, no que concerne à rentabilização dos activos sob sua gestão, tendo o Banco registado a taxa mais alta de rentabilidade dos activos (ROA) liderando em 2021 com valores em torno de 17,7%

e 2022 em torno de 14,1%, segundo os relatórios da Deloitte, porém, com a contracção dos resultados em 2023, este indicador fixou-se em 4%.

### Balanco patrimonial

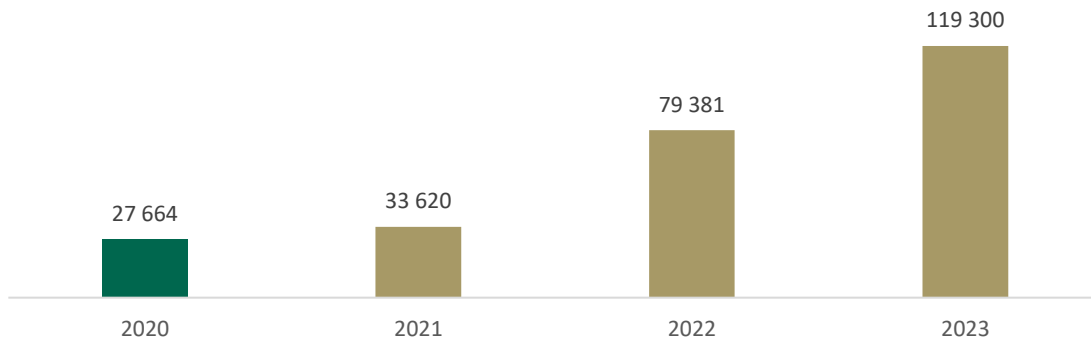
O activo total cresceu cerca de 237% em 3 anos, transitando de Kz 51 mil milhões em 2020 para Kz 174 mil milhões em 2023.



De igual modo, o *stock* de depósitos aumentou mais de 3 vezes (331%) ao longo do tempo, evidenciando a elevação constante da confiança dos Clientes na marca YETU. Os recursos

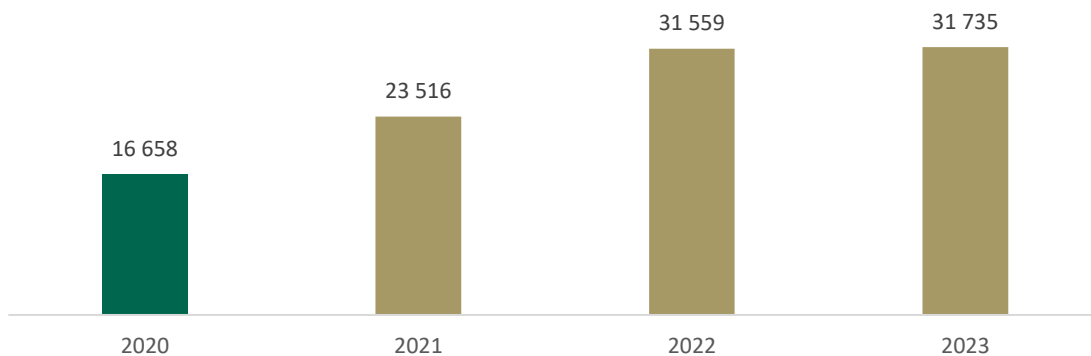
de Clientes evoluíram de Kz 27,6 mil milhões em 2020 para Kz 119,2 mil milhões no final do presente mandato.

Total de Recursos de Clientes (milhões Kz)



Concomitantemente, *stock* da carteira de crédito cresceu em 91% no final do mandato tendo-se fixado em Kz 31,7 mil milhões.

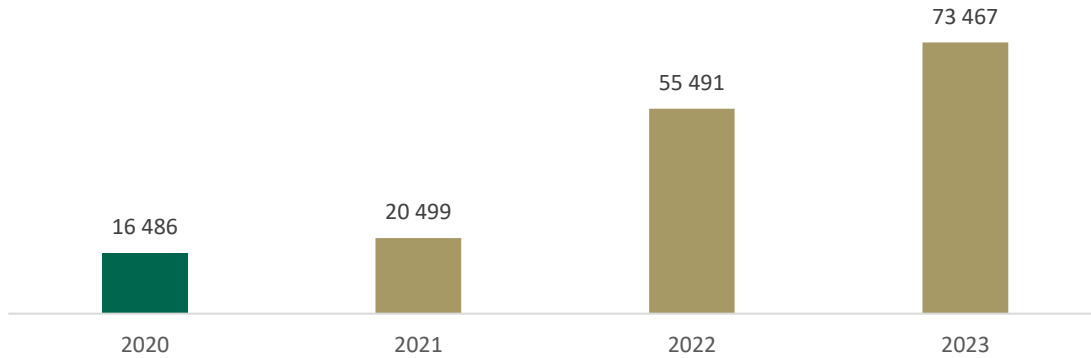
Crédito Total (milhões Kz)



Assim como os Títulos e Valores mobiliários, que ao terem sido a principal aposta do CA no asseguramento da sustentabilidade e rentabilidade do negócio *core*, observaram o *stock* da

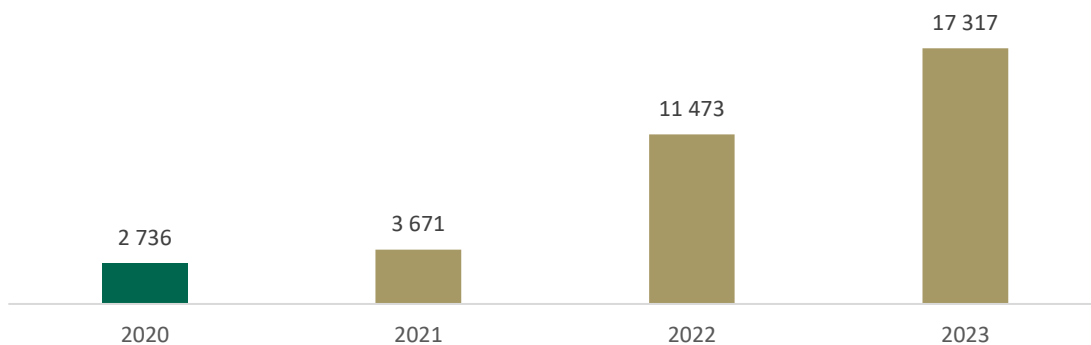
sua carteira com crescimentos de Kz 16,4 mil milhões em 2020 para Kz 73,4 mil milhões e no final de 2023 reflectindo um aumento de cerca 345%.

### Títulos e Valores Mobiliários (milhões Kz)



Mais de Kz 32 mil milhões foram investidos em activos não financeiros ao longo do mandato, dos quais destacamos:

### Investimentos Realizados (milhões Kz)



- A aquisição, adequação e apetrecho do novo edifício sede do Banco com capacidade para albergar todos os Serviços Centrais que actualmente se encontram acomodados em múltiplas localizações;
- Construção de uma nova casa-forte com extensão da Tesouraria Central para responder às exigências do crescimento do negócio;
- A edificação de 13 canais físicos de distribuição incluindo Agências e Centros de ATM;
- A compra de 3 Servidores IBM Power10 *Scale Out* (2023 *release*) e 1 Servidor IBM Power9 para aprimorar a *performance* dos serviços e sistemas, permitindo maior capacidade para salvaguardar a sustentabilidade e o crescimento do negócio;
- A aquisição de *Storages* IBM para aumento da capacidade de armazenamento dos dados registados em ambientes de produção e *disaster recovery*;

- A implementação e desenvolvimento de *softwares* diversos incluindo uma ferramenta de *Business Intelligence* (B.I.), para aprimorar o controlo sobre a informação de gestão e uma aplicação para gestão e acompanhamento do Plano Estratégico;
- A aquisição e implementação de 38 ATMs e 1 458 TPA (activos) que se reflectiu no aumento do *stock* para 75 ATMs e 2051 TPAs activos. Foram adicionalmente adquiridas as duas primeiras máquinas de depósitos automáticos;
- Implementação da aplicação (CTB400) para os registos contabilísticos que melhorou significativamente os tempos de resposta na geração dos reportes regulamentares, entre outras mais valias significativas a nível do controlo de gestão;
- Substituição do parque de computadores das agências e serviços centrais.

### Tecnologia e Inovação

Até 2021, o Banco operava com sistemas tecnológicos implementados em 2015. De forma a garantir a resiliência e a evolução dos sistemas de informação do Banco, conjugado com as principais linhas definidas no plano estratégico, foi desenvolvido o Plano Estratégico de Sistemas de Informação (PESI) desenhado com o objectivo de dar resposta às temáticas da arquitectura tecnológica futura, suporte ao negócio, modelo operativo de tecnologia de informação e a criação de *roadmaps* de transformação, propiciando ao Banco preparação para responder aos desafios actuais e futuros.

Adicionalmente, foi feita uma avaliação da arquitectura tecnológica, de maneira que fossem identificados os actuais pontos de falha nos sistemas informáticos. Consequentemente implementamos uma infra-estrutura de *Corebanking*, sistemas distribuídos, comunicações

e segurança moderna, ajustada aos crescentes riscos cibernéticos e à continuidade de negócio.

A nova estrutura de *Corebanking* contempla 2 servidores IBM Power10 *Scale Out* para o ambiente de produção, utilizando a tecnologia *PowerHA* para replicação, como para o ambiente de *Disaster Recovery* (um *IBM Power10 scale out* e outro *IBM Power 9*).

Foi ainda criado o Gabinete de Segurança Electrónica (GSE) no sentido de reforçar o ambiente de segurança lógica nos seguintes pilares:

- Governo – Definição de estruturas, responsabilidades e autoridades para a segurança da Informação;
- Pessoas – Formação dos colaboradores e alocação de recursos especializados para alavancar as iniciativas de segurança do Banco;
- Processos – Definição, revisão e apoio na operacionalização de processos de Segurança da Informação;
- Tecnologias – Aconselhamento sobre as tecnologias de Segurança da Informação que melhor se enquadram às necessidades e capacidades do Banco.

Inovação e principais projectos implementados:

- Certificação da Gateway de Pagamentos Online;
- Implementação do GPI Tracker – Mecanismo para o rastreio de operações sobre o estrangeiro em tempo real;
- Implementação do P2P no Multicaixa Express;
- Emissão de Cartões Pré-pago Multicaixa;
- Emissão de Cartões de crédito Multicaixa;
- Emissão de Cartões Pré-pago;
- Emissão de Cartões de crédito;
- Implementação do Card Protector;
- Instalação de Máquina para personalizar Cartões;
- Instalação de Máquina de Depósitos (2 Balcões);
- Projecto de desmaterialização do PIN;
- Implementação do módulo de Controlo de Descobertos;
- Desenvolvimentos na plataforma Net YETU (home banking):
  - Transferências internacionais-OPE Net YETU;
  - Inserção do KWIK para transferências instantâneas;
  - Implementação do Menu cartões;
  - Inserção de Operações sobre o Estrangeiro;



- Inserção de OPEs no NetYETU (c/ suporte documental).
- Workflow de acompanhamento de operações incluindo abertura de conta, pedidos de crédito, cartões, NetYETU e TPAs;
- Criação de títulos fraccionados – um instrumento do mercado de capitais destinado a pequenos aforradores;
- Desenvolvimento da Plataforma de operações bancárias destinada ao sector de Oil & Gas/ Sector Diamantífero;
- Módulo DPs Taxas Crescentes;
- Nova Imagem Cartões Multicaixa.

### Gestão de risco e Compliance

No período do mandato, desenvolveram-se inúmeras acções de reforço e aprimoramento do ambiente de controlo sobre os quais destacamos as seguintes:

- Sobre a Gestão de risco:
  - A adequação dos sistemas de informação face ao novo pacote regulamentar para responder às novas especificações técnicas definidas pelo regulador;
  - A implementação da CIRC 3.0 tendo-se ajustado à estrutura do modelo de acordo com as orientações do regulador e de modo a assegurar o efectivo controlo da carteira de crédito a clientes;
  - A realização de diversos Testes de Esforço (*Stress Test*) para medir a robustez da instituição em vários cenários, com a utilização da metodologia “Testes de Esforço Inverso e Análise de Sensibilidade”. Ainda durante o referido periodo do mandato, o Banco realizou o seu primeiro Teste de Esforço Padronizado;
  - O processo de Avaliação do Supervisor (SREP<sup>1</sup>) em que o Banco obteve duas avaliações positivas durante a vigência do mandato. O SREP visou avaliar o capital interno, a liquidez que as Instituições Financeiras Bancárias

---

<sup>1</sup> Supervisory Review and Evaluation Process (SREP)

consideram adequadas para cobrir os níveis de riscos, em função da natureza a que estão ou possam vir a estar expostas;

- A automação do Banka para geração dos reportes regulamentares de risco nos termos do Aviso do BNA n.º 8/2021;
- A elaboração e submissão do relatório sobre a Disciplina de Mercado;
- A automatização do cálculo dos Indicadores de Risco (KRIs<sup>2</sup>);
- A participação na elaboração de Manuais de procedimentos de todas Unidades de Negócio do Banco para a identificação e definição de controlos dos principais riscos associados às operações descritas nos manuais;
- A implementação da Directiva do BNA N.º 05 para adequação do referido Regulamento no Banco;
- A revisão do modelo de imparidade; e
- O desenvolvimento do Framework de Gestão de Risco Operacional incluindo o Risk Register para inventariação dos principais riscos de forma estruturada e catalogada.

### Compliance

Para aprimorar a função do *compliance* em conformidade com a regulamentação e as melhores práticas internacionais, durante o exercício findo aumentámos o número de colaboradores e de formações dadas aos mesmos, melhorámos os sistemas e foram

---

<sup>2</sup> Key Risk Indicators

desenvolvidas acções no sentido de conferir independência à função de *compliance*. Dentre as principais conquistas, destacamos:

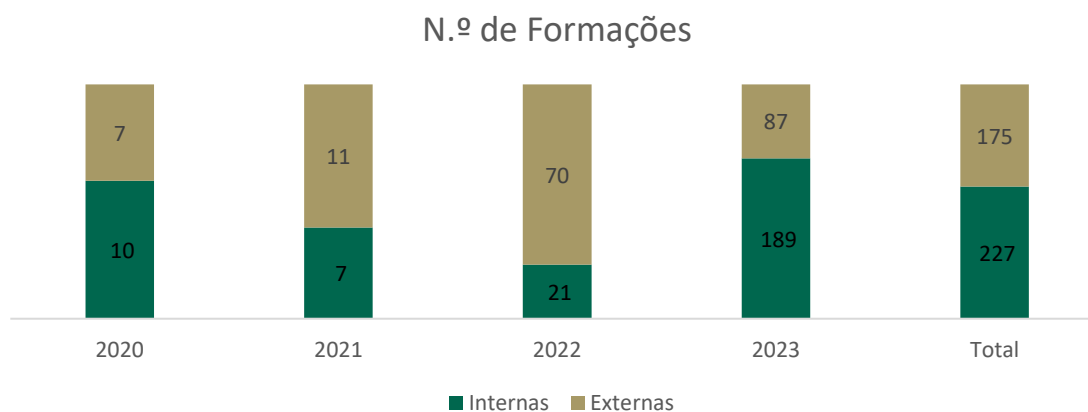
- Implementação da figura dos Agentes de *Compliance* em todos os Balcões;
- Implementação de Listas obrigatórias (ONU, OFAC entre outras) para *screening de Clientes* e de Transacções;
- Actualização das regras existentes no aplicativo de AML, de modo a tornar o processo mais assertivo;
- Reparametrização completa do aplicativo de AML no sentido de responder às exigências actuais;
- Interligação do aplicativo AML com vários outros aplicativos internos;
- Criação (*in-house*) de aplicativos com o objectivo de responder às várias obrigações impostas à função;
- Criação de uma base de dados gerais de registos para todas as tipologias (KYC, KYT e AML);
- Manutenção dos Registos junto das autoridades regulatórias, contrapartes e correspondentes;
- Elaboração da Matriz Acessos e Autoridades;
- Elaboração e adequação de Políticas e normativos Internos;
- Intensificação do contacto directo com as diversas autoridades regulatórias (BNA, CMC, APD, PGR entre outras), destacando-se para o efeito o envio de diversa correspondência, para análise conjunta e procedimentos subsequentes.

### Desenvolvimentos das Pessoas

A gestão do capital humano mereceu uma especial atenção do CA sobretudo dos Presidentes do CA e da Comissão Executiva evidenciada nos pilares do Plano Estratégico 2022-2025. Na

vigência do mandato, foram desenvolvidas inúmeras iniciativas para atrair, desenvolver e reter os colaboradores, das quais destacamos:

- A criação do Manual da Cultura e o de Acolhimento aos novos Colaboradores do Banco;
- A elaboração da política bem como do plano de formação para todos os colaboradores;
- Desenvolvimento do modelo de gestão de carreiras e implementação de um *software* de Gestão de carreiras;
- Elaboração do Qualificador de Funções do Banco e respectiva homologação junto do MAPTESS;
- Realização da 1.<sup>a</sup> avaliação de desempenho efectuada no 2.º semestre de 2021 e que se mantém até hoje e a implementação de um *software* de avaliação de desempenho acessível a todos os colaboradores do Banco;
- Criação de vários subprocessos de cariz social e de apoio ao Colaborador incluindo o subsídio de funeral e a facilidade de crédito denominada Ponte Salário;
- A implementação de uma tabela salarial ajustada às funções e aos níveis salariais definidos, de modo a assegurar a equidade salarial para todo o Banco;
- Elaboração de Políticas, Manuais e Normativos de gestão do Capital humano;
- Implementação de atribuição de prémios e incentivos para as áreas comerciais incluindo o respectivo *software* para gestão dos mesmos;
- Desenvolvimento de testes de aptidões e de conhecimentos aplicados nos processos de recrutamento e selecção;
- A realização de exames de medicina ocupacional (obrigatórios por lei) – Admissionais e periódicos;
- Homologação dos Contratos de Trabalho dos Colaboradores desde a abertura do Banco;
- Criação de um pacote de formações especializadas e certificadas em parceria com a conceituada Moody's Analytics;
- Formações internas ministradas por formadores internos sobre necessidades de formação identificadas *on job*;
- Para o período em questão foram ministradas mais 385 formações.



### Organização e Governance

De modo a assegurar as melhores práticas no processo de tomada de decisão bem como, um melhor funcionamento do Banco, face à expectativa de evolução do negócio, o CA instituiu e reestruturou vários Órgãos Colegiais e Unidades de Negócio para monitorar e deliberar sobre os fenómenos da actividade e garantir a eficaz resposta às necessidades dos *stakeholders* na perspectiva do negócio, suporte e controlo.

Deste modo, foram criados Órgãos, nomeadamente:

- Conselho Superior;
- Comité de Auditoria;
- Comissão de Tecnologias da Informação e Inovação;
- Comissão de Gestão Liquidez;
- Comissão de Gestão de Compras;
- Comissão de Produtos.

Unidades de Negócio/ PMO criadas:

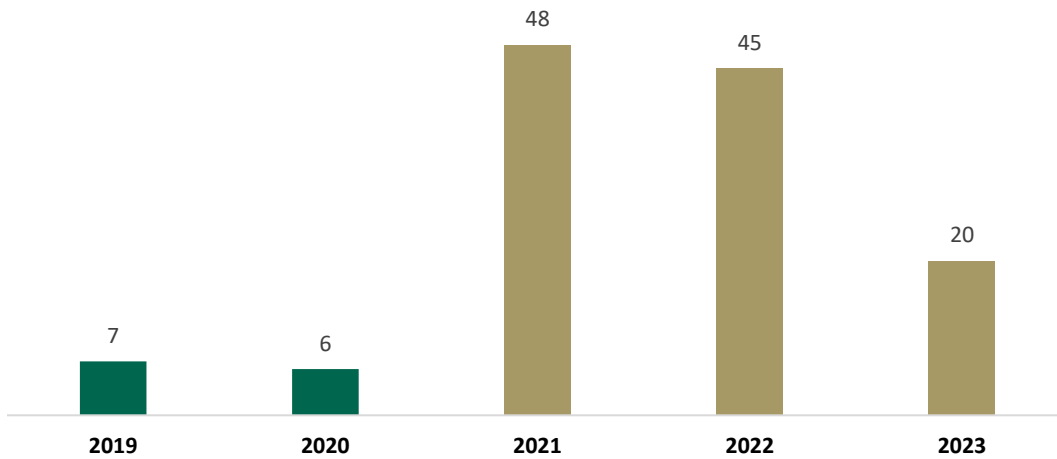
- Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão;
- Direcção de Tesouraria Central;
- Gabinete de Dinamização Comercial;
- *Project Management Office* (PMO) do Programa de Implementação do Plano Estratégico;
- Gabinete de Segurança Electrónica (GSE).

### Formalização dos Processos e Políticas

O Banco iniciou o seu percurso na formalização dos processos e políticas apenas em 2019, tendo registado um total de 7 e 9, respectivamente. Já durante o actual mandato do CA, e visando colocar o Banco em linha com as melhores práticas do mercado, observou-se um

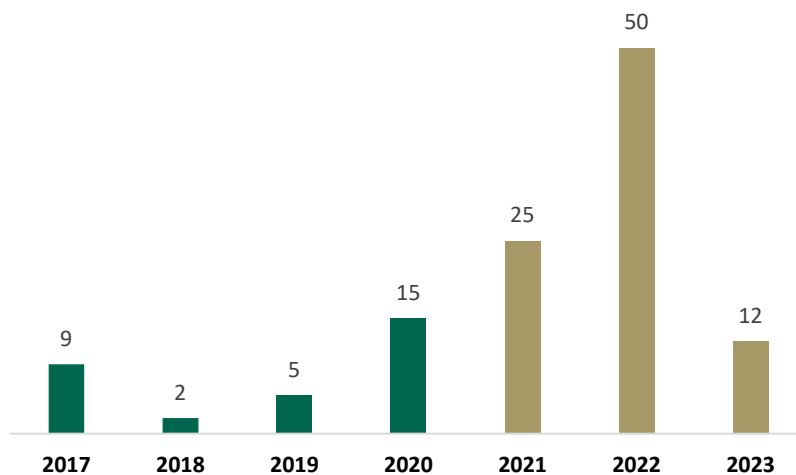
aumento exponencial, atingindo no seu primeiro ano o maior número (48) e ir ascendendo até ao total de 126 processos.

Figura 2 – Processos



De igual modo, foram criadas várias políticas para nortear as decisões sobre as diversas matérias atinentes ao negócio. Para o efeito, durante o mandato o CA aprovou 118 Políticas, representando cerca de 53% sobre o total das Políticas existentes no Banco.

Figura 3 – Políticas



Em suma, foi com grande satisfação que o Conselho de Administração desempenhou as suas funções, tendo num contexto extremamente adverso e num cenário económico volátil

conseguido alcançar resultados positivos, manter uma posição financeira robusta, registar um crescimento estável das receitas e lucros, fortalecer e expandir a marca YETU.

Priorizamos o crescimento sustentável em todas as nossas iniciativas, buscando expandir a actividade de forma responsável e alinhada com nossos valores, princípios éticos e boas práticas da indústria financeira, de modo a possibilitar acompanhar as mudanças de cariz nacional e internacional.

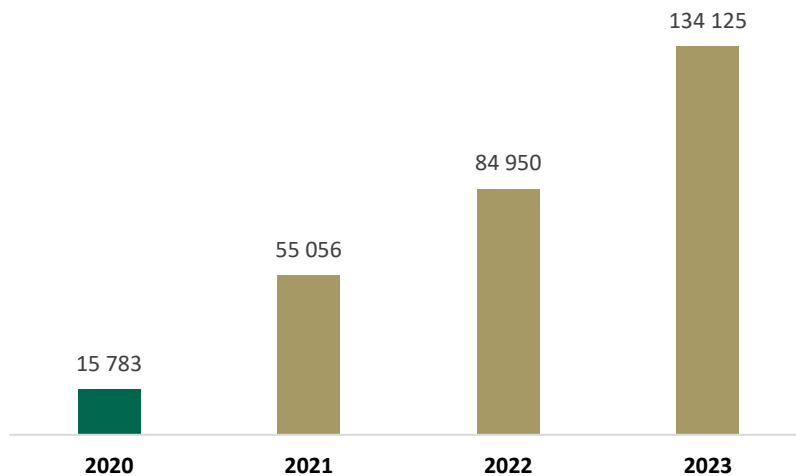
Não menos importante e reconhecendo o compromisso com a responsabilidade social e ambiental sempre foi uma prioridade destacamos a adesão ao Pacto Global, apoiamos comunidades desfavorecidas sendo reservado um valor do nosso orçamento para o efeito, demonstrando nosso compromisso com a sociedade em geral.

Valorizamos profundamente o relacionamento com nossos Accionistas e destacamos aqui que foi mantido um veículo de comunicação transparente e aberto em todos os momentos, trabalhamos para garantir que os interesses dos Accionistas fossem adequadamente representados e que suas preocupações e sugestões fossem ouvidas e consideradas.

#### 4. Contributo do Banco na Economia do País

No decorrer do exercício de 2023, o Banco YETU continuou a apostar no financiamento à economia nacional tendo desembolsado um montante que ascendeu aos Kz 134 mil milhões. Este financiamento foi direccionado maioritariamente às médias empresas, representando um peso sobre o total de 57%, seguido das grandes empresas que observaram 37% e o restante peso afecto às entidades individuais.

Figura 4 – Evolução do crédito a Clientes desembolsados

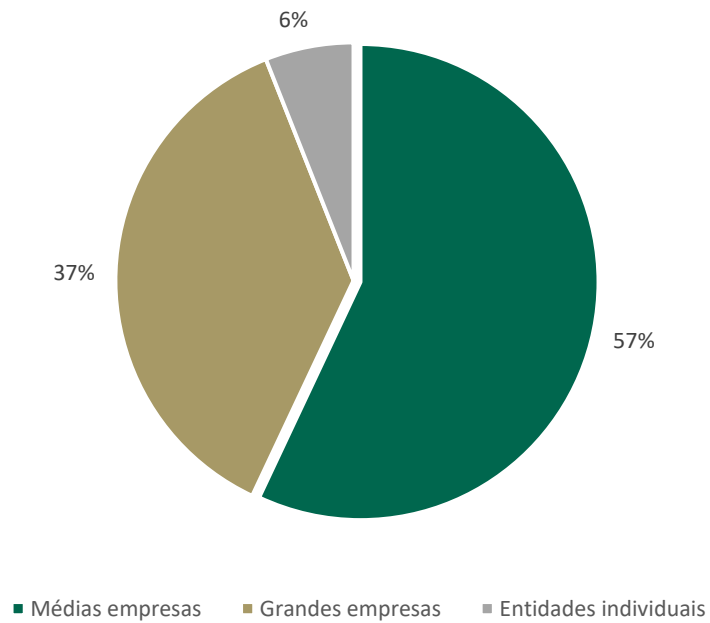


Não obstante os notórios constrangimentos da actividade creditícia no mercado local, o Banco YETU reiterou o seu compromisso para incremento da sua intervenção com bastante realce, registando como principais beneficiários Clientes afectos aos sectores da indústria



transformadora, alimentar e plástica; exploração mineira; sector de construção civil, assim como o sector do comércio a retalho e materiais diversos.

Figura 5 – Créditos a Clientes por segmento



## 5. Principais Indicadores

Figura 6 – Principais Indicadores (Dez/23 – Dez/22)

Montantes expressos em milhares de Kz (excepto os destacados com *)	dez/23	dez/22	Variações dez-23	
			Abs	%
Balanço	174 922 781	136 618 985	38 303 796	28%
Créditos a clientes	31 734 590	18 916 793	12 817 797	68%
Depósitos	119 282 250	79 380 581	39 901 669	50%
Capital próprio	33 324 112	31 559 055	1 765 057	6%
Proveitos de juros	13 162 004	9 745 708	3 416 296	35%
Margem financeira	7 669 857	7 058 375	611 482	9%
Outros resultados de exploração	(1 191 938)	(743 158)	(448 780)	60%
Produto bancário	25 367 149	34 027 826	(8 660 677)	-25%
Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações	(691 401)	(121 487)	(569 914)	469%
Custos operacionais	(16 830 804)	(14 016 867)	(2 813 937)	20%
Resultado antes dos impostos	7 741 436	19 722 593	(11 981 157)	-61%
Resultado líquido	7 741 436	14 485 975	(6 744 539)	-47%
Capital social	20 000 000	13 000 000	7 000 000	54%
N.º de acções	20 000	13 000	7 000	54%
<b>Operacional</b>				
N.º de colaboradores (*)	264	272	(8)	-3%
N.º de balcões (*)	19	14	5	36%
<b>N.º de clientes (*)</b>	<b>64 515</b>	<b>47 363</b>	<b>17 152</b>	<b>36%</b>
Particulares (*)	60 156	43 914	16 242	37%
Empresariais (*)	4 359	3 449	910	26%
ATMs activas(*)	75	63	12	19%
TPA activos (*)	2 051	1 615	436	27%
Cartões multicaixas activos (*)	45 447	26 912	18 535	69%
(%) Grau de eficiência	66,3%	41,2%	25 p.p.	-
<b>Gestão de fundos</b>				
(%) Rácio de transformação	26,6%	23,8%	3 p.p.	-
(%) Rácio depósitos/ activo	68,2%	58,1%	10 p.p.	-
<b>Rentabilidade</b>				
(%) Retorno s/ capital - ROE	23,2%	45,9%	-23 p.p.	-
(%) Retorno s/ activo - ROA	4,4%	10,6%	-6 p.p.	-
(%) Retorno s/ a média do capital - ROAE	27,2%	63,1%	-36 p.p.	-
(%) Retorno s/ a média do activo - ROAA	6,4%	16,2%	-10 p.p.	-
<b>Qualidade dos créditos a clientes</b>				
(%) Créditos em incumprimento (+90 dias)	1 261 311	397 803	863 508	217%
(%) Rácio créditos mal-parados	4,0%	2,1%	2 p.p.	-
(%) Cobertura crédito em incumprimento p/ imparidades	54,8%	30,5%	24 p.p.	-
(%) Crédito/ activo	18,1%	13,8%	4 p.p.	-
(%) Depósitos/ Activo	68,2%	58,1%	10 p.p.	-
<b>Adequação do capital</b>				
(%) Rácio do imobilizado	48,8%	30,3%	19 p.p.	-
Fundos próprios regulamentares	33 811 499	37 937 567	(4 126 068)	-11%
(%) Rácio de solvabilidade regulamentar	37,3%	51,1%	-14 p.p.	-

## 6. Perspectivas e Desafios para 2024

As perspectivas do contexto económico evidenciam incertezas relevantes quer na perspectiva global, quer na nacional.

O FMI indica que, apesar das incertezas, a economia global mostra-se resiliente tendo registado aos impactos do covid-19, da guerra entre a Rússia e a Ucrânia e o seu reflexo no preço das principais *commodities* e do petróleo que pressionou adversamente a inflação sobretudo das economias avançadas.

Para 2024, o PIB mundial deverá registar um crescimento de 2,9% reflectindo uma desaceleração (-0,1 p.p.) face ao ano de 2023. A inflação mundial deverá registar uma contracção em torno dos 5,7% (-1,1 p.p.) resultante da pressão sobre os preços das principais *commodities* e aumentos salariais face ao crescimento do IPC em 2023.

No contexto nacional, O OGE 2024 aponta para um crescimento do PIB de +2,4 p.p. para 2,8%. Porém, estimam-se recuos significativos na produção, bem como no preço do Brent para 1.060 p/ barris por dia (-120) e USD 65 (-10), respectivamente.

O Executivo projecta redução da inflação para 15,6% (-2,2 p.p.). No entanto, o FMI estima um aumento assinalante do índice de preço do consumidor em volta dos 22,3% em 2024.

O *stock* da dívida pública angolana deverá fixar-se em Kz 14 281 mil milhões (+ 58%) com maior ónus para a dívida externa.

Estima-se um saldo global (compromisso) superavitário na ordem dos Kz 13 mil milhões, menos Kz 547 mil milhões, relativamente ao ano anterior.

Como principais eventos com reflexo global, destacam-se directrizes da nova ordem mundial que continuaram a se a posicionar como o principal vector do desenvolvimento económico mundial. O resultado das eleições presidenciais nos Estados Unidos, poderão em 2024 suscitar alterações relevantes às prioridades dos principais actores na geopolítica global.

Em 2023, surgiu uma nova guerra, desta vez com os ataques protagonizados por Israel sobre a Faixa de Gaza, provocando mais feridos e deslocados, se compararmos com o conflito existente entre a Rússia e a Ucrânia. Adicionalmente, ainda neste ano realizou-se a cimeira dos BRICS, os quais afirmaram o seu posicionamento geopolítico e aceitaram a adesão dos Emirados Árabes Unidos e Egipto, o que reforçou ainda mais o impacto mundial do Grupo. Para 2024, o destaque irá para as eleições presidenciais nos EUA, em que se prevê uma disputa acirrada entre o ex-presidente Donald Trump e o presidente cessante Joe Biden.

A evolução da conjuntura macro-económica evidência riscos de várias ordens, com impactos relevantes na situação patrimonial do Banco.

Não obstante a projecção do crescimento do PIB angolano para 2024, a sua forte dependência na componente não petrolífera, poderá resultar num abrandamento ou até mesmo desaceleração da procura agragada bem como e conseqüentemente do Produto Interno Produto.

Os níveis de inflação projectados para o próximo ano, indicam um aumento tácito das taxas de juros que poderão gerar maior incumprimento sobretudo para os Clientes particulares do Banco.

A expectativa de redução das Reservas Internacionais Líquidas (RIL), das receitas petrolíferas e do saldo para balança corrente, poderá traduzir-se na manutenção dos níveis de divisas no mercado, bem como a desvalorização do Kwanza face as principais moedas fortes (USD e EUR).

Por outro lado, a projecção do M2 indica um aumento claro do stock de depósitos da Banca, portanto, o Banco YETU poderá aprimorar as suas estratégias de aumento da carteira de depósitos e assim melhorar os níveis de rentabilidade.

No geral, as tendências mostram uma expectativa adversa ao desempenho da economia, pelo que, o Banco deverá posicionar-se no sentido de explorar as oportunidades que agregam valor sem aumento/ alteração do seu perfil de risco.

## 7. Perfil Institucional

### Quem Somos

O Banco YETU, SA, é uma Instituição Financeira angolana, de capitais privados, constituída em Junho de 2014, com início da actividade no dia 18 de Setembro de 2015.

O Banco YETU é uma instituição de cariz comercial com actuação fundamental nos segmentos de *corporate* e *private banking*, sem descurar o envolvimento em algumas áreas da banca de retalho, com o objectivo de participar em iniciativas do Governo Angolano.

### Missão

**“Ser uma plataforma de serviços financeiros inclusiva, servindo as necessidades dos particulares, pequenos, médios e grandes negócios em Angola com distinção, tradição e inovação.”**

- A Missão reflecte a razão de ser da existência do Banco YETU.
- Ao fazer referência à plataforma de serviços financeiros a missão foca-se no facto do YETU ser um facilitador da resolução das necessidades dos seus Clientes.
- O Banco YETU, mais do que um local físico onde o cliente se possa dirigir, é uma estrutura multicanal onde, através das tecnologias o Cliente pode ter acesso a todos os produtos e serviços onde quer que esteja.
- O Banco YETU pretende prestar um serviço de “Banco no bolso”.
- O Banco YETU quer ser um Banco na mão do Cliente, estar mais perto do Cliente, em qualquer parte do mundo.
- As pessoas e os negócios querem soluções rápidas, eficazes e eficientes. O YETU disponibiliza essas soluções, adaptando-se com todo o rigor, confiança e transparência.
- O Banco YETU assume-se como o Banco dos seus Clientes, convicto de que existe com eles e para eles. Por isso, com frequência, diz aos seus Clientes “Somos o seu Banco”.

Paralelamente, e enquanto instituição financeira que desenvolve a sua actividade baseada num quadro de desenvolvimento sustentável e consolidado e de estrito cumprimento das suas obrigações legais e contratuais, o Banco YETU tem por missão prestar um serviço de excelência, antecipando as necessidades do mercado e respondendo-lhes com independência, eficácia, transparência e dedicação, por forma a criar valor para os Clientes, os Colaboradores, os Accionistas e a sociedade em que está inserido.

Deste modo, ciente do seu papel enquanto agente económico, a desempenhar junto da sociedade onde se insere, o Banco YETU tem uma política socioambiental.

## Visão

### “Ser a plataforma de referência em Angola para as soluções financeiras.”

- A Visão expressa de forma muito objectiva o que o Banco YETU quer ser e para onde se quer dirigir.
- O importante é transformar a Visão em realidade, obedecendo sempre aos seus princípios e aos seus valores.
- Ao designar-se como sendo uma referência, o Banco YETU transmite diariamente a confiança aos seus Clientes, sendo uma plataforma transparente, directa e dinâmica.
- O Banco YETU executa e dá resposta.
- O reconhecimento que o Banco YETU pretende obter através dos seus Clientes e no mercado financeiro nacional e internacional advém da celeridade das suas operações e da total disponibilidade para servir os seus Clientes com rigor, ética e transparência.

## Valores

**Integridade**, porque nos permite criar relações de confiança, honestidade e respeito.

**Consistência**, porque possibilita aos Clientes uma melhor planificação.

**Criatividade**, porque nos permite inovar.

**Flexibilidade**, porque nos permite adaptar às exigências do meio envolvente.

## Princípios Orientadores

Tendo em conta a complexidade, estrutura, perfil de risco e o modelo de negócio, o Banco YETU defende 7 (sete) princípios fundamentais:

### **Transparência**

A transparência consiste na disponibilização e acessibilidade de toda a informação do Banco, salvaguardando as regras de confidencialidade. O YETU honra os seus compromissos de partilha de informação com os reguladores e assegura a divulgação da informação internamente, bem como disponibiliza as informações necessárias e elaboradas especificamente para o cliente, como reconhecimento de que todas as informações precisam de ser trabalhadas de forma a serem transmitidas a diferentes intervenientes, de acordo com as normas que regem o sector bancário. A transparência é um Princípio inibidor da corrupção.

### **Responsabilidade**

A responsabilidade implica assumir as consequências dos actos praticados, quer individualmente, quer em nome de um bem maior, que é neste caso o colectivo do Banco YETU.

É uma qualidade intrínseca de cada colaborador do Banco YETU, que sabe e reconhece que as suas acções têm impacto profundo na própria imagem e reputação. Ao desenvolver esta qualidade, o colaborador do Banco YETU tem brio e diligência em todas as suas acções e reconhece os seus pontos de melhoria, desenvolvendo acções para reparar e/ou evitar

actuações menos de acordo com os procedimentos.

### **Respeito**

O respeito é o reconhecimento do valor de cada um e dos direitos dos colaboradores do Banco, dos Clientes e de toda a sociedade na relação de prestação de serviços bancários. O respeito permite a regulação interna do Banco YETU, bem como a interacção com o exterior, pois permite o cumprimento de normas e disposições legais. Por outro lado, o respeito implica reconhecer a individualidade, as necessidades e as motivações das outras pessoas, possibilitando o desenvolvimento de comportamentos de empatia e solidariedade.

### **Confidencialidade**

A confidencialidade é a garantia da guarda das informações partilhadas com o Banco YETU, quer por Clientes internos, quer de Clientes. Consiste em garantir que a informação é acessível apenas a pessoas autorizadas, o que sustenta a confiança no Banco.

### **Segurança**

A segurança permite que todos os que interagem com o Banco YETU sintam que os riscos associados à relação comercial e/ou reguladora ou de parceria estão mitigados ou que existem mecanismos eficazes e adequados para os gerir. No Banco YETU, os colaboradores conhecem os potenciais riscos associados a cada área funcional e todos trabalham em parceria para desenvolver formas de gerir esses riscos. Esta gestão promove a confiança da sociedade no Banco.

### **Agilidade**

A agilidade é a capacidade de cada colaborador ser rápido a dar repostas e/ou a encontrar soluções para todas as situações que se apresentam. Implica celeridade e também capacidade de adaptação a novos contextos e realidades. Pressupõe a capacidade de simplificar os processos para que a experiência emocional dos interlocutores seja mais positiva e benéfica, mantendo o rigor do cumprimento dos procedimentos.

### **Cooperação**

A cooperação significa trabalhar com vista a atingir o sucesso da actividade individual com reflexo no sucesso da actividade dos outros. Na prática, reflecte a entreatajuda e a partilha de informação, ou seja, significa responder com entusiasmo e celeridade às solicitações dos outros, sabendo que este é o sentido da sua actividade. O bem-comum só se atinge com elevado sentido de cooperação.

Por outro lado, a cooperação abrange todos os contributos que os profissionais do Banco YETU dão para ajudar os Clientes a terem as melhores soluções na gestão da sua vida financeira. O trabalho de cada um é uma parcela contributiva para o desenvolvimento dos Clientes e, consequentemente, da economia angolana.

### Estrutura de Capital

Ao registar um aumento de Kz 7 mil milhões, o capital social do Banco YETU passou a ser de Kz 20 mil milhões, representado por 20 milhões de acções, cada uma com o valor nominal de Kz 1 000,00 repartidas por 5 Accionistas e distribuídas da seguinte forma:

Figura 7 – Estrutura Accionista

N.º	Accionistas	N.º de Acções	% de Capital
1	Elias Chimuco	15 192 000	75,96%
2	Margarida Severino	2 070 000	10,35%
3	Deolindo Chimuco	2 070 000	10,35%
4	Francisco Tuta	334 000	1,67%
5	João dos Santos	334 000	1,67%
<b>Total</b>		<b>20 000 000</b>	<b>100%</b>

Figura 8 – Órgãos Sociais





Figura 9 – Composição dos Órgãos Sociais

**Assembleia Geral**

<b>Presidente</b>	Elias Piedoso Chimuco
<b>Vice-Presidente</b>	Margarida Andrade Severino
<b>Secretária</b>	Maria da Graça Nené António Castro

**Conselho Fiscal**

<b>Presidente – Audiconta, Peritos Contabilistas e Contabilistas</b>
<b>Vogal - Osvaldo da Silva Domingos</b>
<b>Vogal – Maria Imaculada Domingos</b>

**Conselho de Administração**

<b>Presidente - Abrahão Pio dos Santos Gourgel</b>
<b>Vice-Presidente - Maria de Fátima Dias Henriques da Silveira</b>
<b>Administrador Executivo - Mário Edison Gourgel Gavião</b>
<b>Administrador Executivo - Agostinho Pires Filipe</b>
<b>Administrador Executivo – Calisto Bernardo dos Santos Ebo</b>
<b>Administrador Executivo – João da Costa Ferreira</b>
<b>Administrador Executivo – Filipe Miguel Fernandes de Berardi</b>
<b>Administrador Não Executivo – Américo Prata Dila Cuvalela</b>
<b>Administrador Independente – Paulo Vladimir Republicano de Lima Viegas</b>

**Comissão Executiva**

<b>Presidente - Mário Edison Gourgel Gavião</b>
<b>Administrador Executivo - Agostinho Pires Filipe</b>
<b>Administrador Executivo – Calisto Bernardo dos Santos Ebo</b>
<b>Administrador Executivo – João da Costa Ferreira</b>
<b>Administrador Executivo – Filipe Miguel Fernandes de Berardi</b>

Figura 10 – Organograma

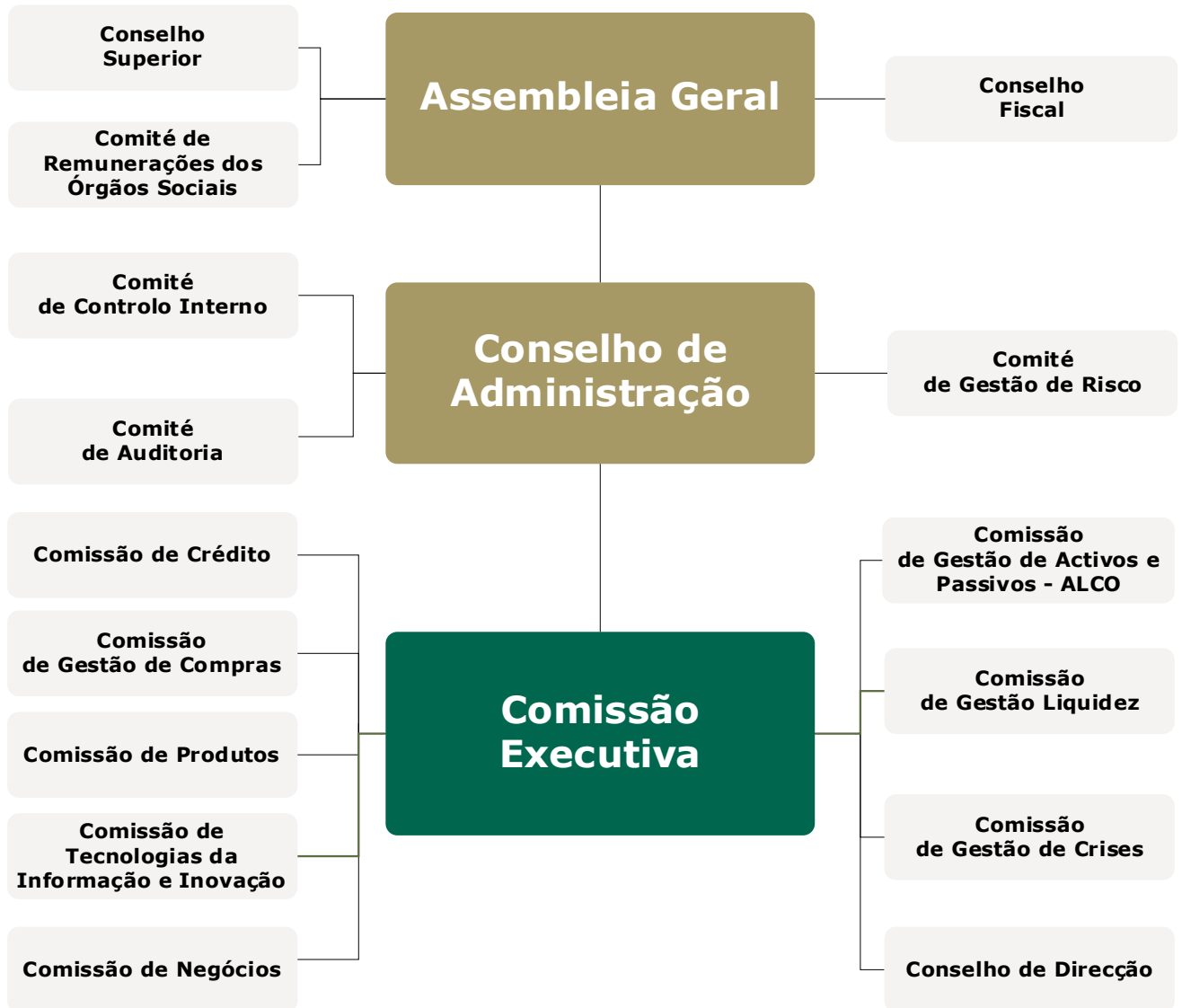
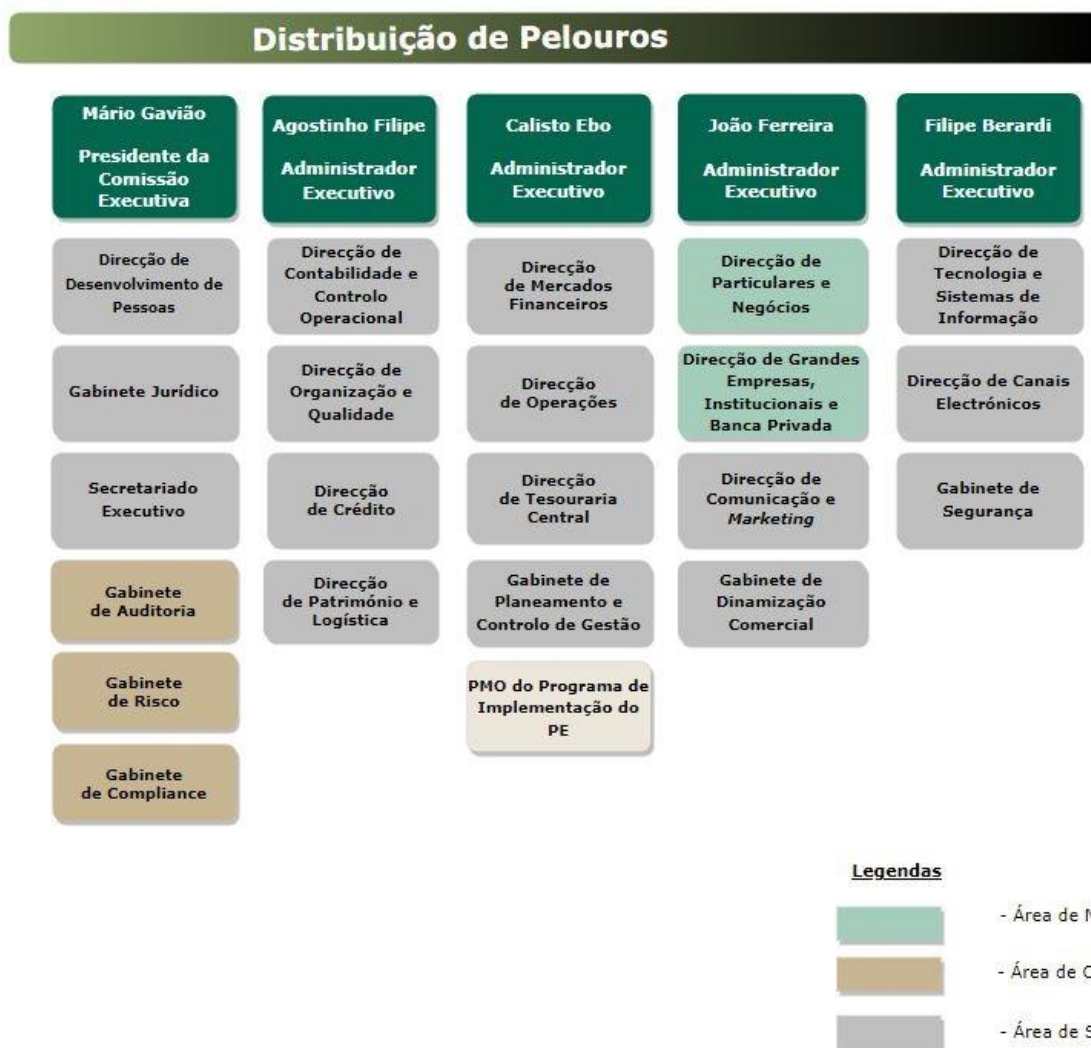


Figura 11 – Distribuição dos Pelouros da Comissão Executiva



### Funções-Chave do Sistema de Controlo Interno

O Conselho de Administração, no âmbito da gestão do sistema de controlo interno, considera importante que este seja eficiente e colabore com o Conselho Fiscal em todas as matérias julgadas necessárias. Desta forma, as decisões de gestão são suportadas com base em informação fiável e com a garantia de que os controlos definidos permitem antecipar e precaver situações adversas que podem comprometer os objectivos do Banco.

Os órgãos envolvidos no sistema de controlo interno e as suas funções fundamentais são os seguintes:

#### Comissão de Controlo Interno

Compete à Comissão de Controlo Interno:

- Assegurar a formalização e operacionalização de um sistema de prestação de informação eficaz e devidamente documentado, incluindo o processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras;

- Supervisionar a formalização e operacionalização das políticas e práticas contabilísticas da instituição;
- Rever todas as informações de cariz financeiro para publicação ou divulgação interna, designadamente as contas anuais da administração;
- Fiscalizar a independência e a eficácia da auditoria interna, aprovar e rever o âmbito e a frequência das suas acções e supervisionar a implementação das medidas correctivas propostas;
- Supervisionar a actuação da função de *compliance*;
- Supervisionar a actividade e a independência dos auditores externos, estabelecendo um canal de comunicação com os objectivos de conhecer as conclusões dos exames efectuados e os relatórios emitidos.

### **Comissão de Gestão de Risco**

Compete à Comissão de Gestão de Risco:

- Supervisionar a implementação da estratégia do risco por parte da instituição;
- Supervisionar a actuação da função de gestão do risco como previsto no Aviso n.º 01/2022, de 28 de Janeiro sobre o sistema de controlo interno;
- Aconselhar o órgão de administração no que respeita à estratégia do risco tomando em consideração:
  - A situação financeira da instituição;
  - A natureza, dimensão e complexidade da sua actividade;
  - A sua capacidade para identificar, avaliar, monitorizar e controlar os riscos;
  - O trabalho realizado pela auditoria externa e pela delegação de competências de acompanhamento do sistema de controlo interno;
  - O facto de que todas as categorias de risco relevantes na instituição, designadamente, os riscos de crédito de mercado, de liquidez, operacional de estratégia e de reputação, tomados na acepção prevista no Aviso n.º 01/2022, de 28 de Janeiro sobre o sistema de controlo interno.

### **Gabinete de Risco**

Compete ao Gabinete de Risco:

- Identificar, medir, monitorizar e reportar os diversos riscos, nomeadamente risco de crédito, risco de mercado e risco operacional de forma integrada e controlar o seu enquadramento nos limites definidos;
- Definir e assegurar as políticas de gestão de risco que estabeleçam orientações globais e específicas;
- Assegurar a implementação das políticas e respectivos procedimentos adoptados para a gestão dos riscos;
- Analisar e propor limites internos de apetite ao risco para os diversos riscos a que o Banco está sujeito;

- Produzir e disponibilizar informação aos Órgãos de Gestão;
- Assegurar a análise de risco prevista no âmbito dos processos de desenvolvimento de novos produtos e no âmbito da aprovação de normativos internos no Banco.
- Desenvolver as metodologias de análise e avaliação risco e monitorizar as políticas de risco, baseadas na concepção de modelos que melhor satisfazem os interesses do Banco;
- Acompanhar a adequação e eficácia do sistema de gestão do risco face à actividade desenvolvida pelo Banco e promover as medidas necessárias à correcção das deficiências detectadas.

### **Gabinete de *Compliance***

Compete ao Gabinete de *Compliance*:

- Garantir a implementação e monitorização de um sistema de prevenção e repressão do fenómeno do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo e Proliferação de Armas de Destrução em Massa;
- Assegurar a identificação, análise e medição dos riscos de *compliance*, no sentido de avaliar a conformidade legal e regulamentar das políticas e procedimentos adoptados pelo Banco para o exercício da actividade incluindo o cumprimento de regras de conduta e de relacionamento com os Clientes ou terceiros;
- Promover a eliminação das lacunas em matéria de *compliance* detectadas nas Normas e Regulamentos do Banco;
- Verificar, previamente, a conformidade, em matéria de *compliance*, dos produtos e instrumentos financeiros, a emitir e/ou comercializar pelo Banco, bem como a respectiva comunicação e publicidade;
- Gerir com diligência as ferramentas informáticas relacionadas com a Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo e Proliferação de Armas de Destrução em Massa;
- Manter actualizada e completa a base de dados dos parceiros do Banco, respeitando as políticas de *Know Your Client* (KYC) em vigor no Banco;
- Elaborar, periodicamente, relatórios sobre as actividades desenvolvidas no âmbito da monitorização das transacções e Clientes para informar a Comissão Executiva;
- Coordenar, estabelecer e garantir a boa execução dos procedimentos em matéria de prevenção ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo e Proliferação de Armas de Destrução em Massa;
- Pesquisar, identificar e/ou analisar, por iniciativa própria ou por indicação das Unidades de Estrutura do Banco as operações susceptíveis de configurar risco de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo e Proliferação de Armas de Destrução em Massa;
- Garantir a representação externa junto das autoridades de supervisão em estreita ligação com as autoridades judiciais e policiais, em matérias de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo e Proliferação de Armas de Destrução em Massa.

### Gabinete de Auditoria Interna

Compete ao Gabinete de Auditoria:

- Conceber, propor, gerir e assegurar a execução do Plano Global de auditoria anual e do plano anual de inspecção;
- Assegurar a monitorização da concretização de medidas correctivas e reportar o sucesso das mesmas;
- Garantir a preparação das actividades de auditoria e recolha das informações necessárias;
- Assegurar a realização das auditorias de inspecção, bem como a elaboração dos relatórios;
- Assegurar o cumprimento dos procedimentos e das normas em vigor;
- Elaborar, em base individual, o Relatório sobre o Sistema de Controlo Interno de Auditoria Interna;
- Garantir a interacção técnica com supervisores, auditores e entidades judiciais, quando aplicável;
- Garantir a monitorização e reporte do estado da aplicação das recomendações.

### Instituição Corporativa, Social e Ambientalmente Responsável (ESG)

Actualmente, os investidores têm apostado os seus recursos financeiros em instituições socialmente responsáveis, sustentáveis e rentáveis, já que consideram que este tipo de instituições está mais bem preparado para enfrentar riscos sociais, ambientais, económicos e gerar valor para os accionistas a longo prazo. A preocupação com critérios de sustentabilidade (Environmental, Social and Corporate Governance – ESG) vai ao encontro da tendência do mercado em que os Clientes/ consumidores apostam cada vez mais em produtos e serviços com impacto positivo no meio ambiente e na sociedade e alinhados com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

A ESG sintetiza-se como sendo uma série de critérios de conduta, que devem ser adoptados pelas instituições para atraírem investidores socialmente conscientes. Nomeadamente:

1. Ambientais: indicam o comportamento da instituição em relação aos problemas ambientais como mudanças climáticas, esgotamento de recursos, tratamento de resíduos e poluição.
2. Sociais: gestão do relacionamento com os seus colaboradores, fornecedores, Clientes e comunidade em que se insere e inclui questões de saúde e segurança.
3. Governança: refere-se a políticas e governança empregues, bem como inclui estratégia tributária, remunerações, liderança institucional, direitos dos sócios e accionistas e, aspectos estruturais ou de corrupção.

### Objectivos de Desenvolvimento Sustentável em Angola

A ONU Angola e os seus parceiros locais estão a trabalhar para atingir os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável. São 17 objectivos interligados que abordam os principais desafios de desenvolvimento enfrentados no país e um pouco por todo o mundo.

Estes objectivos são um apelo global à acção para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade.

Alinhados com a Agenda 2030, e também com o Plano de Desenvolvimento Nacional 20-30, descrevem-se de seguida esses 17 objectivos, para cuja consecução as Nações Unidas estão a contribuir, através das suas agências especializadas, apoiando projectos catalisadores dos ODS.

**Figura 12 – Objectivos de Desenvolvimento Sustentável em Angola**

1	Erradicação da pobreza	10	Indústria, inovação e infra-estrutura
2	Fome zero e agricultura sustentável	11	Redução das desigualdades
3	Saúde e bem-estar	12	Cidades e comunidades sustentáveis
4	Educação de qualidade	13	Consumo e produção responsáveis
5	Igualdade de género	14	Acção contra a mudança global do clima
6	Água e saneamento	15	Vida na água
7	Água e saneamento	16	Paz, justiça e instituições eficazes
8	Energia limpa e acessível	17	Parcerias e meios de implementação
9	Trabalho decente e crescimento económico		

O Banco YETU no decorrer do exercício, tal como no âmbito implementação do plano estratégico 2022-2025, continuou a apostar seriamente na conformação dos seus procedimentos com as práticas ESG, consolidando o desenvolvimento de uma estratégia para o alinhamento das suas políticas e processos aos ODS definidos pela ONU.

Essas políticas e processos levam-nos a asseverar em sectores de actividades mais verdes, desenvolver acções internas de redução do impacto ambiental e criar produtos financeiros verdes, por forma a garantir que as parcerias de negócio sejam realizadas com entidades que se encontram em conformidade com o conceito de desenvolvimento sustentável. Foram também idealizadas formações para habilitarem os Colaboradores do Banco a desempenharem as melhores práticas, enquadrá-las legalmente e manusear o equipamento sempre em concordância com as práticas ESG.

## 8. Contexto económico

### “Um ano carregado de incertezas”

O contexto económico em 2023 foi caracterizados por varias incertezas relativas ao seu desfecho positivo (*soft landing*) ou negativo (*hard landing*) face sobretudo as elevadas pressões inflacionistas e de recessão quer nas economias avançadas como nos principais mercados emergentes.

As projecções do FMI, o PIB mundial poderá crescer de forma menos acelerada em 2023, podendo fixar-se nos 3,0% e, crescer ainda menos em 2024, projectando-se uma taxa de 2,9%. Dos países que influenciarão esta desaceleração destacam-se a China e o bloco da União Europeia, que vem apresentando uma taxa de crescimento mais desacelerada do que o esperado, enquanto os Estados Unidos da América vem apresentando uma taxa de crescimento mais acelerada.

O crescimento económico perspectivado está abaixo da média global para a maioria dos países, tanto em termos do PIB global, quanto em termos do PIB per capita.

As economias avançadas continuam a manter a tendência de redução da sua média anual de crescimento, devido essencialmente ao fraco desenvolvimento realizado ao nível dos produtos manufacturados, bem como por factores intrínsecos a cada nação.

Esta redução estará essencialmente centrada ao nível das economias avançadas, a volta dos 2,7 pontos percentuais, quando comparada com as economias emergentes e em desenvolvimento que registarão um abrandamento menos acelerado, em cerca de 1,7 pontos percentuais. Esta diferença poderá estar explicada pelo facto das primeiras terem beneficiado fortemente de políticas monetárias bem comunicadas e estruturadas, apresentarem baixa exposição aos choques externos provenientes dos preços das *commodities* e das taxas de juro.

**Figura xx – Taxas de Crescimento do Produto Interno Bruto no Mundo**

Descrições	Definitivo	Projecções	
	2022	2023	2024
Mundo	3.5	3.0	2.9
Economias avançadas	2.6	1.5	1.4
EUA	2.1	2.1	1.5
China	3.0	5.0	4.2
União Europeia	3.3	0.7	1.2
Alemanha	1.8	-0.5	0.9
França	2.5	1.0	1.3
Reino Unido	4.1	0.5	0.6
Japão	1.0	2.0	1.0
Economias emergentes e em desenvolvimento	4.1	4.0	4.0
Brasil	2.9	3.1	1.5
Rússia	-2.1	2.2	1.1
Índia	7.2	6.3	6.3
África do Sul	1.9	0.9	1.8
Nigéria	3.3	2.9	3.1
África Subsaariana	4.0	3.3	4.0
Angola	3.0	0.3	2.8

Fonte: FMI/ OGE 2024



## Inflação

A inflação mundial evidencia um abrandamento podendo fixar-se a volta dos 6,9% em 2023, não obstante as limitações monetários aplicados por diferentes nações.



Fonte: FMI

As actuais taxas de inflação persistem essencialmente devido aos apertos registados ao nível do mercado de trabalho, suas ofertas e a procura constante para compensar os crescentes custos de vida. Em contra-partida naquelas economias em que há elevadas reservas monetárias por parte das famílias as políticas restrictivas poderão não ter o mesmo efeito sobre a desaceleração da inflação, visto que estas poderão a qualquer momento aumentar o seu consumo e assim condicionar o efeito pretendido.

Com base nisto, os mercados financeiros ajustaram para cima as suas expectativas, porém mantendo sempre a cautela sobre o risco iminente da elevação da inflação, o que poderá consequentemente agravar as taxas de juro e impactar negativamente os preços dos patrimónios das empresas. Estas situações podem deteriorar as condições financeiras dos mercados e imputar maior estresse sobre a banca e instituições financeiras não bancárias, cujas situações patrimoniais já se tem apresentado vulnerável ao risco das taxas de juro, principalmente aquelas altamente expostas ao sector imobiliário. O efeito de contágio é possível acontecer nos próximos tempos.

Ainda de acordo com o relatório World Economic Outlook do FMI, o custo de financiamento ao nível do mundo registou alguma estabilização após os acontecimentos do 1.º trimestre, em que num espaço de aproximadamente um mês, 3 instituições financeiras bancárias (Silicon Valley Bank, Signature Bank e First Republic Bank) dos Estados Unidos da América foram declaradas insolventes, causando um enorme alerta ao nível do mercado. Os critérios de concessão de crédito tornaram-se consideravelmente mais restrictivos, reflectindo-se assim na quebra no ritmo de solicitações, pelo menos ao nível dos Estados Unidos América, Europa e, alguns países emergentes.

A intensificação da fragmentação geo-económica, influenciada pelos conflitos entre Rússia e Ucrânia, e entre Israel e o Movimento Político Hamas tem causado inúmeras restrições nas trocas comerciais, com maior incidência sobre alimentos e minerais, mas se estendendo também a movimentação de capital, tecnologia e trabalhadores. Caso esta situação persista, poderá fazer com que o produto interno bruto mundial reduza cerca de 7%, pelo facto de que as transacções económicas seriam realizadas exclusivamente por aqueles países que pertençam ao mesmo bloco e defendessem as mesmas políticas.

O degradar das condições económicas em 2023 gerou um reaparecimento dos distúrbios sociais, por via dos protestos e tem também contribuído a existência de desafios para a implementação das reformas necessárias, incluindo as associadas à transição energética.

Sobre a realidade de Angola, nos primeiros meses do exercício a actividade económica apresentava-se relativamente estável, com a inflação a registar níveis mais baixos desde 2015, fixando-se nos 10,54% no mês de Abril. O Executivo Angolano procurou adoptar medidas de políticas que visassem consolidar a estabilidade macro-económica para dar às famílias angolanas e às empresas uma atmosfera cada vez mais propícia para a tomada de decisões económicas. Para as famílias, o Executivo continuou a apostar na implementação de transferências monetárias afectas ao Projecto Kwenda, no valor que saiu de Kz 8 500 para Kz 11 500 por mês, que minimizou a pressão sobre os preços dos produtos. Para as empresas, apostou-se no estímulo de liquidez por via do financiamento ao sector produtivo, implementando projectos como PANAGRÃO, PLANAPECUÁRIA e PLANAPESCAS.

Já a partir do mês de Junho, Angola começou a registar uma inversão no desagravamento da inflação, impulsionado essencialmente pela (1) retirada da subvenção à gasolina e pela (2) escassez de divisas ao nível do mercado, condicionando sobre-maneira a actividade económica e comprometendo os objectivos definidos para o exercício. A moeda nacional desvalorizou-se cerca de 42% entre o mês de Maio e o mês de Junho perante às moedas fortes (USD e EUR), influenciando de igual forma as taxas de juro de referência Luibor.

Os preços das *commodities* primárias reduziram em cerca de 7,5%, de acordo com FMI, com reflexo na sua maioria sobre os metais-base que caíram aproximadamente 15,7%, o gás natural proveniente da Europa que caiu 36,0%, bem como os cereais.

O preço do petróleo *brent* atingiu o seu valor mais baixo no mês de Junho, fixando-se nos USD 71 por barril, sendo justificado pelo fraco comprometimento junto da OPEP+ para a realização de cortes na produção e condicionalismos colocados pelos Estados Unidos da América no aumento da sua produção.

O preço mais elevado do petróleo *brent* foi registado no mês de Setembro, fixando-se nos USD 93 por barril, influenciado já pelas decisões de cortes voluntários por parte Arábia Saudita e Rússia.

No computo geral, os receios do *hardlaning* evidenciaram-se nos principais indicadores da economia nacional. O PIB registou uma desaceleração assinalante de - 2,61p.p para 0,4%, a inflação deteriorou 6,5%p.p para 20% e o kwanza desvalorizou cerca de 65% relativamente a 2022. Este contexto adverso u maioritariamente a margem complementar nos bancos namedida em que reflectiu numa redução significativa da venda de divisas que até então vinha sendo uma das principais fonte de resultados dos bancos. Por outro lado, os elevados níveis de inflação nas economias avançadas impossibilitaram a materialização do objectivo de emissão de Eurobonds por parte do Executivo angolano face ao altos níveis das taxa de juros para as principais moedas (EUR e USD).

### Alterações Regulamentares

As alterações regulamentares publicadas pelo BNA durante o ano de 2023 foram as identificadas abaixo:

**Figura 13 – Alterações Regulamentares Publicadas pelo BNA em 2023**

Número	Assunto	Data de Publicação
Aviso 1/2023	Abertura, Movimentação E Encerramento De Contas Bancárias	04/02/2023
Aviso 2/2023	Regime Cambial Aplicável Ao Sector Mineiro	09/02/2023
Aviso 3/2023	Regras Para A Realização De Operações Cambiais Por Pessoas Singulares	09/03/2023
Aviso 4/2023	Constituição Sociedades E Cooperativas Microcrédito	28/06/2023
Aviso 5/2023	Sobre Capital Social Das Instituições Financeiras Não Bancárias	29/06/2023
Aviso 6/2023	Regras Operacionais Das Sociedades Microcrédito De Crédito	03/07/2023
Aviso 7/2023	Regras Operacionais Das Sociedades Cooperativas De Crédito	06/07/2023
Aviso 8/2023	Base De Dados De Contas	17/07/2023
Aviso 9/2023	Crédito À Habitação	03/08/2023
Aviso 10/2023	Sistema Financeiro - Procedimentos De Concessão De Crédito Pelo Banco Nacional De Angola Às Instituições Financeiras Bancárias Solventes Que Enfrentem Problemas Temporários De Liquidez	28/08/2023
Aviso 11/2023	Alteração Da Redacção Do Ponto 3 Do Artigo 5.º Do Aviso N.º 02-20, De 09 De Janeiro	23/10/2023
Aviso N.º 12/2023	Auditoria Externa	04/12/2023
Directiva N.º 01/2023	Reporte De Informação De Crédito	13/01/2023
Directiva N.º 02/2023	Taxa Básica De Juro (Taxa BNA) E Taxas Das Facilidades Permanentes De Cedência	23/01/2023

Número	Assunto	Data de Publicação
Directiva N.º 03/DME/2023	Constituição Das Reservas Obrigatórias Em Moeda Estrangeira (ME)	02/02/2023
Directiva N.º 04/DME/2023	Taxas De Câmbio Indicativa De Compra E Venda Submetidas Pelas Instituições Financeiras Bancárias Na Plataforma FXGO Da Bloomberg (KZ - BGN)	08/02/2023
Directiva N.º 05/DME /2023	Taxa Básica De Juro (Taxa BNA) E Taxas Das Facilidades Permanentes De Cedência	29/03/2023
Directiva N.º 06/DME/2023	Requisitos Para Cálculo E Cumprimento Das Reservas Obrigatórias	30/03/2023
Directiva 07/2023	Procedimentos Para A Venda De Moeda Estrangeira Por Sociedades Do Sector Petrolífero E Diamantífero	26/06/2023
Directiva N.º 08/2023	Taxa Básica De Juro (Taxa BNA) E Taxas Das Facilidades Permanentes De Cedência (FCO) E De Absorção De Liquidez	19/07/2023
Directiva N.º 09/2023	Serviços De Atendimento	03/09/2021
Directiva N.º 10/2023	Sistema Financeiro -Reporte Do Livro De Assinaturas Autorizadas Das Instituições Financeiras Bancárias	28/10/2023
Directiva N.º 11/2023	Taxa Básica De Juro (Taxa BNA)	24/11/2023
Instrutivo 01/01/2023	Sistema Financeiro -Reporte Padronizado De Transacções Com O Exterior	09/01/2023
Instrutivo N.º 02/2023	Controlo Cambial	17/01/2023
Instrutivo N.º 03/2023	Plano De Contas Das Instituições Financeiras – Tabelas Auxiliares	27/02/2023
Instrutivo N.º 04/2023	Reservas Obrigatórias	30/03/2023

Número	Assunto	Data de Publicação
Instrutivo N.º 05/2023	Contas Em Moeda Electrónica	29/05/2023
Instrutivo N.º 06/2023	Limites Prudenciais Aos Grandes Riscos	14/07/2023
Instrutivo N.º 07/2023	Cálculo E Requisito De Fundos Próprios Regulamentares Para Risco De Crédito E Risco De Crédito De Contraparte E Respectiva Prestação De Informação Periódica	14/07/2023
Instrutivo N.º 08/2023	Taxa De Custódia Aplicável Às Reservas Livres Depositadas No Banco Nacional De Angola	19/07/2023
Instrutivo N.º 09/2023	Funcionamento Da Base De Dados De Contas	25/07/2023
Instrutivo N.º 10/2023	Limites Prudenciais Aos Grandes Riscos	09/08/2023
Instrutivo N.º 11/2023	Cálculo E Requisito De Fundos Próprios Regulamentares Para Risco De Crédito E Risco De Crédito De Contraparte E Respectiva Prestação De Informação Periódica	09/08/2023
Instrutivo N.º 14/2023	Sistema Financeiro - Requisitos Mínimos Obrigatórios De Informação Para Efeitos De Prevenção De Fraude E Autenticação Forte Das Operações	28/10/2023
Instrutivo N.º 15/2023	Sistema De Pagamentos - Transferências Instantâneas	21/11/2023
Instrutivo N.º 16/2023	Taxa De Custódia Aplicável Às Reservas Livres Dos Bancos Comerciais Depositadas No BNA	28/11/2023
Instrutivo N.º 17/2023	Reporte De Informação Para O Comparador De Comissões	14/12/2023

Número	Assunto	Data de Publicação
Instrutivo N.º 18/2023	Procedimentos Metodológicos Do Auditor Externo	26/12/2023
Carta – Circular N.º 01/2023	Aviso N.º 10/2022, De 06 De Abril, Sobre A Concessão De Crédito Ao Sector Real Da Economia – Indústria Têxtil	17/03/2023
Carta – Circular N.º 02/2023	Divulgação De Medidas Do Grupo De Acção Financeira (GAFI)	01/03/2023
Carta – Circular N.º 03/2023	Aviso N.º 10/2022, De 06 De Abril, Sobre A Concessão De Crédito Ao Sector Real Da Economia – Indústria Têxtil	17/03/2023
Carta – Circular N.º 04/2023	Movimentação De Contas Bancárias Tituladas Por Menores	06/04/2023
Carta – Circular N.º 05/2023	Divulgação De Medidas Do Grupo De Acção Financeira (GAFI)	11/07/2023
Carta – Circular N.º 06/2023	Participação De Instituições Financeiras Em Centrais Privadas De Informação De Crédito	03/08/2023
Carta – Circular N.º 07/2023	Divulgação De Medidas Do Grupo De Acção Financeira (GAFI)	31/10/2023

## 9. Gestão do Risco

Em linha com o Aviso n.º 08/2021 sobre Requisitos Prudenciais, Requisitos de Fundos Próprios (RFP), Processo de Supervisão e Gestão de Risco e Disciplina de Mercado, o YETU mantém uma abordagem integral e transversal à gestão do risco, avaliando continuamente os riscos actuais a que se encontra exposto, através da qual identifica, avalia, monitoriza e controla periodicamente os riscos inerentes ao negócio, visando garantir a conformidade legal, a solidez financeira e a confiança dos depositantes, parceiros e de todos *stakeholders*, de acordo com as melhores práticas do mercado e as recomendações efectuadas pelos supervisores e reguladores.

O modelo de gestão de risco do Banco YETU tem um ambiente de controlo que assegura a manutenção do perfil de risco dentro dos níveis definidos pelo apetite de risco e pelos limites estabelecidos, que são revistos regularmente, a fim de dar resposta às mudanças que ocorram no contexto operacional e do mercado.

De salientar que a Gestão de Risco é crucial na execução da estratégia do Banco, uma vez que permite efectuar uma gestão integrada dos diversos riscos a que o Banco se encontra exposto, direccionando de forma adequada as respectivas acções de prevenção e mitigação, de modo a:

- Garantir o funcionamento da gestão do risco, permitindo identificar tempestivamente os riscos, nomeadamente no que respeita à sua exposição e aos riscos e impactos que lhes estão associados;
- Acompanhar os riscos através de actividade de monitorização de forma a garantir continuamente que a instituição não se encontra exposta a eventos de risco que coloquem em causa a concretização dos seus objectivos estratégicos;
- Proteger a solidez financeira, com a finalidade de limitar os impactos de potenciais efeitos no capital e nos resultados do Banco e proteger a sua reputação financeira;
- Proteger a reputação do Banco e manter a transparência para uma melhor percepção da sua situação financeira.

Os diferentes tipos de risco, tanto actuais como potenciais, são identificados, avaliados, acompanhados e mitigados com uma periodicidade regular e, conseqüentemente, são produzidos relatórios periódicos, avaliando a materialidade dos riscos detectados no sentido de apoiar o órgão da Administração no processo de tomada de decisão.

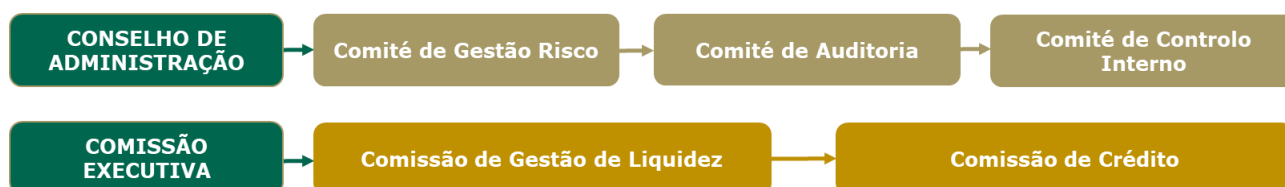
De acordo com a estrutura do Banco, o Conselho de Administração é o responsável máximo pelo Sistema de Gestão de Risco do Banco, garantindo o desenho adequado e a operacionalidade dos controlos, com base no aviso n.º 08/2021.

Portanto, o Banco procura alinhar os seus procedimentos internos com as melhores práticas internacionais em matérias de gestão de riscos materiais, nomeadamente os riscos de crédito, de mercado, operacional e de liquidez, que por sua vez são estabelecidas tendo por base as orientações do Comité de Basileia para Supervisão Bancária.

## Órgão de Governação de Gestão do Risco

No âmbito do modelo de governação instituído, o Conselho de Administração é o órgão responsável pela definição da estratégia global de risco do Banco, ou seja, é este órgão que define as linhas orientadoras, os objectivos e os limites de acordo com os quais a gestão corrente do Banco é realizada pela Comissão Executiva.

Figura 14 – Órgãos de Governação de Gestão de Risco



A gestão e controlo do risco são efectuados de acordo com as estratégias e políticas definidas pelo Conselho de Administração. Apesar de os riscos serem assumidos pela totalidade da estrutura organizacional do Banco, é responsabilidade do Gabinete de Risco (GRI) efectuar a identificação, avaliação, monitorização e reporte de parte significativa do portfólio de riscos a que o Banco está exposto.

## Linhas de Defesa

O Banco YETU segue um modelo de gestão e controlo de riscos baseado em três linhas de defesa, com vista a garantir a independência e eficiência da gestão, e assegurar a monitorização e governação adequada dos diversos riscos.

- **Primeira linha de defesa (Gestão Operacional):** direcções de negócio – gerem o risco associado às suas actividades de acordo com as regras e limites pré-definidos na estratégia, políticas e manuais internos;
- **Segunda linha de defesa (Gestão do Risco):** funções de gestão do risco e compliance – unidades responsáveis pelas actividades de suporte que asseguram a monitorização e controlo do risco, e que controlam o cumprimento das obrigações legais e das políticas e directrizes internas;
- **Terceira linha de defesa (Revisão Independente):** função de auditoria interna – responsável pelas revisões independentes, monitorização, testes de eficácia e eficiência, testes de conformidade com as políticas e procedimentos de risco, reportando posteriormente os resultados, assegurando a avaliação regular da efectividade da estrutura de gestão do risco.

A função de controlo de riscos, a função de cumprimento e a função de auditoria interna contam com o nível de separação e independência suficiente.

## Estrutura Organizacional da Função de Risco

O Banco YETU, através do Gabinete de Risco, conta com uma estrutura organizacional de gestão de risco, onde a Função de Gestão de Risco e todas as suas responsabilidades e actividades são exercidas de forma independente e em regime de exclusividade de funções das Unidades de Negócio geradoras de risco, reportando e apresentando as suas



metodologias de gestão e controlo de risco directamente à Administração do Banco, assegurando, assim, a execução correcta de uma Gestão de Risco eficaz.

A função da gestão de risco do Banco YETU caracteriza-se por um conjunto de actividades que visam identificar, avaliar, monitorizar e comunicar os Riscos da instituição. Para os devidos efeitos, o Gabinete de Risco adaptou uma estrutura organizacional funcional que lhe permite efectuar um acompanhamento especializado dos riscos significativos, inerentes à actividade desenvolvida pelo Banco, com a seguinte configuração:

**Figura 15 – Estrutura Organizacional do Gabinete de Risco**



### Processo e Ferramenta da Gestão de Risco

Os processos de gestão dos riscos agregam os elementos que permitem compreender, de forma agregada, o perfil dos riscos do Banco e estabelecer a apetência e os limites do risco. Inclui os processos que permitem acompanhar esses riscos, utilizando cenários normais e adversos que contribuem, igualmente, para avaliar a adequação do capital e da liquidez do Banco e, em conformidade com os seus resultados, apoiar um planeamento adequado do capital económico e da liquidez interna do Banco.

### Apetite por Risco e Estrutura de Limites

O apetite ao risco é definido pelo Conselho de Administração do Banco, bem como a quantificação e tipologia dos riscos que se considera razoável assumir na execução da sua estratégia de negócios, de modo que seja possível o Banco manter sua actividade ordinária face à ocorrência de eventos inesperados.

O Conselho de Administração é o órgão responsável pelo estabelecimento e actualização anual do apetite de risco do Banco, pelo acompanhamento de seu perfil de risco efectivo e por assegurar a consistência entre ambos.

O Banco YETU, com a emissão da sua Declaração de Apetência ao Risco (RAS) identifica as tipologias de risco e define os respectivos níveis que a Instituição está disponível para assumir na busca de optimização do valor do Banco, através de indicadores qualitativos e quantitativos e ponderando as várias tipologias de riscos.

A RAS é monitorada periodicamente pelo GRI sob orientação operacional do seu Director, que é o responsável pelo acompanhamento e monitorização da RAS e por assessorar a Comissão Executiva e o Conselho de Administração.

O Banco YETU aplica a RAS como uma ferramenta para estimular, consolidar e disseminar a cultura de risco, e promover a partilha de conhecimento às partes interessadas (*Stakeholders*) relativamente aos principais aspectos da RAS do Banco.

A formulação do exercício de apetite por risco é anual e inclui uma série de métricas e limites sobre as métricas (limites de apetite por risco ou *statements*) que expressam em termos

quantitativos e qualitativos a exposição de risco máxima que o Banco está disposto a assumir.

### Teste de Esforço

O GRI efectua testes de esforço aos riscos relevantes do Banco, com a finalidade de identificar os riscos, avaliar a exposição aos riscos materiais e assegurar a avaliação da adequação do capital interno. O GRI propõe os objectivos e limites dos testes de esforço, que são aprovados pela Comissão Executiva e pelo Conselho de Administração.

O teste de esforço permite aferir a adequação de níveis de capital interno e de liquidez apropriados aos diversos cenários testados. E no seu processo estratégico e de tomada de decisão, através do Conselho de Administração e Comissão Executiva, utiliza as informações dos testes de esforço para definir os níveis de solvabilidade e de liquidez.

Os testes de esforço são realizados a diferentes cenários. Esses cenários são expressos tanto em termos de variáveis macro-económicas como de outras variáveis que afectam a gestão. A análise de cenários é uma ferramenta muito útil para a gestão em todos os níveis, já que permite avaliar a resistência do banco em ambientes ou cenários de estresse, assim como implantar conjuntos de medidas que diminuam o perfil de risco do banco nesses cenários. O objectivo é maximizar a estabilidade da demonstração de resultados e dos níveis de capital e liquidez.

Com referência a 31 de Dezembro de 2022, em conformidade com regulamentação do Banco Nacional de Angola, o Banco YETU estabeleceu uma série de testes de esforço focados em fatores de risco considerados críticos, com potencial impacto em diversos indicadores de negócios, resultados financeiros e/ou regulamentares.

A realização do exercício de teste de esforço levou à conclusão de que o Banco YETU possui níveis adequados para atender às necessidades estimadas globalmente, conforme a metodologia aplicada. Além disso, o Banco está em conformidade com os requisitos de fundos próprios sob uma perspectiva regulamentar, mesmo quando sujeito a cenários adversos simulados.

### Cultura de Risco

A sólida cultura de risco do Banco é uma das chaves que tem permitido ao YETU responder às variações dos ciclos económicos, às novas exigências dos Clientes, posicionando-se como uma Instituição que merece a confiança de funcionários, Clientes, accionistas e da sociedade.

Hoje, em um ambiente em constante mudança com novos tipos de riscos e maiores exigências regulatórias, o Banco YETU procura manter a excelente gestão de riscos para alcançar o crescimento sustentável.

Assim, a excelência na gestão de riscos é uma das prioridades estratégicas a que se propõe o Banco. Isso envolve a consolidação de uma cultura de risco forte em toda a organização, uma cultura de risco que todos os funcionários do Banco YETU conhecem e aplicam. Esta cultura de risco é definida por 2 princípios que devem fazer parte da gestão diária de todos os colaboradores do Banco:

- **Responsabilidade:** porque todas as unidades e funcionários (independentemente da sua função) devem conhecer e compreender os riscos em que incorrem nas suas actividades diárias e ser responsáveis pela sua identificação, avaliação, gestão e relatório;
- **Comunicação:** através de vários canais de comunicação foram divulgados entre todos os funcionários os princípios da cultura de risco e foram-lhes proporcionadas, de forma clara e compreensível, todas as informações que facilitam a gestão de riscos avançada. Também lhes foram apresentados comportamentos, acções e decisões que são exemplos de cultura de risco.

### Principias Categorias de Risco

O Banco enfrenta diariamente um conjunto relevante de riscos sobre os quais dedica uma atenção e controlo permanente. O Banco YETU, faz também anualmente, uma avaliação abrangente dos riscos a que se encontra exposto de forma a identificar aqueles que requerem uma maior atenção e acompanhamento devido ao seu potencial impacto nos objectivos estratégicos. A seguir fazemos a abordagem de cada um desses riscos.

#### Risco de Crédito

O risco de crédito corresponde à probabilidade de incumprimento efectivo da contraparte e é um dos riscos mais relevantes da actividade do Banco. Dada a sua materialidade, a formalização de políticas, procedimentos, metodologias, ferramentas e sistemas torna-se vital para assegurar a estabilidade financeira e a solvabilidade do Banco.

#### Risco de Mercado

O Risco de Mercado é definido como a possibilidade de ocorrências de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma instituição financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação das taxas de juro, das paridades cambiais, dos preços de acções e *commodities*.

O controlo de risco de mercado tem o objectivo de apoiar a gestão do negócio, estabelecer os processos e implementar as ferramentas necessárias para a avaliação e controlo desses riscos, possibilitando a mensuração e acompanhamento dos níveis de apetência pelo risco definidos pela Administração.

O risco da taxa de juro é acompanhado mensalmente com base em informação estatística, todavia o risco cambial é acompanhado diariamente com base num relatório contendo as exposições, assim como os limites regulamentares.

#### Risco Operacional

O Risco Operacional é a probabilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A Gestão do Risco Operacional no Banco YETU é exercida por princípios de segregação de funções, de gestão de riscos e de negócios, regido pelas boas práticas de governação

corporativa e gestão de risco, obedecendo a preceitos e regulamentos dos órgãos de supervisão.

O Banco YETU tem uma estrutura de Gestão de Risco Operacional e políticas aprovadas pelo Conselho de Administração e Comissão Executiva em harmonia com a sua estratégia e modelo de negócio, adequada à complexidade das operações, produtos, serviços e processos.

### Risco de Liquidez/ ILAAP

O Risco de Liquidez e o Processo de Avaliação da Adequação da Liquidez (ILAAP) reflectem a probabilidade de o Banco não ter capacidade para honrar com as suas obrigações, sem prejudicar suas actividades e sem se envolver em perdas significativas, como a possibilidade de não ser capaz de negociar a preço de mercado uma posição, em virtude da sua dimensão relativamente ao volume habitualmente transaccionado ou por ruptura do mercado.

Para o Banco YETU, o monitoramento do risco de liquidez é primordial, para liquidar as operações tempestivamente e de forma segura. Por isso, o GRI avalia este risco, seguindo as orientações constantes no Instrutivo n.º 11/2021, bem como ferramentas internas estabelecidas nos limites e aprovados pelo Conselho de Administração e Comissão Executiva.

A Gestão do Risco de Liquidez do Banco abrange diversos horizontes temporais, incluindo o intra-diário, por forma a garantir que é mantida uma posição de liquidez adequada. Esta avaliação baseia-se na análise à composição geral do balanço e das posições extrapatrimoniais por tipo de produto e à concentração das fontes de financiamento, por produto e contraparte. É realizada considerando as seguintes dimensões:

- i. Monitorização e controlo permanente das reservas de liquidez a manter junto de bancos centrais;
- ii. Gestão dos fluxos de pagamento (sejam eles efectivos ou projectados), tendo como objectivo uma gestão eficiente dos recursos e a minimização do Risco de Liquidez, as responsabilidades operacionais pela gestão e controlo deste Risco são atribuídas à Direcção de Mercados Financeiros, a qual deve igualmente assumir a função de gestão e controlo dos pagamentos da entidade.

### Risco de Taxa de Juro da Carteira Bancária

O risco de taxa de juro da carteira bancária corresponde ao risco de ocorrência de impactos negativos resultantes de alterações nas taxas de juro da carteira bancária.

O apetite ao risco do Banco para este tipo de risco é baixo, sendo que o Banco mantém mecanismos de controlo e de acompanhamento próximos dos mesmos, bem como assegura o cumprimento das normas aplicáveis para mitigar essa categoria.

### Risco Reputacional

O risco reputacional corresponde ao risco de ocorrência de impactos negativos decorrentes de danos à reputação do Banco. Este risco tem vindo a assumir maior relevância por parte do regulador.

Tendo em consideração a experiência histórica dos impactos resultantes de eventos reputacionais que, em alguns casos, levaram à dissolução das entidades, mas também a perdas de depósitos relevantes, este risco deverá ser acompanhado de perto pelo Banco e ser considerado como material.

A tolerância do Banco para este tipo de risco é baixa e o Banco manterá mecanismos de controlo e de acompanhamento próximos do mesmo, bem como assegurará o cumprimento das normas aplicáveis para mitigar essa categoria.

### **Risco Ambiental, Social e de Governo**

O risco ambiental, social e de governo corresponde ao risco de ocorrência de impactos negativos resultantes da necessidade de adaptação e mitigação de alterações climáticas, bem como de implementação de práticas de gestão ambientais e do dever de assegurar condições de trabalho seguras.

Os impactos potenciais e observados resultantes de fenómenos de alterações climáticas têm vindo a permitir uma maior percepção acerca da urgência da necessidade de adaptação de princípios de negócio e de comportamentos tanto individuais como colectivos, susceptíveis de afectar de modo material o envolvimento sob o qual o Banco exerce a sua actividade e, consequentemente, os seus resultados e rentabilidade, bem como a eficácia da sua estratégia de negócio.

Neste sentido, o Banco manterá mecanismos de controlo e de acompanhamento próximos dos mesmos, bem como assegurará o cumprimento das normas aplicáveis para mitigar essa categoria.

### **Risco sobre a Posição de Capital/ ICAAP**

O Banco YETU considera que um processo robusto de gestão de risco é um pilar fundamental para uma gestão de capital bem-sucedida. Deste modo, todos os riscos relevantes para a actividade do Banco são geridos de acordo com o modelo das três linhas de defesa.

A quantificação de necessidades de capital pretende ser a visão interna dos valores de capital a manter para fazer face às perdas não esperadas decorrentes dos riscos do Processo de Auto-avaliação da Adequação do Capital Interno (ICAAP – Pilar I e Pilar II). Assim, após o processo de avaliação da materialidade do risco, segue-se a decisão sobre qual a necessidade de capital a efectuar para cada risco, e ainda, de uma forma global.

### **Manuais de Procedimentos**

O Banco procedeu com a validação de 48 manuais de procedimentos, onde foram identificados os principais riscos recorrentes e respectivos controlos para a sua mitigação.

Dos testes efectuadas, foi possível identificar um conjunto de quatro riscos, tendo sido classificação quanto ao grau e medidos os principais controlos, com o seguinte destaque:

- Atraso no cumprimento de tarefas;
- Erro no cumprimento de tarefas;
- Documentação mal preenchida; e
- Falhas de sistema.

### Implementação Directiva N.º 05/2022

Com a publicação da Directiva n.º 05/2022, na qual se estabelece os procedimentos que as instituições financeiras devem implementar, o GRI assegurou a conformidade com o regulador até a fase final da sua implementação e operacionalidade.

Para o efeito, durante este ano, foram desenvolvidos e aprovados 14 manuais de procedimento, sendo que na área das tecnologias de informação os processos versam aspectos de suporte e gestão e na área da ciber-segurança aspectos de controlo e monitorização.

Adicionalmente, ainda durante o presente ano, e de formas a criar robustez e conhecimento técnico na organização, o Banco conduziu um programa de formação sobre os riscos cibernéticos para os seus colaboradores, com destaque para os seguintes workshops:

- Técnicas de Engenharia Social – para todos os colaboradores do Banco;
- Trabalho Remoto – para as lideranças.

### Risk Assessment – Optimização de Processos

Havendo a necessidade de melhorar os processos e serviços e de modo a tornar o Banco mais competitivo, cumprindo também com as normas estabelecidas pelo regulador, conforme as boas práticas, o Banco realizou um “Risk Assessment” às suas unidades de estrutura, realizando, de igual modo, a monitorização e resolução das constatações verificadas às seguintes áreas:

- Direcção de Canais Electrónicos;
- Direcção de Particulares e Negócio;
- Direcção Contabilidade;
- Direcção Desenvolvimento de Pessoas;
- Direcção Comunicação e Marketing;
- Direcção Particulares e Negócios.

### Visitas aos Clientes da Carteira de Crédito

Como parte das suas responsabilidades na gestão de riscos, foram realizadas visitas estratégicas aos principais Clientes da carteira. Estas visitas foram planeadas com o objectivo de adquirir uma compreensão abrangente das operações e das condições nas quais os Clientes conduzem os seus negócios.

As visitas aos Clientes da carteira desempenharam um papel fundamental na gestão proactiva de riscos pelo Banco, fornecendo uma visão holística que vai além dos números e relatórios.

Esta abordagem directa permitiu a tomada de decisões informadas, para a análise e apuramento das imparidades, alinhando-se aos objectivos estratégicos da instituição.

### Actualização das Categorias de Riscos e Controlos

A actualização da categorização dos riscos e controlos é um processo vital na gestão de riscos de uma instituição financeira. Durante o ano em análise, em conformidade com as

práticas de governança de riscos, o Banco procedeu à revisão e actualização sistemática da forma como os riscos são identificados, avaliados e controlados.

### Visão de Risco na Aprovação do Crédito

Durante o ano de 2023, o Risco direccionou uma atenção particular à análise criteriosa das propostas de crédito apresentadas em Comité de Crédito. Esta ênfase estratégica reflecte o compromisso contínuo do Banco em garantir uma gestão robusta e prudente dos riscos associados à concessão de crédito.

O Risco ao analisar as propostas de crédito, operou em conformidade estrita com os limites regulamentares estabelecidos pelo Banco Nacional de Angola, assegurando que o Banco YETU esteja alinhado às directrizes e normativas do sector. Além disso, foram considerados e respeitados os limites internos definidos pelo próprio banco, garantindo uma gestão prudente e alinhada com a estratégia global.

A atenção dedicada às propostas de crédito pelo Risco durante 2023 não é apenas uma medida de conformidade, mas uma estratégia proactiva para fortalecer a posição do Banco YETU no mercado, garantindo solidez financeira, compliance e contribuindo para a sustentabilidade a longo prazo.

### Formações/ Workshops

Banco YETU demonstrou um compromisso contínuo com a excelência e aprimoramento constante de suas práticas, reflectido de forma proeminente nas diversas formações e workshops realizados ao longo do ano:

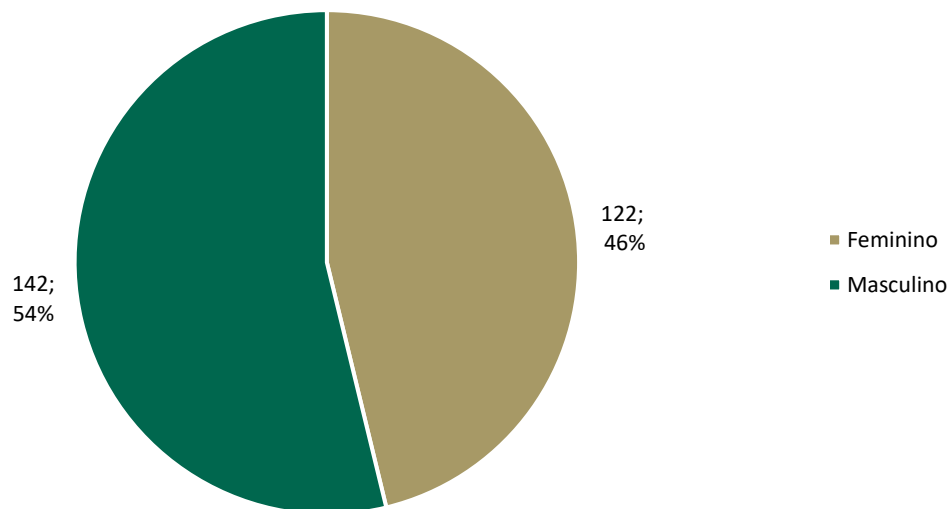
- Workshop sobre Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo;
- Mercados e Produtos Financeiros;
- Planeamento e Controlo de Gestão;
- Planeamento e Gestão de Risco;
- Gestão de Risco Operacional;
- Banca e Crédito – MOODY´S;
- Banca e Retalho – MOODY´S;
- Asset and Liability Management – Moody´s;
- Financial Crime Compliance – Moody´s;
- Risco de Mercado Executivo.

## 10. Capital Humano

### Características

O Banco YETU encerrou o exercício de 2023 com um efectivo de 264 colaboradores, menos 3% que no exercício anterior, distribuídos em 142 do género masculino e 122 do género feminino e que representam 54% e 46% do total.

Figura 16 – Colaboradores por Género

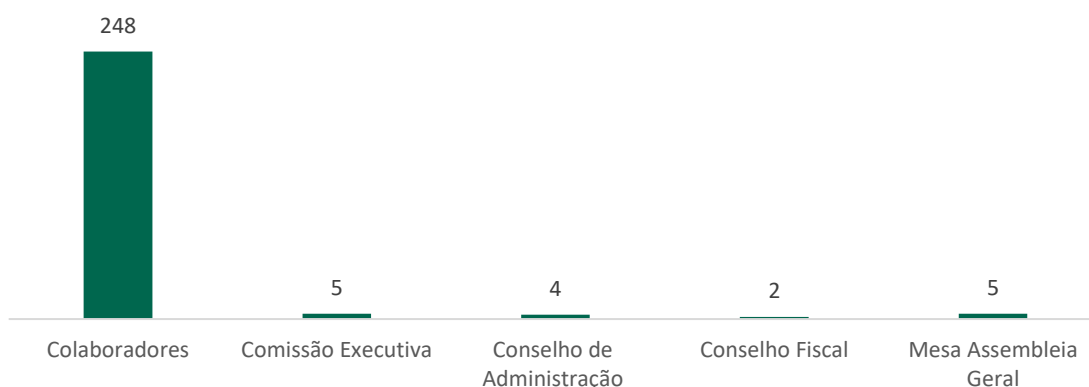


A idade média dos colaboradores fixou-se em 37 anos, denotando a força de trabalho jovem que tem impulsionado o desenvolvimento para os níveis que a instituição vem alcançando.

Actualmente, verifica-se que 55% dos colaboradores possui o ensino superior, número aquém do ideal, mas dentro da realidade do segmento e nível nacional havendo, contudo, o compromisso interno focado na elevação dos níveis académicos e na disseminação do conhecimento, de maneira que todos tenham a oportunidade de ascender no domínio pessoal e contribuir ainda mais para o crescimento do Banco.



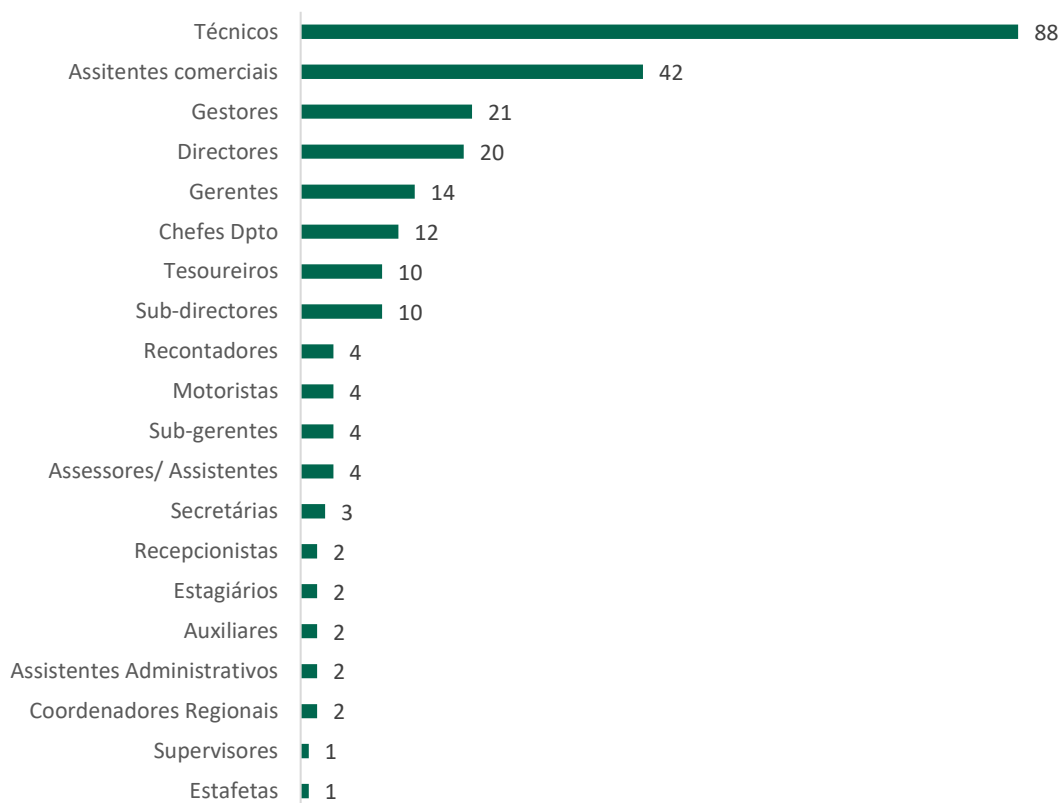
Figura 17 – Distribuição por Órgãos Sociais e Colaboradores



Como parte do desenvolvimento profissional e motivacional dos seus colaboradores, o Banco YETU privilegia o enquadramento de estagiários, recém-licenciados e jovens com ou sem experiência no mercado de trabalho, que demonstrem aptidão e almejem crescimento e valorização profissional.

Assim é que, à semelhança do ano anterior, o Banco continuou a apostar na atribuição de maiores responsabilidades aos quadros internos, através da nomeação de colaboradores para a ocupação de cargos de liderança.

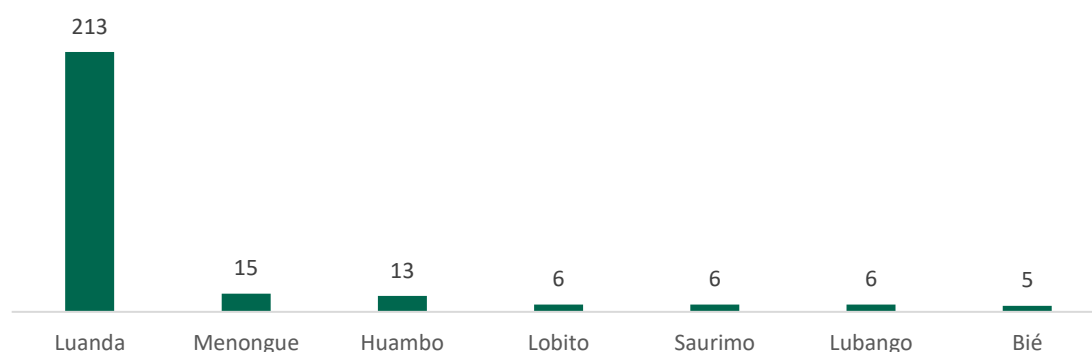
Figura 18 – Total de Colaboradores por Função



## Distribuição Geográfica do Capital Humano

Por acolher a sede social e obviamente o centro de decisão, Luanda concentra 80% do número de trabalhadores seguindo-se-lhe a província de Cuando Cubango com um peso de 5% do total.

**Figura 19 – Distribuição de Colaboradores pela Rede Comercial**



## Formação e Desenvolvimento do Capital Humano

O Banco YETU mantém firme a aposta na formação contínua e orientada dos colaboradores considerando-a como mais-valia e uma bandeira que pretende elevar permanentemente, na medida em que não promove apenas o desenvolvimento individual, mas é encarado como um investimento estratégico que impulsiona o crescimento e o sucesso da Instituição.

Como nunca observado, ao longo do ano de 2023, foram ministradas noventa e uma acções de formação, que perfizeram pouco mais de três mil horas e consubstanciaram-se fundamentalmente nas áreas de:

- Formação para as Lideranças;
- Formação de Acolhimento e Cultura Organizacional e aquisição de conhecimentos operacionais e comerciais, para todos os colaboradores;
- Formação em Matérias Regulatórias (compliance, prevenção do branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, ética e código de conduta);
- Formação em Técnicas Bancárias, Economia e Negócios, Estudo de Mercado, Gestão de Projectos, Certificações Tecnológicas e outras.

Das parcerias firmadas com este objectivo contámos com a renomada Moody's Analytics ao administrar um programa de formação bancária especializada orientada a vinte colaboradores e absorveu cento e quarenta e quatro horas em vinte e cinco temas desdobrados pelas áreas de pagamentos electrónicos, mercado de capitais, gestão de risco, gestão de activos e passivos, fundamentos e gestão de risco de crédito e mercado, contabilidade bancária e regras prudenciais, gestão bancária, dentre outros.

Primando sempre pela aprendizagem e actualização no sentido de situarmo-nos à altura das respostas necessárias ao ambiente de negócios em constante mudança e evolução, especial atenção tem sido dada à área comercial com o reforço de conhecimentos ao nível das matérias de atendimento e atenção ao cliente, operações bancárias nos três distintos módulos, produtos bancários, operações de tesouraria, recolha de valores de clientes e revisão de preço, entre outros.

Tendo em conta o nível de exigência de cada vez mais atribuído na implementação das boas práticas bancárias foram, de igual modo, objecto de especial atenção matérias relacionadas com contabilidade e controlo interno, de que se destaca as IAS-IFRS, estatística e tratamento de dados, produtos de investimento e gestão híbrida de projectos, operações internacionais e mercado cambial, negociação e gestão de contractos, auditoria financeira, *compliance* avançado, *due diligence* a clientes.

Por forma a rentabilizar o elevado investimento em tecnologias de informação e comunicação, realizado ao longo do ano, o Banco sentiu-se no dever de capacitar os seus profissionais, quer na vertente de prestadores de serviços internos como de utilizadores, dotando-os de ferramentas e conhecimentos tendentes à melhoria na eficiência e qualidade dos serviços prestados aos seus clientes. Esta formação incidiu fundamentalmente sobre matérias como Linux, Power BI, Comp TIA Server, Security e A+, Hacking Forensic Investigator, CCNA certificada e Certified Business Analysis Professional.

### 11. Gestão de Liquidez

O Banco YETU continuou registando um crescimento da sua actividade, fundamentalmente resultante da performance dos negócios nas áreas de *Fixed Income* e de *Foreign Exchange (FX)*. A volatilidade verificada no mercado cambial internacional, concretamente no par de moedas EUR/USD, contribuiu positivamente para os nossos resultados.

Quanto ao investimento em instrumentos de dívida pública, beneficiamos das *yields* das Obrigações do Tesouro Não Reajustáveis (OT-NR), canalizamos para estes instrumentos investimentos na ordem dos Kz 27,2 mil milhões, o que representou uma expansão considerável da carteira própria face ao período homólogo, isto em cerca de 51%. O que reforçou assim a nossa carteira classificada ao justo valor através de resultados.

Na componente de intermediação financeira, concluiu-se o processo de transferências dos serviços de intermediação em valores mobiliários para sociedades correctoras e distribuidoras de valores mobiliários, conforme estabelecido nos termos do n.º 2 do artigo 440.º da Lei n.º 14/21, de 19 de Maio, sobre o Regime Geral das Instituições Financeiras.

Mantivemos um perfil de gestão de liquidez bastante conservador, sendo que os níveis de liquidez continuaram estáveis. O aumento da eficiência e o esforço contínuo para protecção dos fundos dos Clientes e dos nossos Accionistas nortearam a gestão sã e prudente dos recursos, numa lógica de longo prazo, prevalecendo sempre uma atitude responsável perante os riscos de mercado.

Em alinhamento com as Direcções Comerciais, ajudamos os Clientes na cobertura de riscos e na oferta de soluções de investimento em instrumentos de renda fixa e de renda variável.

A componente de *Foreign Exchange* registou uma contracção significativa pela redução da oferta de recursos cambiais na economia nacional, em consequência de o Tesouro Nacional ter canalizado a totalidade das suas disponibilidades em moeda estrangeira para cumprimento do serviço da dívida externa. Situação esta que deixou quase todo o sector bancário sem a possibilidade de comprar divisas e posteriormente revender aos seus Clientes.

Procedeu-se com a implementação das seguintes actividades:

- Aposta na formação e capacitação dos membros na Direcção, deu-se início a formação em *Banking* ministrada pela Moody's Analytics;
- Implementação do *FX Global Code* – um conjunto de princípios de boas práticas para o mercado cambial, cujo objectivo é proporcionar orientações comuns promotoras da integridade e funcionamento eficaz do mercado cambial;
- Alteração do modelo de negócio em valores mobiliários, decorrente da imposição legal que visa a transferências dos serviços e actividades de investimento das Instituições Financeiras Bancárias para as Sociedades Distribuidoras e Correctoras de Valores Mobiliários;
- Preparou-se a participação do Banco para a Conferência SINOS, edição 2023, organizada pela Society for Worldwide interbank Financial Telecommunication (SWIFT).

Relativamente à nossa relação com a Banca Internacional, o ano foi marcado pelo reforço das relações de correspondência com os actuais parceiros e expansão da rede de bancos correspondentes, de modo a dar maior latitude aos nossos Clientes, na sua relação com o estrangeiro.

N.º	Entidade	Endereço
1	Afreximbank	72 (B) El Maahad El Eshteraky Str. 11341, Heliopolis, Cairo, Egipto
2	Aktif Bank	Esentepe Mahallesi, Kore Sehitleri Caddesi, nr. 8/1, PK: Sisli, 34394, Istambul
3	Atlântico Europa	Av. da Liberdade, n.º 259, 1250-143, Lisboa, Portugal
4	BAI Cabo Verde	Ed. BAI Center, Chã d'Areia, R/C Av. Cidade de Lisboa, Praia, Caixa Postal n.º 459, Ilha de Santiago, Cabo Verde
5	BAI Europa	Rua Tierno Galvan, Torre 3, 12.º Piso, 1070-274, Lisboa, Portugal
6	Banca Popolare di Sondrio	Piazza Garibaldi 16, 23100, Sondrio, SO, Itália
7	BNI Europa	Av. Eng. Duarte Pacheco, CC das Amoreiras Torre 1 – Piso 7, 1070-101, Lisboa, Portugal
8	International Investment Bank	Central Services Avenida Cidade Lisboa, C.P. nr. 35, 7.º Piso Praia, Praia, Santiago, Cabo Verde

---

9	Mashreq Bank	Mashreq Bank Headquarters, Plot nr. 345 Umniyati Street (Al Asayel Street), Burj Kalifa Community, Dubai City, 1250, Emirados Árabes Unidas
---	--------------	---

---

## 12. Comercial

O Banco manteve-se focado na disponibilização de um leque de soluções financeiras, produtos e serviços aos Clientes, com destaque para os serviços de recolha de valores, aconselhamento financeiro, financiamento a ordens de compra para empresas do conteúdo local prestadoras de serviço ao sector petrolífero, antecipação dos pagamentos aos fornecedores do Estado, disponibilização do crédito pré-aprovado, e assim continuar a fidelizar e captar Clientes prespctivando construir uma relação de parceria sustentável e duradoura.

Com vista a proporcionar um atendimento de excelência aos Clientes e ser uma instituição de referência em Angola, o Banco YETU arrancou com o investimento na implementação de dois novos centros de ATM na província do Cuando-Cubango, concretamente, na Siderúrgica do Cuchi com duas máquinas, e no Instituto Superior Privado de Menongue com quatro máquinas.

Para a nossa Unidade Corporativa, o foco esteve na dinamização dos segmentos de Petróleo e Gás, Minas e Telecomunicações, mantendo uma comunicação transparente com os Clientes, explicando as medidas adoptadas para minimizar a dependência de operações cambiais e destacar os benefícios de uma abordagem mais localizada.

Se por um lado, o ano de 2024 que se avizinha promete oportunidades e desafios significativos no sector de Petróleo e Gás, a par da exploração do primeiro poço petrolífero na província do Namibe que abre portas para investimentos estratégicos, a saída de Angola da OPEP introduz incertezas de intervenção neste mercado. O Banco YETU, enquanto entidade preocupada com o contributo à estabilização dos seus Clientes e parceiros, irá adaptar-se para garantir a continuidade do apoio financeiro, mantendo a flexibilidade necessária para enfrentar eventuais mudanças no ambiente de negócios.

### Negócios/ Captação

De forma geral, dentro da nossa missão e compromisso de garantir o desenvolvimento sustentável do negócio e da sociedade, destacamos os seguintes eventos ocorridos no ano, os quais resultaram num desempenho acima da média para os bancos de estatura semelhante à nossa:

- Crescimento da carteira de recursos em cerca de 50% comparando com o exercício anterior, tendo o Banco atingido pela primeira vez na sua história a barreira dos Kz 119 mil milhões.
- Crescimento da base de Clientes em 42%, que se traduziram em 19 021 captações.
- Alargamento da taxa de penetração do Banco YETU pelos diversos canais, por via da atribuição de TPA virtual (GPO Gateways).
- Aumento considerável de 68% da carteira de crédito, que em termos absolutos representam um financiamento à economia nacional em mais Kz 12 mil milhões.

### Participação em Eventos

No âmbito dos objectivos de captação e fomento de negócio, o Banco YETU participou em eventos de âmbito nacional, nomeadamente:

- Workshop sobre Inclusão Financeira em Angola, organizado pelo BNA;
- FILDA 2023;
- EXPO Huila 2023;
- Fórum do MINFIN, referente ao Projecto de Parceria Público-Privada para impulsionar a bancarização da população usuária do Mercado do Quilometro 30 e do Mercado da Cerâmica; e
- Feira das Festas da Cidade de Menongue.

Na sequência da caracterização da estratégia de expansão, continuamos a acreditar que estamos no caminho certo, mas cientes da necessidade de mantermos uma cultura de melhoria contínua e de procurar servir, com rigor e qualidade, melhorando os tempos de respostas aos nossos Clientes. Neste sentido, identificamos os seguintes pontos de realce:

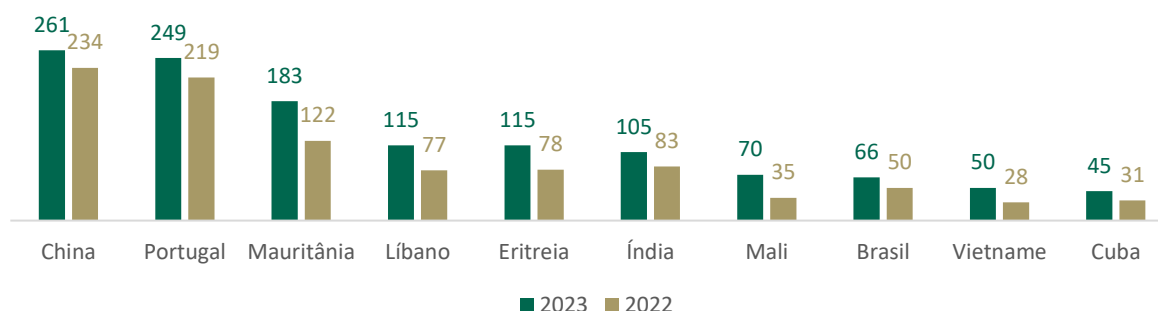
- Continuação do foco na automatização e digitalização de processos manuais de forma a contribuir para o aumento da produtividade e, por conseguinte, prestar um melhor serviço aos Clientes.
- Manter o comércio como impulsionador para o alcance das métricas financeiras e aumentar substancialmente as parcerias por via dos protocolos com as empresas e instituições, com o objectivo de incrementar o crédito aos particulares.
- Investir de forma consistente na capacitação das equipas através de programas de formação, que englobem desde capacidades de liderança a competências técnicas e comportamentais. Para tal, o Banco realizou um programa de formação das áreas comerciais, conduzido e ministrado por colaboradores experientes.
- Selecção criteriosa de profissionais, aliada a programas de formação contínua, assegurando que a equipa estivesse preparada para enfrentar os desafios dinâmicos dos diferentes sectores.
- Manter o processo de melhoria ao nível do KYC e AML de modo a robustecer o entendimento do Banco sobre toda a cadeia de valor dos Clientes, e assim, oferecer soluções efectivas, aconselhamento financeiro adequado, e proporcionar uma experiência de excelência.

### **Segmentação dos Clientes**

Os nossos Clientes estão maioritariamente alocados na carteira de Particulares e Negócios com um total de 62 886, representando um peso de 97% e o remanescente alocado na carteira de Grandes Empresas, Institucionais e Banca Privada com um total de 1 629.

Quanto às nacionalidades, o Banco fechou o exercício com 62 868 Clientes nacionais e 1 647 Clientes estrangeiros, mais 37% e 35% se comparado com o exercício anterior, respectivamente.

Figura 20 – Clientes Estrangeiros



### Banca Privada

O nosso Centro de Atendimento Privado (CAP) tem-se pautado pela excelência e compromisso em proporcionar aos nossos Clientes uma experiência única e personalizada. Implementamos estratégias inovadoras para aprimorar a qualidade do serviço oferecido, colocando sempre as suas necessidades individuais no centro das nossas operações.

Um dos aspectos que merece destaque é o foco contínuo na personalização dos serviços. A nossa equipa dedicada de gestores de conta tem trabalhado de perto com cada Cliente, compreendendo as suas metas financeiras, apetência ao risco e necessidades específicas. Esta abordagem personalizada tem sido fundamental para a construção de relações sólidas e duradouras. Outro factor crucial, tem sido a agilidade na tomada de decisões e na resposta às necessidades dos Clientes. Implementamos processos internos que visam a redução de burocracias e a maximização da eficácia operacional, garantindo que as soluções sejam implementadas de forma rápida e eficiente.

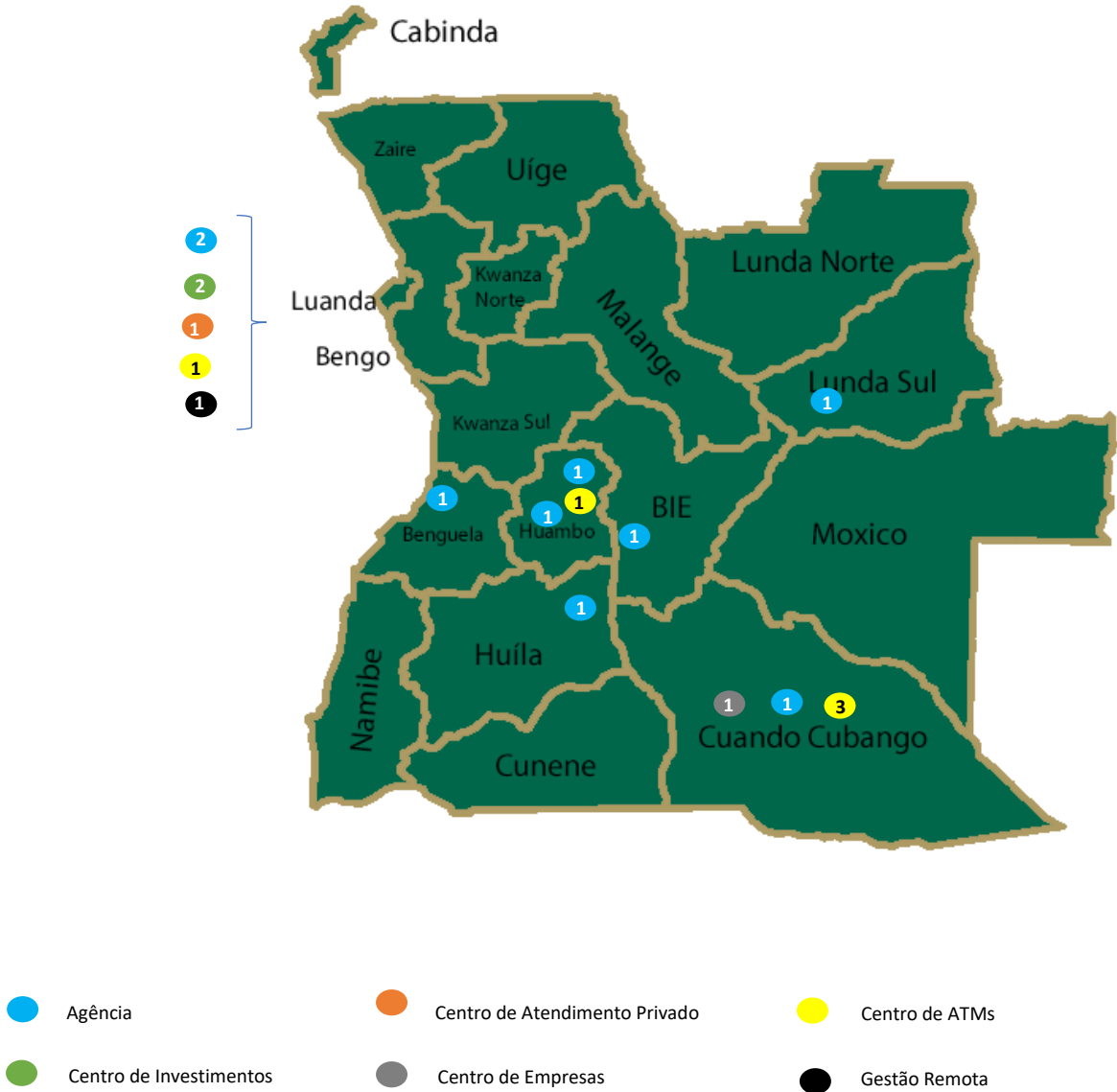
Destacamos a eficiência na disponibilização de cartões da rede Mastercard (Débito e Crédito) crédito pessoais e aplicações ajustadas ao segmento.

### Canais de Distribuição

O Banco YETU conta com 20 canais de distribuição, subdivididas em 9 Agências, 2 Centros de Investimentos e Poupanças (CIP), 1 Centro de Empresas (CE), 1 Centro de Atendimento Privado (CAP), 6 Centros de ATMs, e 1 Unidade de Gestão Remota com a seguinte distribuição ao nível do território nacional:



Figura 21 – Implantação Territorial



## 13. Compliance

### Procedimentos de Diligência

Os procedimentos assentam numa abordagem baseada no risco, o que determina a necessidade de avaliar o risco de Branqueamento de Capitais/ Financiamento do Terrorismo (BC/FT) atribuível a cada Cliente YETU no momento do estabelecimento da relação de negócio e, subsequentemente, de forma contínua, permitindo assim a adequação dos procedimentos de diligência ao nível de risco atribuído ao Cliente YETU.

Abaixo descrevemos uma síntese destes procedimentos de diligência:

- Diligência simplificada – efectuada apenas para Clientes de risco baixo que se encontram definidos legalmente, nomeadamente: a) o Estado ou uma pessoa colectiva de direito público, de qualquer natureza, integrada na administração central, provincial ou local; ou b) a autoridade ou organismo público, sujeito a práticas contabilísticas transparentes e a fiscalização.
- Diligência Normal – aplicada no âmbito de uma abertura ou manutenção de conta e, é efectuada a todas as entidades em que o nível de risco é médio.
- Diligência Reforçada (*Enhanced Due Diligence - EDD*) – consiste na aplicação de procedimentos adicionais necessários para identificar, verificar a identidade dos Clientes, bem como adoptar medidas adicionais para conhecer a origem do seu património (além da origem dos fundos).

O Banco YETU realiza medidas de diligência reforçada nas seguintes situações:

- Quando previsto legalmente, nomeadamente a pessoas politicamente expostas (PEP) e organizações sem fins lucrativos;
- Quando a avaliação de risco efectuada indica que a relação de negócio tem um risco elevado de BC e FT;
- Quando as transacções efectuadas pelo Cliente YETU não se enquadram no perfil transaccional do cliente.

A abertura de contas de risco elevado depende da validação do nosso Gabinete de Compliance e, no caso das PEP, dos membros da Administração.

### Monitorização e Diligência de Clientes e Transacções

1. No âmbito da monitorização e diligência a Clientes e transacções, em 2023 foram monitorados 1 096 movimentos;
2. No que diz respeito ao *Screening* manual de transacções contra as listas de sanções, verificamos apenas 1; e
3. Foram analisados 10 processos de abertura de conta de Pessoas Politicamente Expostas, tendo sido submetidos à aprovação superior.
4. No âmbito da remediação de contas e Clientes, foi feita a manutenção de 4 392 registos do nível de risco Anti-Money Laundering (AML);

5. Ainda no âmbito da actividade de monitorização e diligência de Clientes foram respondidos 309 questionários de bancários correspondentes internacionais;
6. Relativamente ao acompanhamento e monitorização de correspondências relevantes continuamos a registar pedidos diversos de informação das diversas autoridades;
7. Sobre a correspondência bancária/ contrapartes [Know Your Clientes (KYC) Annual Review] foram registados 2 pedidos;
8. No que diz respeito ao tratamento de alertas, a solução tecnológica Eagle AML (PFS), cuja finalidade é gerar alertas de *screenings* de entidades e de transacções permitiu efectuar o *screening* de 27 090 transacções e Clientes contra as listas de sanções.

### Revisão e Actualização de Processos

Após o início da relação de negócio, o Banco YETU aplicou medidas de diligência necessárias para garantir que a documentação e informação disponível relativa aos seus Clientes se mantivessem actualizadas.

A revisão dos processos de Clientes de risco normal ou baixo (CDD), é feita a cada 3 anos ou na data de caducidade dos documentos de identificação do Cliente YETU.

Para os Clientes com nível de risco elevado, a revisão dos processos (EDD) é feita a cada 2 anos ou na data de caducidade dos documentos de identificação do Cliente YETU.

### Conservação de Registos

O Banco YETU conserva, no mínimo, por um período de 10 anos a documentação respeitante ao cumprimento dos deveres de identificação, diligência, controlo, recusa/abstenção de execução de transacções e de outros previstos legalmente.

### Matriz de Risco

Nós dispomos de uma matriz que permite fazer uma abordagem ao risco. A mesma é anexada ao processo de abertura e manutenção de conta, permitindo assim classificar os Clientes por nível de risco.

Realizamos também o controlo interno da instituição destinado a garantir o cumprimento das normas legais e regulamentares em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento ao terrorismo, incluindo nas sucursais e filiais da instituição. O YETU implementou procedimentos internos destinados a garantir o cumprimento das normas legais e regulamentares em matéria de PBC e FT, nomeadamente: a) monitorização de movimentos em numerário iguais e superiores a USD 15 000 ou equivalentes em moeda nacional e outras moedas; b) filtragem de transacções e Clientes contra as listas de sanções; c) análise do risco do Cliente YETU no momento de abertura da conta; d) análise e monitorização das operações sobre o estrangeiro.

### Programa de Visitas aos Clientes do Banco YETU

Os procedimentos “conheça o seu cliente” (KYC) são críticos para avaliar o risco do Cliente YETU e é um requisito legal para o cumprimento das leis de combate ao BC/FT e PADM.

Nesta medida, o nosso Gabinete de Compliance estabeleceu um programa de visitas aos nossos Clientes, tendo sido realizadas 8 visitas a Clientes, das 12 visitas programadas.

No âmbito destas actividades foram produzidos relatórios de visitas aos Clientes que nos permitiram ter um perfeito conhecimento da identidade e da natureza dos negócios e serviços prestados por estes, culminando com o estabelecimento de um perfil de risco adequado a cada cliente visitado.

Neste sentido, esta actividade permitiu determinar o seguinte:

- Confirmar a identidade de cada cliente e, caso aplicável, dos seus representantes e beneficiários efectivos;
- Compreender a natureza da sua actividade e o perfil transaccional;
- Verificar a coerência e consistência de toda a informação prestada;
- Recolher toda informação necessária a mitigar riscos de Branqueamento de Capitais;
- Entender a finalidade e o propósito das transacções efectivadas;
- Avaliar os riscos de BC/FT e PADM associado a esse cliente;
- Efectuar a monitorização de forma contínua.

### **Análise de Compliance dos Sistemas**

Está prevista a reparametrização para implementação do módulo de Monitorização de Transacções de Trade Finance, em sede de prevenção de PBC/FT e PADM e o módulo de monitorização de Clientes (KYC E KYT), que permitirá fazer melhor acompanhamento dos Clientes com base no seu perfil de risco.

Adicionalmente, está em curso, no âmbito do PESI (Plano Estratégico dos Sistemas de Informação), a optimização e melhoria dos sistemas do Banco YETU, que deverá contemplar as melhorias acima indicadas.

### **Análise de Compliance das Formações**

Em conformidade com o Aviso n.º 14/20, Regras de PCB/FT, Art.º 25.º – Formação de Colaboradores, o Banco YETU estabeleceu um programa de formação para o ano de 2023, transversal a todas as unidades de negócio com enfoque nas áreas tomadoras de risco.

Assim, no exercício em referência, foi aprovado e implementado um plano de formação que visou robustecer a Função de Compliance, cujo foco principal foi dotar os Clientes IN em geral, incluindo os Membros do Conselho de Administração, de conhecimentos avançados sobre a temática PBC/FT, bem como o seu enquadramento legislativo e regulamentar.

O programa de formação foi projectado para ministrar em formato presencial e à distância com recurso a plataforma virtual, tendo sido projectado com uma abrangência a nível Nacional.

A unidade ministrou 172 formações de AML (Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo), aos colaboradores afectos aos Serviços Centrais e Direcção Comercial, bem como a sessão de acolhimento aos novos colaboradores.

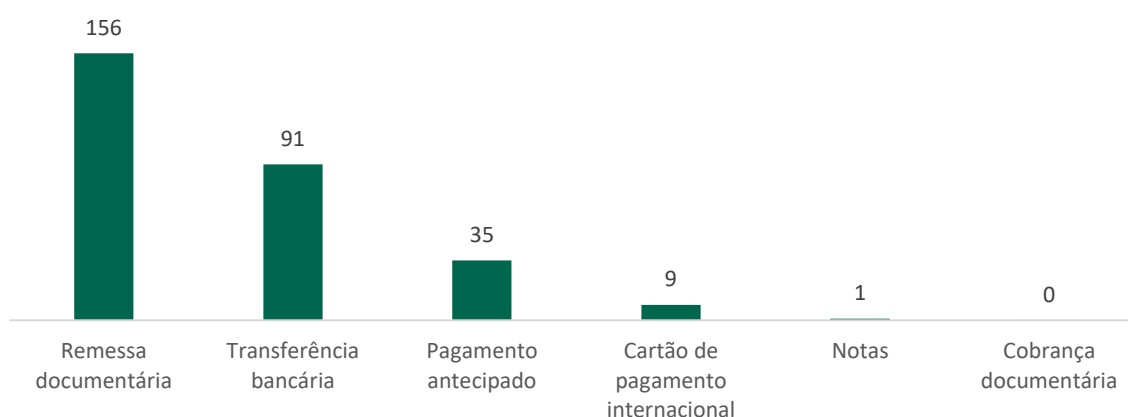
## Conservação de Documentos

Toda a informação sobre as acções de formação, ou registos relativos à formação dos colaboradores são conservados e mantidos à disposição do regulador/supervisor por um período de 5 anos, em conformidade com o estabelecido na Lei n.º 05/20 de 27 de Janeiro, Lei de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, do Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destrução em Massa.

## 14. Controlo Cambial – Operações sobre o Estrangeiro

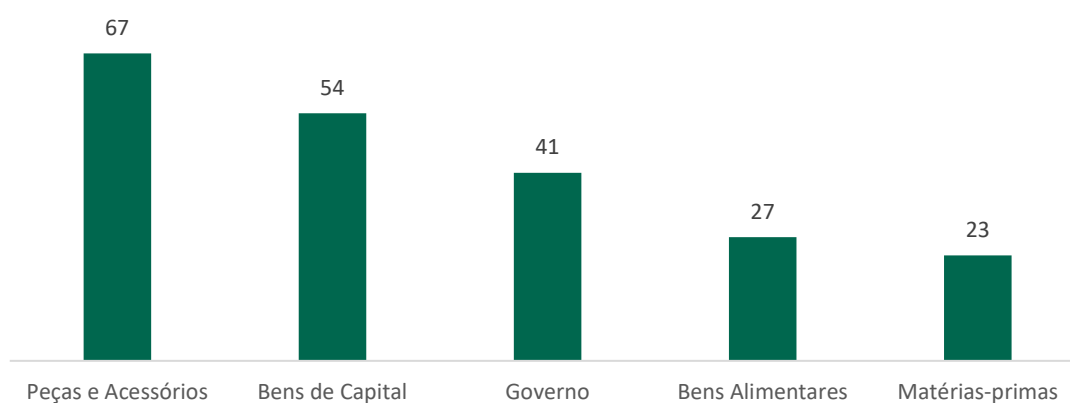
Foram validadas mais de 15 mil operações cambiais correspondendo a um total de EUR 294 milhões, das quais 65% liquidaram-se efectivamente, estando estas segregadas entre remessa documentária, transferência bancária, pagamento antecipado cartão pré-pago, notas e cobrança documentaria.

Figura 223 – Operações de Mercadorias (milhões de EUR)



No que diz respeito à finalidade das operações executadas, encerramos o exercício com 81 sub-categorias, dentre as quais 5 representam por si só um peso de 72% sobre o total da balança de pagamentos, nomeadamente: Peças e Acessórios com 23%, Bens de Capital com 18%, Governos com 14%, Bens Alimentares com 9%, e Matéria-Prima com 8%.

Figura 234 – Finalidade das Operações (milhões de EUR)



Em média, os Clientes esperam entre 01 e 05 dias para a liquidação das operações realizadas em todos os instrumentos de pagamento, sendo que, grande parte teve como destino quatro países específicos, nomeadamente: Portugal, China, França e Emirados Árabes Unidos.

## 15. Canais Directos

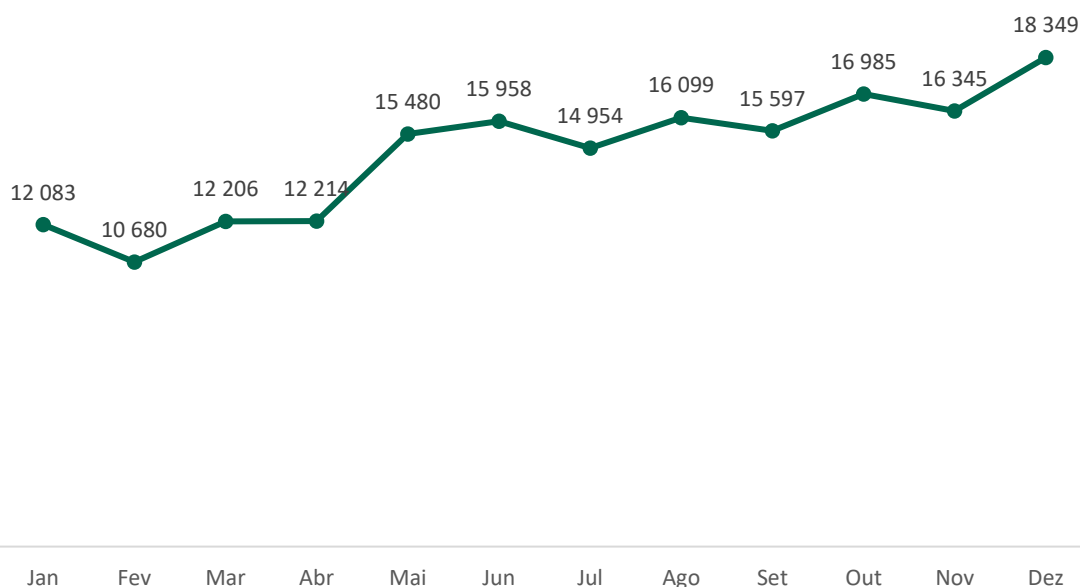
A Direcção de Canais Electrónicos sofreu uma reestruturação que visou a implementação do Departamento de Atendimento Remoto, garantindo assim uma melhor prestação de serviço aos nossos Clientes através de um canal virtual.

O objectivo foi de: (1) dotar o Banco de uma unidade responsável pela análise e tratamento de todas as reclamações efectuadas sobre a prestação do Banco YETU, em tempo útil, preservando sempre os interesses legítimos dos Clientes, e (2) criar um canal remoto de prestação de serviços e venda de produtos financeiros.

### Cartões Multicaixa

Ao final do exercício, os cartões multicaixa continuaram a evidenciar um volume de transacções consideráveis e mantiveram o ritmo de crescimento ano após ano, sendo que, em 2023 atingimos o total de Kz 176,9 mil milhões em transacções.

Figura xx – Evolução Mensal de Transacções com Cartões



No decorrer do exercício o Banco YETU atribuiu aos seus Clientes um total de 24 mil cartões, passando a ter um parque global de 41 mil cartões multicaixa, que representa uma taxa de crescimento de 58% no ano de 2023.

### Internet Banking – NetYETU

Durante todo o ano, emitimos um total de 6 502 novos contractos de *Internet Banking*, dos quais, 5 748 foram para Clientes particulares, com um peso de 88% sobre o total e 754 para Clientes empresas. O crescimento anual no volume de transacções no *Internet Banking* foi de 118%.

Figura xx – Volume Trimestral de Transacções pelo NetYETU

Segmento	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
Particulares	672 722	2 307 971	6 437 720	10 846 666
Empresas	21 220 792	38 977 515	66 293 503	83 980 039
<b>TOTAL</b>	<b>21 893 514</b>	<b>41 285 486</b>	<b>72 731 223</b>	<b>94 826 705</b>
<b>Variação Anual</b>	<b>+118%</b>			

**Caixas Automáticas – ATM**

A respeito da disponibilidade operacional, o mês de Janeiro e Maio foram os que apresentaram os melhores desempenhos, com uma Taxa de Operacionalidade (TOR) de 98,30% e 98,2%, respectivamente.

Figura 27 – Transacções nas ATM Disponibilizadas pelo Banco

Transacção	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
Cartões outros Bancos	53 221 498	60 735 243	65 571 740	65 974 663
Cartões YETU	2 594 985	3 379 454	2 864 849	3 409 078
<b>TOTAL</b>	<b>55 816 483</b>	<b>64 114 697</b>	<b>68 436 589</b>	<b>69 383 741</b>
<b>Variação Anual</b>	<b>+10%</b>			

**Terminal de Pagamento Automático – TPA**

O volume de transacções em equipamentos TPA ascendeu aos Kz 205 milhões, que representaram assim um aumento na ordem dos 20%, quando comparado com o exercício anterior.

Figura 29 – Volume mensal das Transacções em TPA

Transacção	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
Cartões outros Bancos	44 108 889	41 409 806	54 396 043	63 107 558
Cartões YETU	611 980	691 132	700 272	970 484
<b>TOTAL</b>	<b>44 720 869</b>	<b>42 100 938</b>	<b>55 096 770</b>	<b>64 078 042</b>
<b>Variação Anual</b>	<b>+20%</b>			

O mês de Dezembro foi o que maior volume de transacções apresentou, com o saldo a ascender aos Kz 23 milhões, enquanto o menor volume de transacções ficou registado no mês de Abril, tendo o saldo atingido os Kz 13 milhões.

**16. Comunicação e Marketing****Produtos, Serviços e Banca Digital**

No âmbito dos produtos de poupança, foram realizados 6 lançamentos de Depósitos a Prazo que tiveram como objectivo a captação e retenção de novos recursos caracterizados por taxas de juros bastante atractivas e prazos entre 30 e 180 dias. Adicionalmente fizemos lançamentos exclusivos para clientes do segmento *Private*, garantido assim uma oferta de alto valora estes clientes.

O Banco YETU foi pioneiro no lançamento de uma solução de investimento, denominada por Títulos Fraccionados, que permite ao Cliente aplicar valores a partir de Kz 1 000,00. Esta oferta inclusiva e disruptiva, possibilitará aos Clientes com menor poder de aquisição o investimento em títulos do tesouro da dívida pública angolana.

Adicionalmente, no âmbito do desenvolvimento de produtos de crédito para clientes particulares, o Banco YETU foi bastante ambicioso e criou várias ofertas, focadas essencialmente nas necessidades das famílias angolanas.

Na oferta de crédito a Clientes empresas, foram criadas soluções como a Antecipação de Pagamentos a Fornecedores do Estado e, o Financiamento de *Purchasing Orders* (P.O.) a empresas do sector petrolífero.





Foi no exercício de 2023 que o Banco efectivou a iniciativa da oferta digital associada à realização das operações sobre o estrangeiro através do nosso aplicativo *mobile* e *homebanking* NetYETU.

Alargamos a expansão das máquinas de depósitos automáticos para a agência localizada na Cidade da China, no município de Viana, oferecendo assim maior conforto aos nossos Clientes e Parceiros para a realização dos seus depósitos a qualquer momento e de forma rápida.

## Onde estamos:

Centro de ATM  
Máquinas de Depósitos



## Comunicação, Imagem e Responsabilidade Social

Mantivemos a divulgação da campanha de cartões Mastercard, débito e crédito via canais televisivos, bem como por intermédio dos meios digitais os produtos e serviços genéricos do Banco.

Concretizámos o lançamento da campanha televisiva referente à isenção da comissão de fecho dos equipamentos TPA do Banco.

Destacamos abaixo as principais campanhas do ano:

**CARTÃO DE CRÉDITO MULTICAIXA EM KWANZAS**  
Aproveite o poder de comprar agora e pagar depois!

**Banco YETU**  
Tudo é possível.

1510 7770 3012 0000  
VALID 12/25  
IGOR BENZA

Linha de atendimento: (+244) 222 703 902  
E-mail: faleconnosco.yetu@bancoyetu.ao

www.bancoyetu.ao

**DEPÓSITO A PRAZO EXECUTIVO**  
O ALTO RENDIMENTO QUE O SEU INVESTIMENTO PRECISA

**Banco YETU**  
Tudo é possível.

Destinado a Grandes Empresas, Institucionais e Banca Privada.

**PRAZO: 90 DIAS**  
**TAXA ANUAL NOMINAL BRUTA (TANB): 14%**  
**MIN. DE CONTINUIÇÃO: 100.000.000 AOA**

www.bancoyetu.ao

**DEPÓSITO A PRAZO USD - Dólar Norte Americano**

**Banco YETU**  
Tudo é possível.

**PRAZO: A PARTIR DE 30 DIAS**  
**TAXA ANUAL NOMINAL BRUTA (TANB): ATÉ 1,75%**

Linha de atendimento: (+244) 222 703 902  
E-mail: faleconnosco.yetu@bancoyetu.ao

www.bancoyetu.ao

**OPERAÇÕES NO ESTRANGEIRO NO NET YETU**

**A SUA TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL NUNCA FOI TÃO FÁCIL, TÃO SIMPLES, TÃO YETU**

**Banco YETU**  
Tudo é possível.

Linha de atendimento: (+244) 222 703 902  
E-mail: faleconnosco.yetu@bancoyetu.ao

www.bancoyetu.ao

**SOLUÇÕES FINANCEIRAS**  
**ISENÇÃO DA COMISSÃO DE FECHO DE TPA**

**NO BANCO YETU, A SUA EMPRESA PODERÁ ESTAR ISENTA DA COMISSÃO DE FECHO, MEDIANTE A ANÁLISE DO VOLUME DE NEGÓCIOS.**

FALE COM O SEU GESTOR E GARANTA JÁ A SUA ISENÇÃO.

**Banco YETU**  
 Tradição e Inovação

www.bancoyetu.ao



**DEPÓSITO A PRAZO 30 DIAS**

**OBTENHA O RENDIMENTO QUE PRECISA EM APENAS 30 DIAS, DE FORMA RÁPIDA E EFICIENTE.**

**Banco YETU**  
 Tradição e Inovação

**30 DIAS**

**CALENDÁRIO**

PRAZO: 30 DIAS  
 TAXA ANUAL NOMINAL BRUTA (TANB): 10%  
 MÍN. DE CONSTITUIÇÃO:  
 DIRECÇÃO DE PARTICULARES E NEGÓCIOS: 500.000,00 AOA  
 DIRECÇÃO DE GRANDES EMPRESAS, INSTITUCIONAIS E BANCA PRIVADA: 2.500.000,00 AOA

Linha de atendimento: (+244) 222 703 902 | E-mail: faleconnosco.yetu@bancoyetu.ao



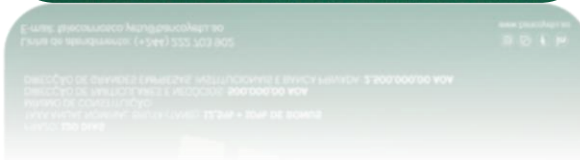
**DEPÓSITO A PRAZO EXTRA**

**O DEPÓSITO A PRAZO QUE LHE OFERECE O BÓNUS QUE O SEU INVESTIMENTO PRECISA**

**Banco YETU**  
 Tradição e Inovação

**PRAZO: 120 DIAS**  
 TAXA ANUAL NOMINAL BRUTA (TANB): 12,5% + 10% DE BONUS  
 MÍNIMO DE CONSTITUIÇÃO:  
 DIRECÇÃO DE PARTICULARES E NEGÓCIOS: 500.000,00 AOA  
 DIRECÇÃO DE GRANDES EMPRESAS, INSTITUCIONAIS E BANCA PRIVADA: 2.500.000,00 AOA

Linha de atendimento: (+244) 222 703 902  
 E-mail: faleconnosco.yetu@bancoyetu.ao





**CRÉDITO AO CONSUMO**  
EM PARCERIA COM A **ISHOP**

**Banco YETU**  
Tradição e Inovação

**ADQUIRA A ÚLTIMA GERAÇÃO DE TECNOLOGIA COM O BANCO YETU**

**iShop** Revendedor Autorizado

Linha de atendimento: (+244) 222 703 902  
E-mail: faleconnosco.yetu@bancoyetu.ao

**CRÉDITO AUTOMÓVEL EM PARCERIA COM A TARGET**

**Banco YETU**  
Tradição e Inovação

**FINANCIAMENTO ATÉ 80% DO VALOR DA VIATURA**

**COM O BANCO YETU PODE COMPRAR O CARRO DOS SEUS SONHOS.**

**TARGET**

Linha de atendimento: (+244) 222 703 902  
E-mail: faleconnosco.yetu@bancoyetu.ao

**CRÉDITO AO CONSUMO EM PARCERIA COM AS LOJAS HIPER**

**Banco YETU**  
Tradição e Inovação

**hiper** **electro** **hiper** **flex** **hiper** **tubo** **hiper** **tinta**

Linha de atendimento: (+244) 222 703 902  
E-mail: faleconnosco.yetu@bancoyetu.ao

**TÍTULOS FRACIONADOS**

**Banco YETU**  
Tradição e Inovação

**AGORA FICOU MAIS FÁCIL INVESTIR NO MERCADO DE CAPITAIS COM ALTA RENTABILIDADE.**

**16,25%**

**4 Meses**  
Maturidade residual  
**AKZ 100,00**  
Valor de investimento mínimo

Linha de atendimento: (+244) 222 703 902  
E-mail: faleconnosco.yetu@bancoyetu.ao

Participámos na 12.<sup>a</sup> edição da FIB (Feira Internacional de Benguela) e na 38.<sup>a</sup> edição da FILDA. Adicionalmente concretizamos a nossa primeira participação na Expo Huíla. Estas

participações tiveram como objectivo a divulgação da marca YETU, tal como o leque de produtos e serviços que dispomos.

Realizámos o nosso primeiro Fórum Comercial, que congregou toda a rede comercial para abordar temas relevantes sobre o negócio, conhecer os desafios das nossas equipas e juntos identificar soluções, bem como propostas de novos produtos & serviços e por último a satisfação dos nossos clientes.







No âmbito da responsabilidade social, o Banco YETU dedicou-se ao Centro Oncológico de Luanda, ao qual doou bens não perecíveis.

Ainda no âmbito do Outubro Rosa, o Banco participou na Caminhada proporcionada pelo Banco Nacional de Angola, que contou com o envolvimento de todos os Bancos em apoio à luta contra o cancro da mama.



## 17. Tecnologias e Sistemas de Informação

No âmbito das tecnologias, 2023 foi um ano que o Banco YETU, deu início a grandes investimentos tecnológicos, de forma a robustecer a sua placa tecnológica e proporcionar uma melhoria contínua dos produtos e serviços financeiros, bem como a garantir a alta disponibilidade dos mesmos.

Promovemos a adopção de tecnologias inovadoras com o objectivo de aprimorar a eficiência operacional, oferecer uma experiência aos nossos clientes mais ágeis, inovadores e personalizados, com acesso móvel e digital conveniente, tais como:

- Nos canais digitais foram alargadas as funcionalidades que permitiram a inserção de processos de submissão de OPE de forma ágil e segura, operações de carácter particular, como viagem, ajuda familiar e pessoal.
- *Onboarding* digital para a abertura de conta bancária e processo de integração de Clientes por meio de canais digitais, proporcionando uma jornada que visa oferecer aos Clientes uma experiência rápida, segura e única, ou seja:
  - Operações mais eficientes;
  - Melhor serviço ao Cliente;
  - Melhorar a experiência do empregado; e
  - Auditabilidade e rastreabilidade.

Destaca-se, ainda, a implementação dos processos de Transferências STI (Sistema de Transferências Instantâneas), Desmaterialização de PIN, implementação das mensagens financeiras no novo formato ISO20022 conforme regulamentado pelo BNA e pela EMIS.

Do ponto de vista tecnológico e como forma de prevenir impactos causados por falhas nas infra-estruturas informáticas, a o Banco YETU implementou mecanismos de recuperação baseados em soluções de alta disponibilidade, quer dos equipamentos, quer das aplicações e dados que os mesmos suportam e definiu critérios relacionados com a criticidade para o negócio, que permitem inventariar os activos críticos no âmbito do risco tecnológico.

## 18. Segurança Electrónica

De acordo com o Plano Estratégico traçado pelo Banco YETU, a Segurança da Informação é considerada como um dos pilares fundamentais de forma a proteger os dados e as informações dos nossos clientes. Durante o ano de 2023 o Gabinete de Segurança de Electrónica (GSE) trabalhou na continuidade e desenvolvimento das suas operações, e de modo a poder estar alinhado com a regulação publicada “*Aviso nº8/2020 & Directiva n.º 05/DBS/DRO/ 2022*”. O Banco YETU desenvolveu um plano de Segurança Cibernética 2023/2025, onde foram definidas 56 iniciativas de melhorias no modelo de Gestão Cibernética.





Com vista a garantir o cumprimento do Plano de Segurança Cibernética traçado para o ano de 2023 foram realizadas actividades de melhorias das iniciativas identificadas nos controlos abaixo:

- Controlos Organizacionais;
- Controlos de Pessoas;
- Controlos de Gestão de activos; e
- Controlos de Tecnológicos.

Tendo em consideração a especificidade dos Riscos Cibernéticos, o Banco desenvolveu um programa de Consciencialização direccionado aos Colaboradores e Clientes, com objectivo de garantir o uso mais seguro e responsável dos serviços disponibilizados pelo banco e a segurança da informação dos nossos clientes.

## 19. Análise Financeira

### Activo

Ao final do exercício, os Activos do Banco estiveram maioritariamente alocados na conta dos títulos e valores mobiliários representando um peso de 42%, seguido da conta dos créditos a Clientes representando um peso de 18%.

#### Caixa e disponibilidades em bancos centrais

O saldo da conta caixa esteve essencialmente constituído pela rubricas da tesouraria em mais de 70% e quando comparado com o exercício anterior, apresentou uma diminuição de 26%.

As disponibilidades em bancos centrais mantiveram o seu saldo elevado no exercício findo a 31 de Dezembro de 2023, embora inferior ao registado no exercício anterior, tendo apresentado uma variação negativa de 7%. As rubricas com maior expressão ao nível desta conta, foram as reservas obrigatórias com 42% e reservas livres com 47%.

As disponibilidades em outras instituições de crédito, registaram uma variação positiva e acentuada de 113% no seu saldo entre os anos de 2023 e 2022, estando mais de 50% destas alocadas ao correspondente Atlântico Europa.

Figura xx – Caixa e disponibilidades em bancos centrais (montantes em milhares de Kz)

Caixa e disponibilidades	2023	2022	2021	2020
Caixa	6 012 769	8 218 702	8 011 561	5 259 690
Disponibilidades em bancos centrais	21 718 743	23 429 225	7 781 393	4 474 661
Disponibilidades em outras instituições de crédito	14 445 225	7 786 161	4 169 901	2 470 027
<b>Total</b>	<b>42 176 736</b>	<b>39 434 088</b>	<b>19 962 855</b>	<b>12 204 378</b>

#### Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito

A 31 de Dezembro de 2023, o Banco YETU não apresentou qualquer operação de aplicação de liquidez viva, por este motivo o saldo apresentado é nulo. Não obstante a isto, durante o exercício, foram sendo realizadas transacções, maioritariamente com bancos residentes, que culminaram nos juros recebidos registados ao nível da margem financeira.

Figura xx – Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (montantes em milhares de Kz)

Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	2023	2022	2021	2020
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>8 004 510</b>	<b>10 573 861</b>	<b>10 847 247</b>

#### Carteira de títulos e valores mobiliários

O volume da carteira de títulos e valores mobiliários tem vindo a crescer ano após ano, espelhando assim o comprometimento do Banco YETU em robustecer o seu balanço. De 2022 a 2023, a carteira cresceu cerca de 32%, estando o maior peso afecto à tipologia

activos financeiros ao justo valor através de resultados que representava mais de 80% sobre o seu total.

Figura xx – Carteira de títulos e valores mobiliários (montantes em milhares de Kz)

Carteira de títulos e valores mobiliários	2023	2022	2021	2020
<b>Total</b>	<b>73 467 274</b>	<b>55 490 549</b>	<b>19 087 389</b>	<b>16 485 506</b>

### Crédito a clientes

A carteira de crédito a clientes também manteve a sua tendência de incremento a cada ano, com o exercício de 2023 a demonstrar uma variação positiva de 86%.

Desta forma, o Banco YETU reforçou a sua estratégia de fomento da economia nacional, financiando principalmente o sector empresarial.

Figura xx – Crédito a clientes (montantes em milhares de Kz)

Crédito a clientes	2023	2022	2021	2020
<b>Total</b>	<b>31 734 590</b>	<b>18 916 793</b>	<b>11 052 559</b>	<b>4 480 944</b>

### Outros activos tangíveis e intangíveis

O incremento registado ao nível dos outros activos fixos, reflecte os investimentos que o Banco YETU efectuou para a melhoria substancial das suas instalações físicas e equipamentos, com destaque para o Novo Edifício Sede. Estes investimentos ascenderam aos Kz 4,5 mil milhões referentes apenas ao exercício, repartidos da seguinte forma em termos de tipologia: 42% para obras, 29% para compra do imóvel, 28% para mobiliário, e o remanescente para equipamentos.

Quando comparado o saldo acumulado de 2022 versus 2023, verifica-se um aumento na ordem dos 46%.

Figura xx – Outros activos tangíveis e intangíveis (montantes em milhares de Kz)

Outros activos tangíveis e intangíveis	2023	2022	2021	2020
Activos tangíveis	15 978 497	11 192 076	3 598 520	2 440 870
Activos intangíveis	517 658	187 077	290 339	295 205
<b>Total</b>	<b>16 496 155</b>	<b>11 379 153</b>	<b>3 888 859</b>	<b>2 736 075</b>

### Passivo

#### Recursos de clientes e outros empréstimos

A carteira de depósitos dos clientes cresceu cerca de 50%, se comparado com o exercício de 2022, demonstrando assim o grau de confiança e reconhecimento dos Clientes em incrementarem a sua actividade com o Banco YETU. Ao final do exercício de 2023, a

repartição entre as duas tipologias de depósitos foi equitativa, embora com ligeiro pendor para os depósitos a prazo.

**Figura xx – Recursos de clientes e outros empréstimos (montantes em milhares de Kz)**

<b>Recursos de clientes e outros empréstimos</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
À ordem	59 620 912	51 189 116	25 138 275	23 370 232
A prazo	59 661 338	28 182 465	8 481 303	4 293 396
<b>Total</b>	<b>119 282 250</b>	<b>79 380 581</b>	<b>33 619 578</b>	<b>27 663 628</b>

## Margem Financeira

### Juros e rendimentos Similares

A componente dos juros e rendimentos similares continuou sendo suportada pelos proveitos recebidos por via dos títulos da dívida pública angolana, em cerca de 71%, seguindo-se o contributo dos proveitos dos créditos concedidos aos Clientes, em cerca de 28% e, por último, o contributo dos proveitos das aplicações de liquidez no mercado monetário interbancário (MMI) com a restante percentagem. O seu total fixou-se nos Kz 13,1 mil milhões.

Os proveitos dos títulos da dívida pública apresentaram, em 2023, uma taxa de remuneração média ponderada de 15%, relativamente inalterada face à apresentada em 2022. Embora não tenha havido uma variação substancial nas taxas de um ano para o outro, o stock da carteira voltou a registar um incremento, fruto da aposta efectuada nos investimentos em produtos com rentabilidades fixas.

Já nos proveitos de créditos, notou-se também um incremento na rentabilidade, porém não substantivos, com o aumento de apenas 13%, devido essencialmente ao facto de o Banco ter elevado volume de concessões apenas no último trimestre do ano, permitindo a elevação do stock de crédito para mais de 60%. Em termos da distribuição do peso da carteira de créditos a Clientes por segmento apresenta-se o segmento empresas com 94% e o segmento particulares com 6%. Enquanto em termos da distribuição do peso por sectores de actividades destacam-se três que de forma agregada representam já 54% do total, nomeadamente Serviços de Apoio Prestados às Empresas (26%), Comércio à Retalho em Outros Estabelecimentos não Especializados (20%) e Construção de Outras Obras de Engenharia Civil (9%).

As aplicações de liquidez no MMI cingiram-se essencialmente ao mercado nacional, embora terem sido também registadas operações com instituições do mercado europeu, concretamente Portugal.

Globalmente, os juros e rendimentos similares cresceram 35% quando comparado com o exercício anterior.

Figura 31 – Margem Financeira (Proveitos) (montantes em milhares de Kz)

Margem Financeira (Proveitos)	2023	2022	2021	2020
Títulos da dívida pública nacional	9 272 433	5 687 922	5 210 486	3 079 782
Créditos a clientes	3 662 780	3 259 664	1 340 467	431 702
Aplicações de liquidez no MMI	213 359	798 121	557 426	532 599
<b>Total</b>	<b>13 148 572</b>	<b>9 745 708</b>	<b>7 108 379</b>	<b>4 044 083</b>

### Juros e Encargos Similares

Os depósitos a prazo representavam um peso de 50% sobre o total da carteira, estando a ser remunerados a uma taxa média ponderada de 11%, pelo que ao nível dos juros a serem remunerados aos Clientes, o peso exercido sobre o total da componente dos juros e encargos similares ascendia aos 90%.

A seguir, apresenta-se o peso dos custos com os juros das tomadas de liquidez no MMI, que representavam um peso de 8% sobre o total da categoria de conta, referente maioritariamente à necessidade de se garantir a gestão prudente da liquidez diária do Banco, tanto na vertente das operações realizadas no mercado nacional e internacional.

Por último, destacamos os custos com a locação, a exercer o peso remanescente sobre o total da componente.

De forma agregada, a componente dos juros e encargos similares, registou um agravamento de 108% de 2022 para 2023.

Figura 32 – Margem Financeira (Custos) (montantes em milhares de Kz)

Margem Financeira (Custos)	2023	2022	2021	2020
Depósitos	(4 920 472)	(2 478 978)	(663 242)	(281 362)
Tomadas de liquidez no MMI	(419 549)	(79 531)	-	(89 524)
Locação	(138 694)	(129 108)	(120 367)	(15 415)
<b>Total</b>	<b>(5 478 715)</b>	<b>(2 687 333)</b>	<b>(783 603)</b>	<b>(386 301)</b>

### Comissões Líquidas

#### Rendimentos de Serviços e Comissões

As comissões recebidas no presente exercício apresentaram uma diminuição de 4%, ao compararmos com o exercício anterior, com o maior contributo a ser exercido pelas receitas arrecadadas por via da operacionalização das máquinas ATM, que desta vez superaram o peso que vinha sendo exercido pelas operações executadas sobre o estrangeiro a favor dos Clientes. Estas, sobre o total das comissões recebidas, representaram um peso de 41%.

A tipologia seguinte, venda de divisas, registou uma desaceleração acentuada devido em grande parte às alterações ocorridas na dinâmica do mercado, relativamente à escassez de divisas, situação que afectou sobremaneira as actividades de todos os Bancos e, o YETU não foi excepção.

O restante percentual do total dos proveitos das comissões refere-se às outras tipologias de baixa expressão, embora todas elas de forma agregada somem um saldo elevado.

Figura 243 – Proveitos das Comissões (montantes em milhares de Kz)

Proveitos das Comissões	2023	2022	2021	2020
Utilização máquinas ATM	2 317 616	1 693 926	791 397	458 270
Venda de divisas	862 558	2 267 582	1 187 514	1 187 514
Crédito a clientes	781 259	324 118	175 421	28
Outras comissões	833 780	669 172	1 544 271	783 679
<b>Total</b>	<b>4 795 213</b>	<b>4 954 798</b>	<b>3 698 603</b>	<b>2 429 491</b>

### Encargos com Serviços e Comissões

As comissões pagas no presente exercício apresentaram uma diminuição de 28%, face ao exercício anterior, com destaque para os custos suportados ao nível das operações que os Clientes registaram nas máquinas ATM das outras instituições do mercado. Estas, sobre o total das comissões pagas, representaram um peso de 57% e, durante o ano, viram o seu montante total ascender aos Kz 410 milhões, que quando comparado com o exercício anterior, verifica-se um agravamento de 45%.

O outro grande peso sobre o total das comissões pagas está associado às operações sobre os bancos correspondentes, que evidenciaram um desagravamento de 61% face ao exercício anterior, devido à redução das operações sobre o estrangeiro (OPE) que representaram o forte do Banco em 2022, e agora em 2023, com a escassez de divisas no mercado nacional, estas operações foram realizadas em proporções muito diminutas.

O restante percentual do total dos custos das comissões refere-se às outras tipologias de baixa expressão.

Figura 34 – Custos das Comissões (montantes em milhares de Kz)

Custos das Comissões	2023	2022	2021	2020
Utilização máquinas ATM de outras instituições	(410 454)	(283 738)	(133 470)	(70 409)
Operações sobre bancos correspondentes	(299 035)	(795 899)	(721 623)	(258 164)
Outras comissões	(15 625)	(5 199)	(9 919)	(4 651)
<b>Total</b>	<b>(725 113)</b>	<b>(1 084 837)</b>	<b>(865 012)</b>	<b>(333 224)</b>

### Margem Cambial

A margem cambial ao longo do presente exercício exerceu um peso substancial sobre as receitas do Banco YETU, através do efeito dos ganhos com a venda de divisas aos Clientes e também da reavaliação da posição cambial, pese embora a redução considerável em cerca

de 77%, quando comparado com o exercício anterior, pelos motivos claramente identificados de escassez de divisas.

Figura 35 – Margem Cambial (montantes em milhares de Kz)

Margem cambial	2023	2022	2021	2020
Venda de divisas	5 540 097	22 776 171	11 734 366	4 343 082
Reavaliação da posição cambial	4 793 038	(1 107 069)	175 320	(325 254)
Reavaliação OTX	51 762	(16 705)	(217 397)	(1 927 432)
Outras componentes	79 836	43 320	11 441	(333 244)
<b>Total</b>	<b>10 464 727</b>	<b>21 695 717</b>	<b>11 703 731</b>	<b>6 278 504</b>

### Custos de Estrutura

Os custos de estrutura continuaram estando maioritariamente impactados pelos custos com o pessoal, que representavam cerca de 51% do total, seguidos dos custos com os fornecedores de bens e serviços com 38% e, por último, das depreciações e amortizações dos outros activos fixos tangíveis e intangíveis, com 11% do total.

Nos custos com o pessoal observou-se uma variação no ano de 14%, como resultado dos ajustes efectuados sobre as remunerações do Colaboradores do Banco YETU.

Quanto aos fornecedores, o aumento face ao ano anterior foi de 15%, devido essencialmente aos serviços de consultoria especializada prestados ao Banco YETU, fruto da reestruturação em curso e melhorias implementadas para continuar a dar respostas aos desafios existentes, bem como a necessidade de o Banco melhorar a sua prestação perante os Clientes.

Sobre as depreciações e amortizações, o aumento de 6% face ao exercício anterior deveu-se à actualização tecnológica e investimentos no Edifício que vai albergar a Nova Sede do Banco, o que também contribuiu para a redução do resultado líquido do actual exercício.

Figura 36 – Custos de Estrutura (montantes em milhares de Kz)

Custos de Estrutura	2023	2022	2021	2020
Custos com o pessoal	(8 338 974)	(7 169 170)	(4 121 340)	(3 444 243)
Fornecedores	(6 710 597)	(5 204 683)	(2 294 609)	(1 818 017)
Depreciações e amortizações	(1 781 234)	(1 643 014)	(1 398 419)	(874 047)
<b>Total</b>	<b>(16 830 805)</b>	<b>(14 009 830)</b>	<b>(7 814 368)</b>	<b>(6 136 308)</b>

### Resultado Líquido

Durante o exercício de 2023, os custos de estrutura mantiveram o seu ritmo de agravamento, diferente do produto bancário que apresentou pela primeira vez desde 2021 um ritmo de decréscimo.

As receitas registadas durante o exercício tiveram essencialmente o contributo de duas variáveis: (1) execução de um volume substancial de operações sobre o estrangeiro (OPE) ordenadas pelos Clientes, com o objectivo de corresponder às variadas necessidades apresentadas, que, na sua maioria, continuaram a ser as compras de mercadorias pelos importadores de bens de primeira necessidade; (2) mais valias potenciais reconhecidas ao nível da posição cambial e sobre o justo valor da carteira dos títulos e valores mobiliários.

Com base nisto, o resultado líquido apresentou um decréscimo, em cerca de 47%.

**Figura 37 – Resultados Antes dos Impostos (montantes em milhões de Kz)**



**Figura 38 – Resultados Líquidos (montantes em milhões de Kz)**





## 20. Declaração de Responsabilidade do Conselho de Administração

Declara-se que, tanto quanto é do conhecimento dos abaixo-assinados, as demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2023, as quais compreendem:

- (i) Balanço individual;
- (ii) Demonstrações dos resultados individual;
- (iii) Demonstrações de outro rendimento integral;
- (iv) Demonstrações das alterações nos capitais próprios;
- (v) Demonstrações dos fluxos de caixa e
- (vi) Anexos às demonstrações financeiras

Traduzem uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira, do resultado e operações de alteração no capital próprio e do fluxo de caixa no exercício findo do Banco Yetu, de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (IAS/IFRS).

Mais, se declara que o Relatório de Gestão referente a 31 de Dezembro de 2023 expõe fielmente a evolução dos negócios, o desempenho e a situação do Banco Yetu e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que os mesmos se defrontam.

Luanda, aos 02 de Abril de 2024

### O Conselho de Administração

Abrahão Gourgel

**Presidente do Conselho de  
Administração**

Mário Gavião

**Presidente da Comissão  
Executiva**

## 21. Proposta de aplicação dos resultados

Tendo em conta ao actual contexto da economia angolana, bem como a estratégia de crescimento do Banco e a necessidade de manter fundos próprios que permitam sustentar o crescimento de forma segura e equilibrada, e considerando, de igual modo, que estrutura do Resultado obtido no exercício findo a 31 de Dezembro de 2023 encontra-se assente em Resultados potenciais que poderão se tornar efectivos nos próximos exercícios, apresentamos como proposta para a aplicação do resultado líquido do exercício de 2023, no valor de Kz 7,7 mil milhões conforme apresentado na tabela:

<i>Montante expressso em milhares de Kwanzas</i>		
<b>Distribuição dos Resultados</b>		
<b>Categoria</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>
Reserva Legal	774 144	10%
Reservas Livres	4 967 292	64%
Aumento de Capital Social	2 000 000	26%
Dividendos	-	0%
<b>Resultado Líquido</b>	<b>7 741 436</b>	<b>100%</b>

## 22. Demonstrações Financeiras

### Demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022

#### BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

	Notas	31-12-2023	31-12-2022
<b>Activo</b>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	27 731 511	31 647 928
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	14 445 225	7 786 161
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	6	-	8 004 510
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	7	67 793 499	46 520 885
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	8	158 245	152 571
Investimentos ao custo amortizado	9	5 515 530	8 817 093
Crédito a clientes	10	31 734 590	18 916 793
Outros Activos tangíveis	11	15 978 497	11 192 076
Activos intangíveis	12	517 658	187 077
Operações cambiais activas		-	-
Outros activos	13	11 048 024	3 393 891
<b>Total do Activo</b>		<b>174 922 781</b>	<b>136 618 985</b>
<b>Passivo</b>			
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	14	14 282 557	14 287 606
Recursos de clientes e outros empréstimos	15	119 282 250	79 380 581
Provisões	16	68 077	347 736
Passivos por impostos diferidos	17	248 461	248 460
Passivos por impostos correntes	18	-	5 236 618
Operações cambiais passivas		-	-
Outros passivos	19	7 717 324	5 558 928
<b>Total do Passivo</b>		<b>141 598 669</b>	<b>105 059 929</b>
Capital social	20	20 000 000	13 000 000
Aumento Capital Social	20	-	-
Reserva legal	20	3 639 087	2 190 490
Reservas de reavaliação	20	80 465	(39 077)
Outras reservas e resultados transitados	20	2 839 142	2 839 141
Dividendos antecipados	20	(976 017)	(917 473)
Resultado líquido do exercício		7 741 436	14 485 975
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>33 324 112</b>	<b>31 559 056</b>
<b>Total do Passivo e Capital Próprio</b>		<b>174 922 781</b>	<b>136 618 985</b>

Contabilista



Anilde Hossi

**Contabilista Certificada**  
**N.º 20200253**

O Conselho de Administração



Abrahão Gourgel

**Presidente do Conselho de**  
**Administração**


Mário Gavião

**Presidente da Comissão**  
**Executiva**

## Demonstração dos resultados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

	Notas	31-12-2023	31/12/2022
Juros e rendimentos similares		13 148 572	9 745 708
Juros e encargos similares		(5 478 715)	(2 687 333)
<b>Margem Financeira</b>	<b>22</b>	<b>7 669 857</b>	<b>7 058 375</b>
Rendimentos de Instrumentos de capital		-	-
Rendimentos de serviços e comissões	23	4 795 213	4 955 731
Encargos com serviços e comissões	23	(725 113)	(1 085 769)
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	24	4 347 083	2 146 931
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de outro rendimento integral		-	-
Resultados de investimento ao custo amortizado		-	-
Resultados cambiais	25	10 464 727	21 695 717
Resultados de alienação de outros activos	26	7 320	-
Outros resultados de exploração	27	(1 253 653)	(743 158)
<b>Produto da actividade bancária</b>		<b>25 305 434</b>	<b>34 027 826</b>
Custos com o pessoal	28	(8 338 974)	(7 169 170)
Fornecimentos e serviços de terceiros	29	(6 710 597)	(5 204 683)
Depreciações e amortizações do exercício	11 e 12	(1 781 234)	(1 643 014)
Provisões liquidadas de reversão	16	-	(178 108)
Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações	10	(771 830)	(121 487)
Imparidade para outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	9	38 637	11 228
Imparidade para outros activos líquida de reversões e recuperações		-	-
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>7 741 436</b>	<b>19 722 593</b>
Correntes	18	-	(5 236 618)
Diferidos		-	-
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>7 741 436</b>	<b>14 485 975</b>
<b>Resultado por acção básico</b>		<b>387</b>	<b>1 610</b>
<b>Resultado por acção diluído</b>		<b>387</b>	<b>1 610</b>

Contabilista



Anilde Hossi

**Contabilista Certificada**  
**N.º 20200253**

O Conselho de Administração



Abrahão Gourgel

**Presidente do Conselho de**  
**Administração**


Mário Gavião

**Presidente da Comissão**  
**Executiva**

## Demonstração do rendimento integral para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022

### DEMONSTRAÇÃO DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

	Notas	31-12-2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício		7 741 436	14 485 975
Total do rendimento integral do exercício		7 741 436	14 485 975

Contabilista



Anilde Hossi

**Contabilista Certificada**  
N.º 20200253

O Conselho de Administração



Abrahão Gourgel

**Presidente do Conselho de**  
**Administração**



Mário Gavião

**Presidente da Comissão**  
**Executiva**

## Demonstração das alterações nos capitais próprios para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022

### DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva reavaliação	Outras Reservas e Resultados transitados	Dividendos antecipados	Resultado do exercício	Total
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>9 000 000</b>	<b>718 174</b>	<b>(39 077)</b>	<b>3 253 098</b>	<b>-</b>	<b>10 583 587</b>	<b>23 515 781</b>
<b>Alterações do período</b>							
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício						14 485 975	14 485 975
Rendimento integral							14 485 975
<b>Operações com detentores de capital</b>							
Aplicação do resultado de 2021	-	1 058 359	-	3 586 044	-	(7 463 799)	(2 819 396)
Aumento de capital	4 000 000	-	-	(4 000 000)	-	-	-
Dividendos Distribuídos	-	-	-	-	-	(3 119 788)	(3 119 788)
Dividendos antecipados	-	-	-	-	(917 473)	-	(917 473)
Outros movimentos	-	413 956	(1)	-	-	-	413 955
	4 000 000	1 472 316	(1)	(413 956)	(917 473)	(10 583 587)	(6 442 701)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2022</b>	<b>13 000 000</b>	<b>2 190 490</b>	<b>(39 078)</b>	<b>2 839 142</b>	<b>(917 473)</b>	<b>14 485 975</b>	<b>31 559 055</b>
<b>Alterações do período</b>							
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	119 543	-	-	-	119 543
Resultado do exercício			119 543	-	-	7 741 436	7 741 436
Rendimento integral							7 860 979
<b>Operações com detentores de capital</b>							
Aplicação do resultado de 2022	-	1 448 597	-	-	-	(2 828 942)	(1 380 344)
Aumento de capital	7 000 000	-	-	-	-	(7 000 000)	-
Dividendos Distribuídos	-	-	-	-	-	(4 657 033)	(4 657 033)
Dividendos antecipados	-	-	-	-	(58 544)	-	(58 544)
Outros movimentos	-	-	-	-	-	-	-
	7 000 000	1 448 597	-	-	(58 544)	(14 485 975)	(6 095 921)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2023</b>	<b>20 000 000</b>	<b>3 639 087</b>	<b>80 465</b>	<b>2 839 142</b>	<b>(976 017)</b>	<b>7 741 436</b>	<b>33 324 112</b>

Contabilista



Anilde Hossi

**Contabilista Certificada**  
**N.º 20200253**

O Conselho de Administração



Abrahão Gourgel

**Presidente do Conselho de**  
**Administração**


Mário Gavião

**Presidente da Comissão**  
**Executiva**

## Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

	(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)		
	Notas	31-12-2023	31-12-2022
<b>Fluxos de caixa de actividades operacionais</b>			
Juros e proveitos recebidos		13 148 572	9 745 708
Juros e custos pagos		(5 478 715)	(2 687 333)
Serviços e comissões recebidas		1 252 200 266	1 481 190 935
Serviços e comissões pagas		(1 237 665 270)	(1 455 625 256)
Pagamentos a empregados e fornecedores		(16 303 224)	(13 117 012)
<b>Fluxos de caixa antes das alterações nos activos e passivos operacionais</b>		<b>5 901 630</b>	<b>19 507 042</b>
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		(16 925 531)	(32 365 424)
Activos financeiros ao justo valor através de outros rendimentos integral		(5 675)	(47 871)
Investimentos ao custo amortizado			
Título de dívida		3 340 201	(420 049)
Crédito a clientes		(13 589 628)	(7 984 017)
Aplicações em instituições de crédito		8 004 510	2 569 351
Recursos de instituições de crédito		(5 049)	9 191 565
Recursos de clientes e outros empréstimos		39 901 669	45 761 003
Outros ativos e passivos operacionais		(8 554 571)	(1 409 124)
<b>Fluxo líquido proveniente dos activos operacionais</b>		<b>12 165 927</b>	<b>15 295 434</b>
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros</b>		<b>18 067 556</b>	<b>34 802 476</b>
Impostos sobre os lucros pagos		(5 236 618)	(2 888 692)
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais</b>		<b>12 830 938</b>	<b>31 913 784</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
Compra de imobilizações		(5 372 713)	(7 961 923)
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento</b>		<b>(5 372 713)</b>	<b>(7 961 923)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
Reembolso de passivos subordinados		-	-
Dividendos antecipados		(58 544)	(917 473)
Dividendos de ações ordinárias pagos		(4 657 033)	(3 119 788)
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento</b>		<b>(4 715 577)</b>	<b>(4 037 261)</b>
<b>Variação líquida em caixa e seus equivalentes</b>		<b>2 742 648</b>	<b>19 914 600</b>
<b>Caixa e equivalentes no início do período</b>		<b>39 434 089</b>	<b>19 962 855</b>
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		2 742 648	19 471 234
<b>Caixa e equivalentes no fim do período</b>		<b>42 176 737</b>	<b>39 434 089</b>
<b>Caixa e equivalentes engloba:</b>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	27 731 511	31 647 928
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	14 445 225	7 786 161
<b>Total</b>		<b>42 176 737</b>	<b>39 434 089</b>

Contabilista



Anilde Hossi

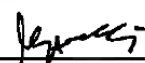
Contabilista Certificada  
N.º 20200253

O Conselho de Administração



Abrahão Gourgel

Presidente do Conselho de  
Administração



Mário Gavião

Presidente da Comissão  
Executiva

## Nota 1 – Nota Introdutória

O Banco YETU, S.A. (adiante igualmente designado por “Banco” ou “YETU”), com sede em Luanda na Rua Frederico Welwitsch, Torre Maculusso, foi constituído por Escritura Pública de 19 de Junho de 2015, na sequência da comunicação do Banco Nacional de Angola (adiante igualmente designado por “BNA”) de 10 de Julho de 2015, que autorizou e admitiu o registo definitivo do YETU, tendo este iniciado a sua actividade em 1 de Outubro de 2015.

O Banco dedica-se à obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplicam, juntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, em depósitos no BNA, em aplicações em instituições de crédito, na aquisição de títulos e em outros activos, para os quais se encontra devidamente autorizado. O Banco presta ainda outros serviços bancários e realiza diversos tipos de operações em moeda estrangeira.

No que se refere à estrutura accionista, conforme detalhado na nota 20, o Banco é detido exclusivamente por accionistas privados angolanos.

## Nota 2 – Políticas Contabilísticas

### 2.1 Bases de Apresentação

Nos termos do Aviso n.º 5/2019 de 30 de Agosto, do Banco Nacional de Angola, as demonstrações financeiras do Banco são preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com as *International Financial Reporting Standards* (IAS/IFRS) efectivas a 1 Janeiro de 2023.

As IFRS incluem as normas contabilísticas, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras individuais do Banco YETU, S.A a serem reportadas no presente documento referem-se ao período de 31 de Dezembro de 2023 e de 31 de Dezembro de 2022.



As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de Kwanzas (mKz), com arredondamento ao milhar mais próximo. Foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados e activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Banco efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se descritas na Nota

As políticas contabilísticas e cálculos foram aplicadas de forma consistente com as utilizadas nas demonstrações financeiras do exercício de 31 de Dezembro de 2022, com excepção do seguinte:

#### **I. Transacções em Moeda Estrangeira.**

As demonstrações financeiras do exercício de 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de Abril de 2024.

### **2.2 Comparabilidade da Informação**

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente com as utilizadas nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2022.

#### **1. Novas normas contabilísticas e alterações às normas e interpretações que se tornaram efectivas em 1 de janeiro de 2023:**

**a) IAS 1 (Alterações)- Apresentação das demonstrações financeiras e IFRS Practice Statement 2: Divulgações de políticas contabilísticas**

A aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, a alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas baseadas na definição de “material”, em detrimento de “significativo”. A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras. As informações imateriais relativas a políticas contabilísticas não precisam de ser divulgadas.

**b) IAS 1 (Alteração) - Apresentação das demonstrações financeiras – Passivos não correntes com “covenants”**

A aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2023, esta alteração pretende clarificar que os passivos são classificados como saldos correntes ou não correntes em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses após a data de relato. Também clarifica que os “covenants”, que uma entidade é obrigada a cumprir na data ou em data anterior à data de relato, afectam a classificação de um passivo como corrente ou não corrente mesmo que a sua verificação apenas ocorra após a data de relato.

Quando uma entidade classifica os passivos resultantes de contratos de financiamento como não correntes e esses passivos estão sujeitos a “covenants”, é exigida a divulgação de informação que permita aos investidores avaliar o risco destes passivos tornarem-se reembolsáveis no prazo de 12 meses, tais como:

- i. o valor contabilístico dos passivos;
- ii. a natureza dos “covenants” e as datas de cumprimento; e c)
- iii. os factos e as circunstâncias que indiquem que a entidade poderá ter dificuldades no cumprimento dos “covenants” nas datas devidas.

Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

**c) IAS 8 (Alteração) – Definição e divulgação de estimativas contabilísticas**

A alteração, a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, surgiu para clarificar como as entidades devem distinguir as alterações nas políticas contabilísticas das alterações nas estimativas contabilísticas, com foco principal na definição e esclarecimentos sobre as estimativas contabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários nas demonstrações financeiras que estão

sujeitos à incerteza de mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objectivo(s) de uma política contabilística.

**d) IAS 12 (Alteração) - Impostos sobre o rendimento - imposto diferido relacionado com activos e passivos associados a uma única transacção**

A aplicar nos exercícios que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2023, esta norma passa a exigir que as entidades reconheçam imposto diferido sobre determinadas transacções específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis.

As transacções sujeitas referem-se ao registo de:

- i. activos sob direito de uso e passivos de locação; e
- ii. provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do activo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais.

Estas diferenças temporárias não estão no âmbito da isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos.

O efeito acumulado da aplicação inicial desta alteração é reconhecido como um ajustamento ao saldo de abertura dos resultados transitados (ou outro componente do capital próprio, conforme apropriado) do período comparativo mais antigo apresentado.

As alterações fornecem uma excepção temporária aos requisitos relativos a activos e passivos fiscais diferidos relacionados ao Imposto de rendimento do segundo pilar.

**e) IFRS 16 Contratos de locação (Alteração) – Passivos de locação em transacções de venda e relocação (alteração)**

A aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024. Esta alteração introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, quanto a transacções de venda e relocação que qualificam como “vendas” segundo a IFRS 15, com maior impacto quando alguns ou todos os pagamentos de locação são pagamentos de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa.

Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os “pagamentos de locação” e “pagamentos de locação revistos” de forma que estes não venham a reconhecer ganhos/ (perdas) relativamente ao direito de uso que retêm. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

#### **f) IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 Instrumentos Financeiros (Alteração)- Divulgações de Acordos de Financiamento de Fornecedores**

As alterações referem-se aos requisitos de divulgação relativos a acordos de financiamento de fornecedores - também conhecidos como financiamento da cadeia de fornecimento, financiamento de contas a pagar ou acordos de factoring com recurso.

Os novos requisitos complementam aqueles já incluídos nas normas IFRS e incluem divulgações sobre:

- i. Termos e condições de acordos de financiamento de fornecedores;
- ii. Os montantes das responsabilidades objecto de tais acordos, em que parte deles os fornecedores já receberam pagamentos dos financiadores e em que rubrica essas responsabilidades são apresentadas no balanço;
- iii. Os intervalos de datas de vencimento; e
- iv. Informações sobre risco de liquidez.

As alterações são efectivas para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2024.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras do Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2023, decorrentes da adopção destas novas normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

## 2.3 Transacções em Moeda Estrangeira

Os activos e passivos denominados em moeda estrangeira são registados segundo o sistema

*multi-currency*, isto é, nas respectivas moedas de denominação.

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para Kwanzas à taxa de câmbio em

vigor na data da transacção.

Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Kwanzas à taxa de câmbio de referência divulgada pela *Bloomberg* à data do balanço, conforme expresso pela IAS 21, e os activos em moeda nacional indexados à moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio divulgada pelo Banco Nacional de Angola.

Os custos e proveito relativos a diferenças cambiais, realizadas ou potenciais, são reconhecidos na demonstração de resultados do exercício em que ocorrem, excepto: (i) diferenças cambiais originadas em operações de cobertura de fluxos de caixa, as quais são reconhecidas em outro resultado integral (reserva de cobertura), sendo reclassificadas para resultados à medida que a posição coberta afectar resultados; e (ii) diferenças cambiais em contas a receber ou a pagar associadas a operações estrangeiras cuja liquidação não está planeada nem é expectável que ocorra num futuro previsível, as quais são reconhecidas em outro resultado integral, sendo reclassificadas para resultados com a venda (total ou parcial) das operações estrangeiras.

Os activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira e registados ao custo histórico, são convertidos para Kwanzas à taxa de câmbio de referência na data da transacção. Os activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos para Kwanzas à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor é determinado.

O efeito da actualização cambial destes activos e passivos é reconhecido em resultados, com excepção dos activos e passivos designados ao justo valor através do outro rendimento integral, cuja diferença é registada por contrapartida de capitais próprios.

Em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, os câmbios indicativos do Kwanza (Kz) face às divisas relevantes para actividade do Banco, eram os seguintes:

Divisas	Cotação em 31 de Dezembro (Kwanzas)	
	Ano 2023	Ano 2022
1 USD	837,087	508,749
1 EUR	925,358	542,097

Seguindo o entendimento do BNA de que não se encontravam cumpridos na totalidade os requisitos para que a economia angolana fosse considerada hiperinflacionária previstos na IAS 29 – Relato financeiro em economias hiperinflacionárias (IAS 29), o Conselho de Administração do Banco decidiu não aplicar as disposições constantes naquela norma às suas demonstrações financeiras.

#### 2.4 Reconhecimento e Mensuração Inicial de Instrumentos Financeiros

O Banco reconhece, inicialmente, os activos financeiros correspondentes a crédito concedido quando os fundos são transferidos para as contas dos clientes. Os passivos financeiros relacionados com depósitos de clientes são inicialmente reconhecidos quando os fundos são transferidos para o Banco.

Os restantes activos e passivos financeiros são reconhecidos pelo Banco na data de negociação ou contratação. Nos casos em que, por imposição contratual ou legal/regulamentar, os direitos e obrigações subjacentes se transferem em datas diferentes, será utilizada a última data relevante.

Os activos financeiros são mensurados no reconhecimento inicial da seguinte forma, de acordo com a sua classificação:

- Activos financeiros a justo valor por resultados – mensuração inicial pelo justo valor.
- Contas a receber comerciais (*trade receivables*) – mensuração inicial pelo preço da transacção.

- Restantes activos financeiros – mensuração inicial pelo justo valor acrescido de custos de transacção.

Os passivos financeiros são mensurados no reconhecimento inicial da seguinte forma:

- Passivos financeiros a justo valor por resultados – mensuração inicial pelo justo valor.
- Restantes passivos financeiros – mensuração inicial pelo justo valor deduzido de custos de transacção.

A diferença entre o preço da transacção e o justo valor no reconhecimento inicial de instrumentos financeiros inicialmente mensurados a justo valor é reconhecida da seguinte forma:

- De acordo com a sua substância económica quando a mesma é identificável (ex: nos casos de empréstimos concedidos a colaboradores com taxa de juro abaixo da taxa de mercado, a diferença entre o valor nominal dos empréstimos e o seu justo valor é tratada como uma remuneração a reconhecer durante o período de tempo expectável em que o colaborador irá permanecer nos quadros no Banco);
- Quando o justo valor resulta unicamente de inputs de mercado observáveis, a diferença é reconhecida em resultados no momento do reconhecimento inicial (*day 1 profit or loss*);
- Quando o justo valor resulta de uma técnica de valorização que incorpora inputs de mercado não observáveis, a diferença é diferida, sendo apenas reconhecida em resultados quando os inputs referidos passarem a ser observados ou quando o instrumento for desreconhecido.

Entende-se por justo valor a quantia que seria recebida na venda de um activo ou paga na transferência de um passivo, numa transacção não forçada entre participantes no mercado, ocorrida na data da mensuração.

O justo valor é determinado com base na seguinte hierarquia:

- Nível 1: o justo valor é determinado com base em preços cotados não ajustados, capturados em transacções em mercados activos envolvendo instrumentos financeiros idênticos aos instrumentos a avaliar. Existindo mais que um mercado activo para o mesmo instrumento financeiro, o preço relevante é o que prevalece no mercado principal do instrumento, ou o mercado mais vantajoso para os quais o acesso existe;
- Nível 2: o justo valor é apurado a partir de técnicas de avaliação suportadas em dados observáveis em mercados activos, sejam dados directos (preços, taxas, spreads...) ou indirectos (derivados), e pressupostos de valorização semelhantes aos que uma parte não relacionada usaria na estimativa do justo valor do mesmo instrumento financeiro. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes, mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida;
- Nível 3: o justo valor é determinado com base em dados não observáveis em mercados activos, com recurso a técnicas e pressupostos que os participantes do mercado utilizariam para avaliar os mesmos instrumentos, incluindo hipóteses acerca dos riscos inerentes, à técnica de avaliação utilizada e aos inputs utilizados e contemplados processos de revisão da acuidade dos valores assim obtidos.

Existe um mercado activo quando o mesmo apresentar transacções com uma frequência e magnitude tais que proporcionem informação regular sobre os preços dos correspondentes activos, devendo, para o efeito, verificar-se as seguintes condições mínimas:

- Existência de cotações diárias frequentes de negociação no último ano;
- As cotações acima mencionadas alteram-se com regularidade;
- Existem cotações executáveis de mais do que uma entidade;

Um parâmetro utilizado numa técnica de valorização é considerado um dado observável no mercado se estiverem reunidas as condições seguintes:

- O seu valor é determinado num mercado activo;



- Existe um mercado OTC (*Over The Counter*) e é razoável assumir-se que se verificam as condições de mercado activo, com a excepção da condição de volumes de negociação;
- O valor do parâmetro pode ser obtido pelo cálculo inverso dos preços dos instrumentos financeiros e ou derivados onde os restantes parâmetros necessários à avaliação inicial são observáveis num mercado líquido ou num mercado OTC que cumprem com os parágrafos anteriores.

## 2.5 Classes de Mensuração de Activos Financeiros

A classificação e mensuração dos activos financeiros depende de dois testes que são efetuados: (i) teste aos fluxos de caixa contratuais do activo (também conhecido como o teste do SPPI – *Solely Payments of Principal and Interest*); e (ii) teste do modelo de negócio (também conhecido como o teste do BM – *Business Model*).

O teste do SPPI tem por finalidade aferir se os fluxos de caixa contratuais consistem apenas em reembolsos de capital e pagamento de juros. Para este efeito, os juros compreendem uma componente que reflete a passagem do tempo, uma componente que reflete o risco de crédito do devedor, uma componente que visa cobrir os custos administrativos de gerir a operação e uma componente que incorpora uma margem de lucro razoável. Este teste é apenas efectuado no reconhecimento inicial do activo, tendo em consideração os termos contratuais originais do instrumento. Esta avaliação implica analisar se o activo financeiro contém um termo contratual que permita alterar a periodicidade ou o montante dos fluxos de caixa contratuais para que não cumpram a condição de SPPI. No processo de avaliação, o Banco teve em consideração os seguintes aspectos:

- Eventos contingentes que possam alterar a periodicidade e o montante dos fluxos de caixa;
- Características de alavancagem;
- Termos de pagamento antecipado e de extensão da maturidade;
- Termos que possam limitar o direito do Banco de reclamar os fluxos de caixa em relação a Activos específicos (e.g. financiamentos *non-recourse*); e
- Características que possam alterar a compensação pelo valor temporal do dinheiro (e.g. reinicialização periódica das taxas de juro).

Quando os termos contratuais introduzem exposição a risco ou variabilidade dos fluxos de caixa que são inconsistentes com um simples contrato de crédito básico, o instrumento financeiro não cumpre com o referido conceito do SPPI. Se um activo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), o Banco determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros nos termos atrás referidos. No caso de um activo financeiro contemplar um ajustamento periódico da taxa de juro, mas a frequência desse ajustamento não coincidir com o prazo da taxa de juro de referência, o Banco avalia, no momento do reconhecimento inicial, essa incoerência na componente dos juros para determinar se os fluxos de caixa contratuais representam apenas pagamentos de capital e juros. As condições contratuais que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito mínimo sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excepcionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emitente) não impedem que os correspondentes activos cumpram com o conceito do SPPI.

Os activos financeiros com derivados embutidos (instrumentos híbridos) são considerados na sua totalidade, aquando do teste do SPPI. Estes activos nunca cumprem com o conceito do SPPI, desde que as condições contratuais do derivado embutido sejam genuínas.

**O teste do BM** tem por finalidade aferir sobre qual o modelo de negócio a adoptar para gerir o activo financeiro, podendo este modelo consistir em: (i) detenção do activo até à maturidade para receber os correspondentes fluxos de caixa contratuais (modelo *hold to collect*); (ii) venda do activo para obter mais-valias; (iii) deter o activo até à maturidade, mas também efectuar vendas do mesmo (modelo *hold to collect*; na prática, um modelo misto de gestão). O teste do BM é efectuado em cada data de relato e é um teste prospectivo. Ou seja, contempla o objectivo da gestão para o futuro, independentemente do histórico de transacções.

O Banco faz uma avaliação do objectivo de um modelo de negócio no qual um activo é detido, ao nível da carteira, uma vez que esta abordagem reflecte melhor a forma como o negócio é gerido e como a informação é disponibilizada aos órgãos de gestão. A informação considerada na análise do negócio inclui:

- As políticas e os objectivos estabelecidos para a carteira e a operacionalidade prática dessas políticas. Em particular, a forma como a estratégia da gestão se foca no recebimento de juros contratualizados, mantendo um determinado perfil de taxa de juro, adequando a duração dos activos financeiros à duração dos passivos que financiam estes activos ou na realização de fluxos de caixa através da alienação dos activos;
- A forma como o desempenho da carteira é avaliada e reportada aos órgãos de gestão chave do Banco;
- Os riscos que afectam o desempenho do modelo de negócio (e dos activos financeiros detidos no âmbito desse modelo de negócio) e a forma como esses riscos são geridos;
- A remuneração dos gestores de negócio (e.g. em que medida a compensação depende do justo valor dos activos sob gestão ou dos fluxos de caixa contractuais recebidos); e
- A frequência, volume e periodicidade das vendas nos períodos anteriores, os motivos para as referidas vendas e as expectativas sobre as vendas futuras. Contudo, a informação sobre as vendas não deverá ser considerada isoladamente, mas como parte de uma avaliação global da forma como o Banco estabelece objectivos para a gestão dos activos financeiros e de como os fluxos de caixa são gerados. Vendas pouco frequentes, pouco significativas, ou próximas do vencimento dos activos e as motivadas por aumento do risco de crédito dos activos financeiros, ou que tenham por finalidade a gestão do risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de negócio de *hold and collect*.

Um activo financeiro é subsequentemente mensurado pelo custo amortizado quando os seus fluxos de caixa contractuais consistem apenas em pagamentos de capital e juros e o seu modelo de negócio consiste na sua detenção até à maturidade para recebimento dos correspondentes fluxos de caixa contractuais (e não é aplicada a *fair value option*). A *fair value option* consiste na possibilidade de mensuração de um activo ou passivo financeiro a justo valor através de resultados quando tal abordagem reduz ou elimina, comprovadamente, uma inconsistência de reconhecimento e mensuração. Nesta categoria são incluídos os títulos de dívida detidos, créditos concedidos

a clientes, disponibilidades, aplicações em instituições de crédito e outros valores a receber que sejam activos financeiros.

Um activo financeiro correspondente a um investimento em instrumentos de dívida é subsequentemente mensurado a justo valor através de reservas quando os seus fluxos de caixa contratuais consistem apenas em pagamentos de capital e juros e o modelo de negócio do mesmo é o modelo misto (e não é aplicada a *fair value option*). De acordo com esta base de mensuração, todas as variações subsequentes no justo valor do activo são registadas em reservas (em rubrica específica do capital próprio denominada "Reservas de reavaliação"), excepto as que dizem respeito a: (i) juro efectivo (calculado de acordo com o método da taxa de juro efectiva, sendo registado em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares"); (ii) perdas por imparidade (registadas em resultados na rubrica de "Imparidade para outros activos financeiros"); e (iii) diferenças de câmbio (reconhecidas na rubrica "Resultados cambiais"). O saldo acumulado em reservas é reclassificado para resultados com o desreconhecimento do activo. Esta categoria inclui, essencialmente, investimentos em títulos de dívida pública.

Um activo financeiro correspondente a um investimento em instrumentos de capital próprio de outras entidades é subsequentemente mensurado a justo valor por reservas quando tais instrumentos não são detidos para negociação e, no reconhecimento inicial, o Banco designa, de forma irrevogável, este activo para ser mensurado a justo valor através de reservas. De acordo com esta base de mensuração, todas as variações subsequentes no justo valor do activo são registadas em reservas (na rubrica "Reservas de reavaliação"). Apenas os dividendos atribuídos são reconhecidos em resultados, na data em que são atribuídos, como um rendimento do período (na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital"). O saldo acumulado em reservas não é reclassificado para resultados com o desreconhecimento do activo.

Nos restantes casos, os activos financeiros são subsequentemente mensurados a justo valor através de resultados. As variações no justo valor são reconhecidas em resultados na rubrica "Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados". Adicionalmente, são mensurados a justo valor através de resultados, os activos financeiros que, no seu reconhecimento inicial, o Banco designa irrevogavelmente a justo valor através de resultados ao abrigo da *fair value option*. A *fair value option* pode ser aplicada aos activos financeiros que, de outra forma, cumprem os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao justo valor através de reservas, desde que tal designação elimine significativamente o *mismatch* contabilístico que de outra forma existiria. São ainda mensurados a justo valor através de resultados todos os activos

financeiros detidos para negociação. Incluem-se, essencialmente, nesta categoria títulos de dívida adquiridos com o objectivo de venda no curto prazo, derivados e investimentos em instrumentos de capital próprio.

A reclassificação entre categorias de activos financeiros apenas é possível se ocorrer uma alteração do modelo de negócio associado aos activos. Quando aplicável, a reclassificação de activos financeiros é efectuada de forma prospectiva. É expectável que alterações do modelo de negócio de activos sejam pouco frequentes.

## 2.6 Classes de Mensuração de Passivos Financeiros

A mensuração subsequente dos passivos financeiros é, regra geral, efectuada pelo custo amortizado (gastos com juros reconhecidos na margem financeira). Existem algumas excepções a esta base de mensuração, nomeadamente:

- Passivos financeiros que são detidos para negociação (é, por exemplo, o caso de derivados) ou quando é aplicada a *fair value option* – a mensuração subsequente consiste no justo valor por resultados. As variações no justo valor são reconhecidas em resultados na rubrica “Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados”).
- Garantias financeiras – a mensuração subsequente consiste no maior de entre as correspondentes perdas de crédito esperadas e a quantia da comissão inicial recebida deduzida dos montantes já reconhecidos como rédito de acordo com o disposto na IFRS 15.

Não é permitida a reclassificação de passivos financeiros entre categorias de mensuração.

## 2.7 Activos Modificados

Os activos modificados (incluindo reestruturações de créditos concedidos) são sujeitos a tratamento específico na data da modificação. É inicialmente

aferido se a modificação (essencialmente alteração de taxa da operação, períodos de carência e *haircuts*) dá origem ao desreconhecimento do activo original e ao reconhecimento de um novo activo financeiro.

Existirá desreconhecimento quando, em substância, a modificação resulta num activo financeiro distinto. Como expediente prático para decidir sobre este aspecto, o Banco adopta, por aplicação supletiva, a “regra dos 10%”. Ou seja, em substância, a modificação dá origem a um activo financeiro distinto quando a diferença entre o valor presente dos novos fluxos de caixa contratuais do activo (tendo por base a taxa de juro efectiva original) e a sua quantia escriturada exceder, em termos absolutos, 10% da quantia escriturada na altura.

Quando a modificação não resultar no desreconhecimento do activo, o montante correspondente à diferença entre o referido valor presente e a quantia escriturada do activo modificado é registado de imediato em resultados. A taxa de juro efectiva não é alterada na sequência destas modificações sem desreconhecimento.

## 2.8 Desreconhecimento e *Write-offs*

Um activo financeiro (ou parte) é desreconhecido quando os direitos a receber os seus fluxos de caixa expiram. Haverá igualmente lugar ao desreconhecimento do activo financeiro quando o mesmo for transferido e a transferência se qualificar para desreconhecimento.

Existe uma transferência de um activo financeiro quando o Banco transferiu os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais do mesmo ou quando reteve esses direitos, mas assumiu uma obrigação de entregar a um terceiro, sem demora material, os fluxos de caixa recebidos (condição *pass-through*).

Uma transferência qualifica-se para desreconhecimento se o Banco tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à posse do activo, ou se o Banco não transferiu nem reteve tais riscos e benefícios, mas transferiu o controlo sobre o activo.

Títulos vendidos com acordo de recompra (repos) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo

da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o preço de venda e o valor de recompra é tratada como juro, sendo reconhecida durante a vida do acordo, através do método do juro efectivo.

É efetuado o *write-off* (abate) de um crédito quando não exista expectativa razoável de recuperação do mesmo (após consideração dos colaterais associados). O *write-off* de um crédito (na totalidade ou em parte) implica a anulação do correspondente saldo do activo, assim como da provisão para perdas de crédito (perdas por imparidade) associada. A diferença entre estes dois montantes é reconhecida em resultados da data do abate.

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a responsabilidade associada é liquidada, cancelada ou expira. Quando um passivo é substituído por outro passivo da mesma contraparte com termos em condições substancialmente distintos ou os termos do passivo são substancialmente modificados, o passivo original é desreconhecido e um novo passivo é reconhecido. A diferença entre a quantia escriturada do passivo original e a quantia do reconhecimento inicial do novo passivo é reconhecida em resultados de imediato. Quando não é claramente evidente a existência de uma substituição ou de uma modificação de passivos em condições substancialmente distintas, o Banco adota a “regra dos 10%”. Ou seja, em substância, a modificação dá origem a um passivo financeiro distinto quando a diferença entre o valor presente dos novos fluxos de caixa contratuais do passivo (tendo por base a taxa de juro efetiva original) e a sua quantia escriturada exceder, em termos absolutos, 10% da quantia escriturada na altura da substituição ou modificação.

## 2.9 Rendimentos de Juros

Os rendimentos de juros são reconhecidos de acordo com o método do juro efectivo (usando a taxa de juro efectiva ou TJE) para todos os activos financeiros mensurados pelo custo amortizado e para todos os activos financeiros mensurados a justo valor através de reservas que sejam instrumentos de dívida. A TJE é a taxa que desconta todos os fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro de modo que a soma dos respectivos valores presentes corresponda à quantia escriturada líquida do activo na data da mensuração. A TJE é determinada tendo em consideração custos de transacção (impostos, comissões, taxas, etc.), prémios e descontos associados ao activo.



Quando se verificam alterações nos fluxos de caixa esperados dos activos atrás referidos (que não dão origem a desreconhecimento) por razões que não estejam relacionadas com o risco de crédito, as suas quantias escrituradas são ajustadas pelo valor presente (determinado usando a TJE) das referidas alterações. Este efeito é reconhecido de imediato em resultados (“Juros e rendimentos similares”).

Os rendimentos de juros são determinados pela aplicação da TJE à quantia escriturada bruta (não deduzida de perdas por imparidade acumuladas) dos activos financeiros que não apresentam evidências objectivas de imparidade. No caso dos activos financeiros que apresentam evidências objectivas de imparidade, os rendimentos de juros são determinados pela aplicação da TJE à quantia escriturada deduzida das perdas por imparidade acumuladas.

No caso dos activos financeiros adquiridos ou originados já em imparidade, os rendimentos de juros são determinados pela aplicação, à quantia escriturada dos activos, da TJE ajustada ao risco de crédito. A TJE ajustada ao risco de crédito é a taxa que, no reconhecimento inicial dos activos, desconta os seus fluxos de caixa estimados (incluindo perdas de crédito) de modo que a soma dos respectivos valores presentes corresponda à quantia paga pelos mesmos.

Os juros de instrumentos de dívida mensurados a justo valor através de resultados são reconhecidos na margem financeira.

## **2.10 Gastos com Juros**

Os gastos com juros são reconhecidos de acordo com o método do juro efetivo (usando a taxa de juro efetiva ou TJE) para todos os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado. A TJE é a taxa que desconta todos os fluxos de caixa futuros estimados do passivo financeiro de modo que a soma dos respectivos valores presentes corresponda à quantia escriturada líquida do passivo na data da mensuração. A TJE é determinada tendo em consideração custos de transacção (impostos, comissões, taxas, ...), prémios e descontos associados ao passivo.

Quando se verificam alterações nos fluxos de caixa esperados dos passivos atrás referidos (que não dão origem a desreconhecimento), as suas quantias



escrituradas são ajustadas pelo valor presente (determinado usando a TJE) das referidas alterações. Este efeito é reconhecido de imediato em resultados na rubrica (“Juros e encargos similares”).

## 2.11 Imparidade de Activos Financeiros

As perdas por imparidade (perdas de crédito esperadas ou ECL) são mensuradas e reconhecidas pelo Banco de acordo com o modelo de perdas esperadas de crédito, previsto pela IFRS 9. Este modelo abrange os seguintes activos financeiros:

- Activos financeiros no âmbito das disposições de reconhecimento e mensuração, que sejam mensurados ao custo amortizado;
- Activos financeiros no âmbito das disposições de reconhecimento e mensuração, que sejam mensurados a justo valor através de reservas (instrumentos de dívida apenas);
- Contas a receber comerciais e activos de contratos reconhecidos de acordo com o disposto na IFRS 15.

Em cada data de relato devem ser mensuradas e reconhecidas ECL para todos os activos financeiros atrás referidos.

Para os activos financeiros no âmbito dos requisitos de imparidade da IFRS 9 que não registam um aumento significativo do risco crédito desde o seu reconhecimento inicial, as ECL consistem nas perdas de crédito esperadas resultantes de acontecimentos de *default* que possam ocorrer num horizonte temporal futuro de 12 meses. Para os activos financeiros que registam um aumento significativo do risco crédito desde o seu reconhecimento inicial, as ECL consistem nas perdas de crédito esperadas resultantes de acontecimentos de *default* que possam ocorrer durante toda a vida do instrumento.

Para os activos financeiros no âmbito dos requisitos de imparidade da IFRS 9 que já se encontram em incumprimento (em *default*) na data de relato, as

perdas por imparidade consistem na diferença entre a quantia escriturada do activo na data de relato e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efetiva original do activo.

Considera-se que um activo está em *default* quando existem pagamentos contratuais em mora por um período superior a 90 dias, quando se verificaram reestruturações por dificuldades financeiras do devedor com incumprimento deste na data da reestruturação ou quando se verifica falência ou liquidação do devedor, assim como outras evidências de que não é provável o cumprimento das obrigações contratuais por sua parte.

Em cada data de relato deve ser feita uma avaliação sobre se houve um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial do activo financeiro. Esta avaliação não é necessária para instrumentos que têm um risco de crédito considerado baixo. Actualmente, o Banco não identificou quaisquer activos financeiros considerados como instrumentos com um baixo risco de crédito.

Considera-se que existe um aumento significativo do risco de crédito quando existem pagamentos contratuais em mora por um período superior a 30 dias ou quando se observam outras evidências de que o risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial (conforme disposto no Instrutivo do BNA nº 8/19, de 27 de Agosto).

Para além de informação histórica relevante, a avaliação das ECL (*Expected Credit Losses*) deve também ter em consideração informação que reflita perspectivas futuras (*forward looking information*), desde que a sua obtenção não implique um esforço ou custo excessivos.

A mensuração das ECL deve ter em consideração os seguintes aspectos:

- Uma avaliação não enviesada de vários desfechos possíveis (ponderados pelas respectivas probabilidades de ocorrência); e
- O valor temporal do dinheiro; e
- Informação razoável e verificável sobre acontecimentos passados, condições presentes e projecções sobre condições económicas futuras, disponível sem esforço ou custo excessivos.

As ECL relacionadas com exposições patrimoniais são reconhecidas através de uma provisão a abater à quantia escriturada do activo correspondente e as ECL relacionadas com exposições extrapatrimoniais são reconhecidas no passivo na rubrica “Provisões”. As variações nas ECL são registadas em resultados do período (rubricas “Imparidade para crédito de clientes” e “Imparidade para outros activos financeiros”).

O cálculo das ECL tem por base o exercício de *staging*. O exercício de *staging* consiste na atribuição de um *stage* aos activos para efeitos de cálculo das perdas por imparidade, de acordo com os seguintes critérios:

- Activos sem aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial (ou com baixo risco de crédito) – *stage 1*
- Activos com aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial – *stage 2*
- Activos em *default* (incluindo os adquiridos ou gerados com imparidade) – *stage 3*

As ECL correspondem à diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais em dívida ao Banco e todos os fluxos de caixa que o Banco espera receber (ou seja, correspondem a uma insuficiência esperada de fluxos de caixa), descontada à taxa de juro efetiva (TJE) original do activo ou, para activos financeiros adquiridos ou originados em imparidade, à taxa de juro efetiva ajustada ao risco de crédito. No caso de compromissos irrevogáveis assumidos, tais como, por exemplo, garantias bancárias, são considerados os pagamentos que o Banco espera realizar deduzidos dos fluxos de caixa que espera receber da contraparte. O Banco estima os fluxos de caixa tendo em consideração o prazo contratual definido para as operações.

Na determinação dos fluxos de caixa que o Banco espera receber, são considerados, quando aplicável, os fluxos de caixa líquidos resultantes da execução de colaterais existentes.

Para os activos em *stage 1* e *stage 2*, os fluxos de caixa que o Banco espera receber são determinados tendo em consideração a probabilidade de a contraparte entrar em incumprimento (PD) e a proporção da exposição (EAD) que será perdida na eventualidade de ocorrer um incumprimento (LGD). No caso dos activos em *stage 1*, a PD apenas considera acontecimentos de *default* que possam ocorrer nos 12 meses seguintes. No caso dos activos em *stage 2*, a PD considera acontecimentos de *default* que possam ocorrer durante a maturidade remanescente.

A PD é determinada da seguinte forma para os vários activos financeiros:

- Disponibilidades em outras instituições de crédito – PD correspondente a 1/12 da PD a 12 meses correspondente ao *rating* de crédito da instituição (ou, na ausência desta informação, correspondente ao rating de crédito do país onde a instituição opera), de acordo com estudos de agências de rating (conforme Directiva do BNA nº 13, de 27 de Dezembro de 2019). Quando se verificar um aumento significativo do risco de crédito, a PD para os vários períodos relevantes será a correspondente ao *rating* de crédito do país do banco central, igualmente de acordo com estudos de agências de rating.
- Aplicações em outras instituições de crédito – PD a 12 meses correspondente ao *rating* de crédito da instituição (ou, na ausência desta informação, correspondente ao rating de crédito do país onde a instituição opera), de acordo com estudos de agências de rating (conforme Directiva do BNA nº 13, de 27 de Dezembro de 2019). Quando se verificar um aumento significativo do risco de crédito, a PD para os vários períodos relevantes será a correspondente ao *rating* de crédito da instituição, igualmente de acordo com estudos de agências de rating.
- Obrigações do tesouro e outros instrumentos de dívida soberana de estados – PD correspondente ao *rating* de crédito do estado emitente, de acordo com estudos da Moody's (conforme Directiva do BNA nº 13, de 27 de Dezembro de 2019).
- Obrigações e outros instrumentos de dívida de emitentes que não sejam estados soberanos – PD correspondente ao *rating* de crédito da contraparte, de acordo com estudos de agências de rating. Quando não existir um *rating* publicado para a contraparte, é utilizado o rating do país onde a contraparte tem as suas operações.
- Crédito a clientes – PD determinada com base em dados históricos de grupos homogéneos de risco.

As curvas das LGD para crédito a clientes são estimadas com base em dados históricos de incumprimentos. Quando não exista uma profundidade histórica suficiente para permitir a determinação robusta das LGD, é considerada uma

LGD de 45%, em linha com a recomendação constante do artigo 161º do CRR da EBA para exposições sem colateral relevante.

As LGD para disponibilidades e aplicações correspondem a 60%, conforme disposto na Directiva do BNA nº 13, de 27 de Dezembro de 2019. As LGD para investimentos em obrigações emitidas por estados soberanos correspondem às LGD publicadas regularmente pela Moody's.

A EAD é projetada para a maturidade considerada dos activos financeiros atendendo aos reembolsos contratualmente definidos e à taxa de amortizações antecipadas não previstas.

Para os activos em *stage 3* (já em incumprimento) a ECL é determinada pela diferença entre a EAD (quantia escriturada do activo – QE) e o valor presente dos fluxos de caixa futuros (CF) que o Banco espera receber. Neste caso em particular, os fluxos de caixa futuros associados à execução de garantias e colaterais assume uma relevância maior.

Quando o colateral consiste em hipotecas sobre imóveis, esses fluxos de caixa têm por base o preço de venda líquido esperado do imóvel após execução do colateral, sendo a sua avaliação o referencial de valor utilizado. O valor de avaliação é sujeito a *haircuts* tendo em consideração a antiguidade da mesma (conforme disposto no Instrutivo do BNA nº 8/19, de 27 de Agosto e na Directiva do BNA nº 13, de 27 de Dezembro de 2019). São ainda considerados custos esperados com a venda e custos esperados associados à detenção do imóvel até à sua alienação. Quando o colateral consiste noutros activos (por exemplo, ações ou outros títulos negociáveis, obras de arte ou equipamentos diversos), os fluxos de caixa a considerar são determinados com base em avaliações recentes ajustadas pelos custos para vender esperados.

As ECL (conforme metodologia atrás descrita) são apuradas para 3 cenários distintos (base, optimista e pessimista), sendo os valores obtidos ponderados pelas respectivas probabilidades de ocorrência. As probabilidades de ocorrência são as seguintes (conforme disposto na Directiva do BNA nº 13, de 27 de Dezembro de 2019):

- Cenário base – 70%
- Cenário favorável – 10%

- Cenário adverso – 20%

A análise de imparidade do crédito a clientes pode ser efectuada numa base individual ou numa base colectiva. Uma exposição deve considerar-se elegível para análise individual quando for individualmente significativa ou quando possua um outro critério de elegibilidade complementar, conforme orientações do BNA.

A análise de imparidade é efectuada de forma individual quando, de acordo com o disposto no Instrutivo nº 08/2019 de 27 de Agosto do BNA, uma exposição se encontre acima de pelo menos um dos dois seguintes limiares de materialidade:

- A exposição agregada do cliente/grupo económico excede 0,5% dos fundos próprios do Banco;
- A exposição agregada do cliente/grupo económico excede 0,1% dos fundos próprios do Banco e o cliente/grupo económico regista um aumento significativo do risco de crédito tal como definido na Parte 2 do Anexo III do Instrutivo nº 08/2019 de 27 de Agosto do BNA.

Para o efeito são considerados os últimos fundos próprios contabilísticos anuais conhecidos pelo Banco e reportados, ou a reportar, ao supervisor. Na análise colectiva, os factores de risco são determinados para grupos homogéneos de créditos (macro-segmentos), nomeadamente:

## 2.12 Activos Financeiros Adquiridos ou Gerados em Imparidade

São activos financeiros adquiridos ou gerados em imparidade (AFAOI) aqueles que já se encontram em *default* na data do seu reconhecimento inicial. Estes activos financeiros são inicialmente reconhecidos a justo valor, sendo a correspondente taxa de juro efectiva determinada por referência aos seus fluxos de caixa futuros esperados e não aos seus fluxos de caixa contratuais. Esta taxa de juro efectiva é, por esta via, uma taxa de juro efectiva ajustada ao risco de crédito dos activos.

Todas as alterações aos fluxos de caixa esperados destes activos financeiros, subsequentes ao seu reconhecimento inicial, são tratadas como variações nas perdas por imparidade dos activos.

### 2.13 Crédito a Clientes

Os créditos concedidos a clientes originados pelo Banco são inicialmente mensurados pelo seu justo valor. Subsequentemente, são mensurados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva, sendo apresentados na demonstração da posição financeira líquidos de imparidade. Os custos de transacção associados são incluídos na taxa de juro efectiva destes instrumentos financeiros. Os rendimentos de juros apurados pelo método da taxa de juro efectiva são reconhecidos na margem financeira do Banco.

Com a entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2016 do Aviso n.º 11/2014, de 10 de Dezembro, do BNA que revogou o Aviso n.º 3/2012, de 28 de Março, do BNA, as operações de crédito, por desembolso, são concedidas em moeda nacional para todas as entidades, com excepção do Estado e entidades exportadoras, independentemente do prazo e da finalidade.

As operações de crédito concedido a clientes, as garantias e avales prestados e os créditos documentários, são classificadas em função do seu risco, de acordo com o Aviso n.º 11/2014 de 10 de Dezembro, do BNA, que entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2016, e que revogou o Aviso n.º 3/2012, de 28 de Março, do BNA, e submetidas à constituição de imparidades em função dos novos normativos do BNA, nomeadamente o Instrutivo do BNA n.º 08/2019, de 27 de Agosto e a Directiva do BNA n.º 13/DSB/DRO/2019, de 27 de Dezembro.

Nos termos do Aviso n.º 11/2014, de 10 de Dezembro, do BNA, o Banco classifica as operações de crédito concedido, as garantias e avales prestados e os créditos documentários por ordem crescente de risco, apurando as posições em risco de acordo com os seguintes níveis:

Nível	Risco
A	Mínimo
B	Baixo
C	Muito Baixo
D	Moderado
E	Elevado
F	Muito Elevado
G	Máximo

As operações de crédito que registam incumprimento são classificadas em função dos níveis de risco associados ao crédito vincendo e vencido de cada operação na data de referência das demonstrações financeiras, considerando para o efeito a classificação atribuída na fase de concessão de crédito e a antiguidade do incumprimento, respectivamente.

A revisão e reclassificação do nível de risco de uma operação decorrem de avaliação efectuada periodicamente pelo Banco, tendo em consideração a percepção de risco associada à operação de crédito e à existência de eventuais garantias que estejam a colateralizar a dívida junto do Banco.

## 2.14 Passivos Financeiros e Instrumentos de Capital Próprio

A distinção entre passivo financeiro e instrumento de capital próprio depende da substância do instrumento.

Um passivo financeiro é:

- Uma obrigação contratual de entregar dinheiro ou outro activo financeiro, ou de trocar activos ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis para o Banco; ou
- Um contrato que será ou poderá ser liquidado pela entrega de instrumentos de capital próprio do Banco e não é um derivado que inclui uma obrigação contratual de entregar um número variável de



instrumentos de capital próprio do Banco, ou é um derivado que será liquidado pela troca de uma quantia fixa de dinheiro ou de outro activo financeiro por um número fixo de instrumentos de capital próprio do Banco.

Um instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos activos do Banco após deduzir todos os seus passivos. Os instrumentos de capital próprio emitidos são reconhecidos quando os montantes são recebidos, sendo inicialmente mensurados líquidos dos correspondentes custos directos.

Instrumentos de capital próprio do Banco recomprados (por exemplo, acções próprias) são reconhecidos a deduzir ao capital próprio na demonstração da posição financeira. Não são reconhecidos rendimentos e gastos em resultado de transacções de compra, venda, emissão ou cancelamento de instrumentos de capital próprio do Banco.

Instrumentos compostos são instrumentos que incluem uma componente de passivo financeiro e uma componente de capital próprio (por exemplo, obrigações convertíveis). As componentes dos instrumentos compostos são separadas e apresentadas na demonstração da posição financeira como passivos financeiros e como instrumentos de capital próprio, respectivamente. A componente de passivo financeiro é inicialmente mensurada a justo valor, sendo este determinado com base em taxas de juro de mercado de passivos financeiros similares (sem opção de conversão). A componente de capital próprio é inicialmente mensurada pela diferença entre o montante recebido e o justo valor da componente de passivo financeiro. Os custos de transacção directamente relacionados com a emissão de instrumentos compostos são imputados às componentes de passivo financeiro e de instrumento de capital próprio proporcionalmente aos respectivos montantes do reconhecimento inicial. A porção dos custos de transacção imputada à componente de instrumento de capital próprio é reconhecida em capital próprio. A porção dos custos de transacção imputada à componente de passivo financeira é incluída na quantia escriturada desta componente, sendo amortizada por resultados durante a vida do instrumento através do método do juro efectivo.

A separação de derivados embutidos em passivos financeiros que sejam instrumentos híbridos é obrigatória quando esses derivados não estão directamente relacionados com o contrato de acolhimento, excepto quando o Banco opta por mensurar os instrumentos híbridos na sua totalidade a justo valor através de resultados.

## 2.15 Outros Activos Tangíveis

### i. Reconhecimento e Mensuração

Os outros activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

O custo de aquisição dos outros activos tangíveis inclui o preço de compra do activo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo, para que este seja colocado na sua condição de utilização. Os custos financeiros incorridos com empréstimos obtidos para construção de activos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do activo

### ii. Dispêndios subsequentes

Os dispêndios subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gasto à medida que são incorridas.

### iii. Depreciações

Os terrenos não são depreciados. As depreciações são determinadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada, considerando os seguintes anos de vida útil para as várias tipologias:

Tipologia	Anos de Vida Útil
Imóveis de serviço próprio	15 a 50
Diversas Instalações	3 a 10
Equipamento Informático	3 a 6
Máquinas de Uso Administrativo	5
Material de Transporte	4 a 5
Mobiliário e Material de Escritório	3 a 15
Outras Máquinas e Ferramentas	4 a 8
Software	3
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	3 a 10

A depreciação dos activos tem início quando os mesmos se encontram disponíveis para o uso pretendido.

As vidas úteis, os valores residuais e os métodos de depreciação são revistos em cada data de relato. Os efeitos de eventuais modificações resultantes destas revisões têm tratamento prospectivo.

#### iv. Desreconhecimento

Os outros activos tangíveis são desreconhecidos quando são vendidos ou quando deixam de ser esperados benefícios económicos futuros associados aos mesmos. No desreconhecimento, é reconhecido um ganho ou perda em resultados pela diferença entre a quantia escriturada dos activos nessa data e, quando aplicável, o preço associado à transacção de venda.

#### a. Activos Intangíveis

Os activos intangíveis do Banco dizem, essencialmente, respeito a *software*.

Os activos intangíveis são inicialmente registados ao custo, o qual inclui o respectivo preço de compra líquido de abatimentos e descontos, acrescido de todas as despesas adicionais suportadas pelo Banco necessárias ao seu desenvolvimento e implementação.

O Banco mensura subsequentemente os seus activos intangíveis pelo modelo do custo de acordo com o qual a quantia escriturada em cada data de relato correspondente ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações e, quando aplicável, perdas por imparidade acumuladas.

Estes activos são amortizados pelo método das quotas constantes durante o seu período de vida útil estimado, o qual se situa, normalmente nos 3 anos.

## **b. Custos com Projecto de Investigação e Desenvolvimento**

As despesas directamente relacionadas com o desenvolvimento de aplicações informáticas são reconhecidas como activos intangíveis quando seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros.

A amortização dos activos intangíveis tem início quando os mesmos se encontram disponíveis para o uso pretendido.

As vidas úteis e os métodos de amortização são revistos em cada data de relato. Os efeitos de eventuais modificações resultantes destas revisões têm tratamento prospectivo.

Os activos intangíveis são desreconhecidos quando são vendidos ou quando deixam de ser esperados benefícios económicos futuros associados aos mesmos. No desreconhecimento, é reconhecido um ganho ou perda em resultados pela diferença entre a quantia escriturada dos activos nessa data e, quando aplicável, o preço associado à transacção de venda.

## **c. Imparidade de Activos**

De acordo com a IAS 36, em cada data de relato o Banco avalia se existem indícios de imparidade de activos (activos fixos tangíveis e activos

intangíveis). Quando forem identificados indícios de imparidade, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos e comparada com a sua quantia escriturada (teste de imparidade). A quantia recuperável corresponde ao maior de entre: (i) o justo valor menos custos para vender do activo; e (ii) o valor de uso do activo.

O justo valor corresponde ao preço que seria obtido com a venda do activo numa transacção não forçada entre participantes no mercado, na data da mensuração. O preço em causa pressupõe o melhor uso possível para o activo. Os custos para vender correspondem aos custos incrementais à venda.

O valor de uso consiste no valor presente dos fluxos de caixa líquidos resultantes do uso continuado do activo até ao final da sua vida útil e do seu valor residual. O valor presente é determinado com uma taxa de desconto antes de impostos que reflecte o risco específico do activo (volatilidade dos seus fluxos de caixa). Esta taxa de desconto é independente da forma como o activo é financiado.

Os fluxos de caixa consideram apenas as condições presentes do activo, resultam de previsões plausíveis e são estimados antes do efeito fiscal. São excluídos os fluxos de caixa de financiamento e os relacionados com passivos já reconhecidos.

Existe perda por imparidade quando a quantia recuperável do activo é inferior à sua quantia escriturada. Nestes casos é reconhecida uma perda por imparidade pela diferença entre as duas quantias. As perdas por imparidade são registadas como um gasto em resultados ou, quando existirem excedentes de revalorização relacionados com o activo, a deduzir à rubrica de excedentes de revalorização.

Quando um activo com indícios de imparidade não gera fluxos de caixa largamente independentes dos fluxos de caixa de outros activos, o seu justo valor menos custos para vender é inferior à sua quantia escriturada e o seu valor de uso não se aproxima do justo valor menos custos para vender, o mesmo é testado por imparidade no âmbito de uma unidade geradora de caixa. Uma unidade geradora de caixa é o conjunto mais pequeno de activos que gera fluxos de caixa largamente independentes dos fluxos de caixa de outros activos. O Banco identifica as unidades geradoras de caixa com base no seu modelo de negócio.

As perdas por imparidade das unidades geradoras de caixa (excesso das quantias escrituradas dos seus activos no âmbito da IAS 36 em relação à sua quantia escriturada) são repartidas pelos activos das mesmas de acordo com o seguinte critério: (i) imputação, quando aplicável, ao goodwill; (ii) o montante da perda em excesso relativamente à quantia escriturada do goodwill é repartido pelos restantes activos da unidade geradora de caixa proporcionalmente às suas quantias escrituradas. A quantia escriturada de um activo de uma unidade geradora de caixa não pode ser reduzida abaixo de o maior de entre o seu justo valor menos custos para vender e zero.

É reconhecida uma reversão de imparidade quando, posteriormente ao reconhecimento de uma perda por imparidade, a quantia recuperável do activo ou da unidade geradora de caixa aumenta por motivos relacionados com os factores que deram origem ao reconhecimento da perda. O montante da reversão das perdas por imparidade é imputado aos activos de uma unidade geradora de caixa proporcionalmente às suas quantias escrituradas. Não são revertidas perdas por imparidade imputadas ao goodwill. Na sequência da reversão da imparidade, a quantia escriturada do activo não pode exceder a quantia escriturada que o mesmo teria se não tivesse sido reconhecida originalmente uma perda por imparidade. As reversões de perdas por imparidade são reconhecidas como um rendimento em resultados.

## 2.16 Impostos Sobre Lucros

O imposto sobre lucros registados em resultados engloba o efeito dos impostos correntes e dos impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados quando forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

### i. Impostos Correntes

O Banco está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto Industrial em vigor no território angolano. O imposto sobre o rendimento do

exercício é determinado com base na taxa de 35% sobre o valor total dos resultados antes de impostos, ajustados em função dos acréscimos e deduções específicas constantes da legislação fiscal em vigor. Fiscalmente, o Banco é considerado um contribuinte do Grupo A.

Com a publicação da Lei 19/14 que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2015, o imposto Industrial é objecto de liquidação provisória numa única prestação a ser efectuada no mês de Agosto, apurada através da aplicação de uma taxa de 2% sobre o resultado derivado das operações de intermediação financeira, apurados nos primeiros seis meses do exercício fiscal anterior, excluídos os proveitos sujeitos a imposto sobre aplicação de capitais, independentemente da existência de matéria colectável no exercício.

Os proveitos dos títulos da dívida pública, resultantes de obrigações do tesouro e de bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano, cuja emissão se encontra regulamentada pela Lei-Quadro da Dívida Pública Directa (Lei n.º 16/02, de 5 de Dezembro) e pelos Decretos Regulamentares números 51/03 e 52/03, de 8 de Julho, gozam de isenção de tributação em sede de Imposto Industrial, de acordo com o previsto da alínea c) do número 1 do Artigo 23º do respectivo Código, onde é referido expressamente que não se consideram como proveitos os rendimentos que provierem de quaisquer títulos da dívida pública Angolana, para efeitos do apuramento do Imposto Industrial a pagar.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de 5 anos, das quais poderão resultar eventuais correcções ao lucro tributável dos exercícios de 2019 a 2023.

## **ii. Impostos Diferidos**

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data do relato financeiro, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos activos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção do goodwill, não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

### **iii. Imposto sobre a Aplicação de Capitais ("IAC")**

O IAC incide, genericamente, sobre os rendimentos provenientes das aplicações financeiras do Banco. A taxa varia entre 5% (no caso de juros, prémios de amortização ou reembolso e outras formas de remuneração de títulos de dívida pública, obrigações, títulos de participação ou outros títulos análogos emitidos por qualquer sociedade, que se encontrem admitidos à negociação em mercado regulamentado e a sua emissão apresente uma maturidade igual ou superior a três anos) e 15%.

Adicionalmente, nos termos do Código do Imposto Industrial, não é aceite como gasto dedutível para efeitos de apuramento da matéria colectável o próprio IAC (artigo 18.), bem como, por outro lado, deduzir-se-ão ao lucro tributável, os rendimentos sujeitos a IAC (artigo 47.º).

## **2.17 Benefícios aos Empregados**

Os benefícios de curto prazo a empregados, tais como salários, encargos, subsídios, entre outros, são reconhecidos como gasto assim que o serviço associado tiver sido prestado. É reconhecido um passivo pelo montante que é expectável ser liquidado, quando o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, de pagar este montante como resultado de um serviço prestado no passado pelo colaborador e essa obrigação possa ser fiavelmente estimada.



A Lei Geral do Trabalho, em vigor em 31 de Dezembro de 2023, determina que o montante de subsídio de férias pagável aos trabalhadores em determinado exercício é um direito por eles adquirido no ano imediatamente anterior. Consequentemente, o Banco releva contabilisticamente no exercício os valores relativos a férias e subsídio de férias pagáveis no ano seguinte.

O montante a reconhecer do gasto e do passivo corresponde ao valor não descontado dos benefícios que o Banco espera pagar como contrapartida pelo serviço prestado pelos empregados.

O Banco não atribui aos seus colaboradores benefícios pós-emprego.

É reconhecida uma responsabilidade com benefícios de cessação de emprego quando o Banco já não for capaz de retirar a oferta de benefícios de cessação ou quando o Banco reconhecer eventuais custos com reestruturação onde se inclua a cessação de emprego, o que ocorrer mais cedo. Esta responsabilidade é mensurada pelo valor presente do montante das compensações que o Banco espera pagar pela cessação de emprego, quando tais pagamentos ocorram num período superior a 12 meses.

## 2.18 Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos na IAS 37 “Provisões, passivos contingentes e activos contingentes”, no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das acções em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, provisões correspondentes ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de relato, sendo ajustadas para reflectir a eventuais alterações nos pressupostos subjacentes ao seu reconhecimento e mensuração. Os aumentos das provisões são registados como um gasto na rubrica “Provisões líquidas de anulações”. As diminuições das provisões resultantes de pagamentos efectuados são registadas por utilização directa da rubrica do passivo “Provisões”. As restantes diminuições das provisões são registadas como um rendimento na rubrica “Provisões líquidas de anulações”.

Quando parte ou a totalidade dos benefícios económicos necessários para liquidar uma provisão são recuperados através de uma terceira entidade (por exemplo, indemnização de seguradora), é reconhecido um activo correspondente a uma conta a receber apenas quando for virtualmente certo que tal reembolso venha a ser recebido e o correspondente montante possa ser mensurado com fiabilidade. Este activo não é apresentado de forma compensada com o passivo e o seu montante não pode exceder o montante da obrigação. O montante a reconhecer em resultados na rubrica “Provisões líquidas de anulações” é um montante líquido de eventuais reembolsos de terceiros reconhecidos no activo.

Existe um passivo contingente quando não é provável um pagamento futuro para liquidar a obrigação ou não é possível a mensuração fiável da obrigação. Os passivos contingentes não são reconhecidos, sendo divulgados quando o seu efeito for material, excepto nos casos em que a sua ocorrência seja remota.

### Provisões para Contingências Fiscais

O Banco reconhece provisões destinadas a cobrir as perdas potenciais com contingências fiscais relacionadas com notificações de liquidação emitidas pela Autoridade Geral Tributária no âmbito de inspecções tributárias.

As provisões relacionadas com processos fiscais, são constituídas de acordo com as avaliações internas de risco efectuadas pela Administração, com o apoio e aconselhamento dos seus consultores legais.

### Provisões para o risco associado a processos judiciais

O Banco reconhece provisões para contingências legais relacionadas com processos judiciais e laborais em contencioso.

As provisões relacionadas com processos judiciais, opondo o Banco a Entidades terceiras são constituídas de acordo com as avaliações internas de risco efectuadas pela Administração, com o apoio e aconselhamento dos seus consultores legais.

Os pressupostos utilizados pelo Banco baseiam-se essencialmente em observações históricas e terão de ser actualizados em períodos subsequentes, podendo essa actualização ter um impacto relevante na estimativa da provisão.

A evolução das responsabilidades com as contingências judiciais relacionadas com processos laborais e o montante das perdas efectivas para o Banco dependem, nomeadamente, do número de acções judiciais em curso e potenciais, assim como das decisões finais dos tribunais sobre cada acção.

### Provisões para Garantias financeiras e compromissos

No âmbito da actividade desenvolvida pelo Banco são prestadas garantias financeiras e assumidos compromissos de crédito junto de entidades terceiras, que sendo rubricas extrapatrimoniais (ver Nota 2.11), e por isso passivos contingentes, podem converter-se em exposições de crédito a registar no balanço do Banco. A perda esperada destes contratos é estimada com base na metodologia descrita nas Notas 2.11 e 33, e o seu reconhecimento segue as regras apresentadas na Nota 2.16.

## **2.19 Reconhecimento dos Rendimentos de Serviços e Comissões**

Os rendimentos de serviços prestados e comissões incluem comissões e honorários não incluídos na taxa de juro efectiva de activos financeiros. Estes rendimentos incluem, entre outros, comissões cobradas associadas a prestações de empréstimos, comissões relacionadas com a não utilização de linhas de crédito e comissões relacionadas com a disponibilização de meios de pagamento e cartões. Estes rendimentos são reconhecidos de acordo com o disposto na IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes. O preço associado

a estas transacções é geralmente fixo e não tem associada uma componente significativa de financiamento. O correspondente rédito é reconhecido quando o controlo sobre os serviços prestados é transferido para os clientes, o que normalmente acontece quando os montantes em causa são debitados aos clientes.

Quando estas comissões e honorários são parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro, os rendimentos correspondentes são reconhecidos na margem financeira através do método do juro efectivo.

## **2.20 Caixa e seus Equivalentes**

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os montantes registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, com elevada liquidez e que apresentem um risco mínimo de alteração de valor. Incluem-se nestes montantes caixa, as disponibilidades em bancos centrais e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

Caixa e seus equivalentes excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto dos bancos centrais.

## **2.21 Garantias financeiras e Compromissos**

Garantias financeiras são contratos que obrigam o Banco a efectuar pagamentos específicos de forma a reembolsar o detentor por uma perda incorrida em virtude de um devedor falhar o cumprimento de um pagamento. Compromissos são compromissos firmes com o objectivo de fornecer crédito ao abrigo de condições pré-determinadas.

Passivos que decorrem de garantias financeiras ou compromissos dados para fornecer um empréstimo a uma taxa de juro abaixo do valor de mercado são inicialmente reconhecidos ao justo valor, sendo o justo valor inicial diferido durante o período de vida útil da garantia ou compromisso.

Subsequentemente o passivo é registado ao mais alto entre: (i) o justo valor inicial menos os diferimentos reconhecidos; e (ii) a perda esperada calculada com base na metodologia descrita nas Notas 2.11 e XX.

As responsabilidades por garantias financeiras e compromissos assumidos são registados em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de comissões ou outros proveitos registados no passivo na rubrica de "Outros Passivos" por contrapartida de resultados ao longo do período de vigência dessas operações.

As perdas por imparidade associadas a garantias financeiras e compromissos assumidos são reconhecidas no passivo, na rubrica "Provisões", por contrapartida da rubrica "Provisões líquidas de anulações" (em resultados).

## 2.22 Locações

A IFRS 16 foi adoptada pelo Banco a partir de 1 de Janeiro de 2019, por via da abordagem retrospectiva modificada. A abordagem adoptada permitiu a não reexpressão dos comparativos de 2018, sendo as reclassificações e os ajustamentos resultantes dos novos princípios introduzidos pela norma reconhecidos em balanço ou resultados transitados (quando aplicável) na data de transição.

No início de um contrato o Banco avalia se o mesmo é, ou contém, uma locação. É uma locação um contrato ou parte de um contrato que transmite o direito de usar um activo (o activo subjacente) durante um certo período, em troca de uma retribuição. Para avaliar se um contrato transmite o direito de controlar o uso de um activo identificado, o Banco avalia, se:

- O contrato envolve o uso de um activo identificado. O activo poderá ser especificado de forma explícita ou implícita e deve ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um activo fisicamente não distinto. Mesmo que um activo seja especificado, o Banco não tem o direito de usar um activo identificado se o fornecedor tiver o direito substantivo de substituir esse activo durante o período de utilização; e

- O Banco tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios económicos do uso do activo identificado, durante todo o período de utilização e o Banco tem o direito de orientar o uso do activo identificado. O Banco tem este direito quando tem os direitos de tomada de decisão mais relevantes para alterar o modo e a finalidade com que o activo é usado durante todo o período de utilização. Nos casos em que a decisão sobre como e para que finalidade o activo é utilizado é predeterminada, o Banco tem o direito de orientar o uso do ativo se: o Banco tem o direito de explorar o activo (ou de mandar outros explorar o activo da forma que ele determinar) durante todo o período de utilização, sem que o fornecedor tenha o direito de alterar essas instruções de exploração; ou o Banco concebeu o activo (ou aspectos específicos do activo) de uma forma que determine previamente o modo e a finalidade com que o activo será usado durante todo o período de utilização.

No início ou na reavaliação de um contrato que contenha mais do que uma componente de locação, o Banco imputa a respectiva retribuição a cada componente de locação com base nos seus preços individuais.

O Banco não aplica o disposto na IFRS 16 a contratos que sejam ou contenham uma locação de um activo intangível.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, o Banco não actuou como locador em contratos de locação, mas apenas como locatário.

O Banco reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo da locação na data de início da locação. O ativo sob direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, o qual inclui o valor inicial do passivo da locação ajustado de todos os pagamentos antecipados da locação em ou antes da data de início (deduzidos os incentivos à locação recebidos), adicionado de quaisquer custos diretos iniciais incorridas e, quando aplicável, da estimativa dos custos para desmantelamento e remoção do ativo subjacente ou para restaurar o ativo subjacente ou as instalações na qual está localizado.

Subsequentemente, o ativo sob direito de uso é depreciado utilizando o método das quotas constantes durante o seguinte prazo:

- Vida útil do activo quando for razoavelmente certa a aquisição do activo pelo Banco;

- Vida útil do activo sob direito de uso ou o prazo da locação, consoante o que terminar primeiro.

A vida útil estimada dos ativos sob direito de uso é determinada seguindo os mesmos princípios dos activos fixos tangíveis. Adicionalmente, o activo sob direito de uso é periodicamente deduzido das perdas por imparidade, se existirem, e ajustado por determinadas remensurações do passivo da locação.

O passivo da locação é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos da locação a efetuar após essa data. O referido valor presente é determinado com base na taxa de financiamento incremental do Banco. A taxa incremental de financiamento é a taxa que o Banco obteria para conseguir, com a maturidade e garantia semelhantes, os fundos necessários para a aquisição do activo subjacente.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo da locação compreendem os seguintes pagamentos pelo direito de usar o activo subjacente durante o prazo de locação:

- Pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em substância), menos os incentivos à locação;
- Pagamentos variáveis que dependam de um índice ou de uma taxa, inicialmente mensurados utilizando a taxa ou o índice existente na data de início da locação;
- Montantes que se espera que venham a ser pagos a título de garantias de valor residual;
- O preço de exercício de uma opção de compra, se o Banco estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e
- Os pagamentos de penalizações por rescisão da locação, se o prazo da locação refletir o exercício de uma opção de rescisão da locação pelo Banco.

O passivo da locação é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva. O passivo é remensurado quando existe uma alteração aos pagamentos futuros da locação decorrentes de uma alteração num índice ou taxa, quando ocorre uma alteração na estimativa do Banco do montante que se espera pagar ao abrigo de uma garantia de valor

residual, ou sempre que o Banco altera a sua avaliação sobre a expectativa de exercer ou não uma opção de compra, de prorrogação ou de rescisão. Sempre que o passivo da locação for remensurado, o Banco reconhece o montante da remensuração do passivo da locação como um ajustamento ao activo sob direito de uso. No entanto, caso a quantia escriturada do activo sob direito de uso se encontre reduzida a zero e houver uma outra redução na mensuração do passivo da locação, o Banco reconhece essa redução como um rendimento em resultados.

O Banco adoptou a política de não separar eventuais componentes de serviço incluídos em contratos de locação.

O Banco apresenta na demonstração da posição financeira os activos sob direito de uso na rubrica “Outros activos tangíveis” e os passivos da locação na rubrica “Outros passivos”.

O Banco aplica as isenções definidas pela IFRS 16 para o reconhecimento dos activos sob direito de uso e de passivos da locação relacionados com locações de curta duração (cujo prazo de locação seja igual ou inferior a 12 meses) e com locações de activos de baixo valor (preço em estado novo inferior ou igual a 2,5 milhões de kwanzas). Deste modo, o Banco reconhece as despesas associadas a estes contratos como gastos diretamente em resultados na rubrica “Gastos gerais administrativos”. O reconhecimento é feito linearmente durante o prazo dos contratos.

## 2.23 Resultados por Acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido, pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Banco.

Para o resultado por acção diluído, o número médio de acções ordinárias em circulação e o resultado líquido são ajustados de forma a reflectir os efeitos da conversão ou do exercício de todos os instrumentos potencialmente diluidores. São considerados instrumentos potencialmente diluidores, aqueles cuja conversão ou exercício resulta numa diminuição do resultado por acção.

Se o resultado por acção for alterado em resultado de uma emissão a prémio ou desconto ou outro evento que altere o número potencial de acções



ordinárias sem a correspondente entrada/saída de recursos no Banco, o cálculo dos resultados por acção são reexpressos para todos os períodos anteriores.

### **Nota 3 – Principais Estimativas e Julgamentos Utilizados na Elaboração das Demonstrações Financeiras**

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça as estimativas necessárias para decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são apresentadas nesta nota, com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Banco e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco é apresentada na Nota 2.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo conselho de administração, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os principais julgamentos efectuados pelo conselho de administração na aplicação das políticas contabilísticas do Banco e as estimativas com maior impacto nos montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras são apresentados de seguida.

#### **3.1. Determinação do modelo de negócio aplicável a activos financeiros**

A classificação e mensuração dos activos financeiros depende dos testes do SPPI e do modelo de negócio. O Banco determina o modelo de negócio a um nível que reflecte a forma como os activos financeiros são geridos de modo a ser atingido um determinado objectivo de negócio. Esta avaliação inclui julgamentos que reflectem todas as evidências relevantes, incluindo a forma como o desempenho dos activos é avaliado e como os seus gestores são

compensados. O Banco monitoriza os activos financeiros mensurados pelo custo amortizado ou a justo valor através de outro resultado integral que são desreconhecidos em data anterior à sua maturidade de modo a entender a razão da sua alienação e a avaliar se o modelo de negócio definido para esses activos continua a ser apropriado. Se o modelo de negócio deixar de ser apropriado, a classificação dos activos será efectuada de forma prospectiva. No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 não se verificaram alterações nas classificações dos activos.

### 3.2. Aumento significativo do risco de crédito

Para os activos financeiros em *stage 1*, o cálculo das perdas de crédito esperadas (imparidade) apenas considera acontecimentos de *default* que possam ocorrer nos 12 meses seguintes. No caso dos activos em *stage 2*, o cálculo das perdas de crédito esperadas considera acontecimentos de *default* que possam ocorrer durante a maturidade remanescente dos activos. Um activo transita para o *stage 2* quando se verifica um aumento significativo do seu risco de crédito desde o reconhecimento inicial. A IFRS 9 não estabelece regras para a determinação de um aumento significativo do risco de crédito. Estabelece princípios, cuja aplicação requer julgamentos significativos. Na formação desses julgamentos, o Banco tem em consideração informação qualitativa e quantitativa histórica e projectada.

### 3.3. Impostos sobre os lucros

Os impostos sobre os lucros são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor (código do imposto industrial aprovado pela Lei n.º 19/14 de 22 de Outubro). No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações, o que pode resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

A Administração Geral Tributária tem a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco, durante um período de cinco anos. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, o Conselho de Administração do Banco, considera que não terão um efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

Para efeitos de apuramento da estimativa de impostos, atendendo à alteração do Código de Imposto Industrial, foram adoptados os seguintes pressupostos em conformidade com o entendimento e informação disponível à data do balanço:

1. Variações cambiais não realizadas:

- a) As variações cambiais não realizadas correspondem à posição cambial líquida em moeda estrangeira;
- b) As variações cambiais não realizadas sobre activos e passivos indexados são apuradas tendo em consideração a carteira que se encontram em balanço na data de fecho do exercício; e
- c) As variações cambiais passam a ser realizadas no momento da maturidade ou alienação de activos e passivos procedendo-se à anulação do impacto fiscal reflectido em anos anteriores.

2. Imparidades constituídas sobre créditos na parte coberta por garantia - valor nominal das garantias incluem:

- a) Reforços de imparidade no exercício sobre créditos existentes;
- b) Constituição de imparidade sobre novos créditos concedidos no exercício; e
- c) Valorização das garantias em conformidade com as regras definidas pelo Banco Nacional de Angola;

Consequentemente, diferentes interpretações da legislação fiscal podem influenciar o valor do Imposto Industrial e dos Impostos Diferidos reconhecidos no período e apresentados na Nota 20.

Os pressupostos assumidos pelo Banco na determinação do imposto sobre o rendimento do exercício e os impostos diferidos poderão encontrar-se sujeitos a alterações, com base em diferentes interpretações.

#### 1.4 Cálculo das perdas de crédito esperadas

No cálculo das perdas de crédito esperadas o Banco utiliza informação prospectiva razoável e suportada e que assenta em assunções sobre a evolução futura de diferentes drivers macroeconómicos e da forma como estes interagem entre si.

As perdas em caso de *default* (LGD) consistem numa estimativa da diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos de caixa que o Banco espera receber (incluindo os fluxos de caixa de colaterais e garantias).

A probabilidade de incumprimento (PD) é um input chave na mensuração das perdas de crédito esperadas. Traduz-se numa estimativa da probabilidade de o devedor não cumprir na íntegra com as suas obrigações contratuais num dado horizonte temporal, cujo cálculo inclui dados históricos, pressupostos e expectativas quanto a diversas condições (macroeconómicas e internas) futuras.

#### 1.5 Mensurações de justo valor e processo de valorização

Diversos activos e passivos do Banco são mensurados a justo valor para efeitos de relato financeiro. Quando não se encontram disponíveis inputs do nível 1 da hierarquia de justo valor, o Banco recorre a entidades externas qualificadas para a determinação do justo valor.

#### 1.6 Imparidade de activos não financeiros

A determinação da quantia recuperável destes activos (activos fixos tangíveis e activos intangíveis) implica projecções de fluxos de caixa futuros (essencialmente margem financeira, os rendimentos, gastos com o pessoal e outros gastos operacionais). Estas projecções envolvem um elevado nível

de incerteza e volatilidade, sendo particularmente sensíveis às condições macroeconómicas e a aspectos regulatórios.

#### Nota 4 – Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022 é detalhado conforme se segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2023	31.12.2022
<b>Caixa</b>	<b>6 012 769</b>	<b>8 218 702</b>
Em moeda nacional	5 802 800	7 985 029
Em moeda Estrangeira	209 969	233 673
<b>Depósitos em bancos centrais</b>	<b>21 718 743</b>	<b>23 429 225</b>
Em moeda nacional	20 169 196	11 015 646
Em moeda Estrangeira	1 549 546	12 413 579
<b>Imparidade</b>	-	-
	<b>27 731 511</b>	<b>31 647 928</b>

A rubrica de depósitos no banco central em moeda nacional e estrangeira, visam cumprir as disposições em vigor de manutenção de Reservas Mínimas, não sendo remuneradas. A 31 de Dezembro de 2023 o montante mínimo de reservas obrigatórias a ascendia a 9 436 040 milhares de Kwanzas em moeda nacional e 1 549 546 milhares de Kwanzas em moeda estrangeira (2022: 9 187 628 088 milhares de Kwanzas e 12 413 579 milhares de Kwanzas, respectivamente).

As reservas obrigatórias são apuradas de acordo com o Instrutivo nº 04/2023 de 30 de Março, na Directiva nº 12/2023 de 30 de Março e Directiva 12/DME/2023 de 28 de Novembro de 2023.

A exigibilidade de manutenção de reservas mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no BNA, é apurada através da aplicação dos coeficientes resumidos na seguinte tabela:

	Apuramento	Moeda nacional	Moeda estrangeira
Governo Central,	Diaria	18%	100%
Governo local e Administração municipais	Diaria	18%	100%
Outros sectores	Quinzenal	18%	22%

Em 31 de Dezembro de 2023 e a 31 de Dezembro de 2022, com o instrutivo do BNA sobre a política monetária e são constituídas em moeda nacional e em moeda estrangeira, em função da respectiva denominação dos passivos que constituem a sua base de incidência, devendo ser mantidas durante todo o período a que se referem.

O cumprimento das reservas obrigatórias, para um dado período de observação quinzenal, é concretizado tendo em consideração o valor médio dos saldos dos depósitos de clientes, entre outros, junto do Banco durante o referido período.

De acordo com a Directiva n.º 12/DME/2023 de 28 de Novembro de 2023, as reservas obrigatórias em moeda estrangeira podem ser cumpridas com os montantes depositados junto do BNA, deduzidos de 100% dos depósitos em nome do Governo Central, mantidos nos livros da referida Instituição Financeira.

Em 31 de Dezembro de 2023, o montante total da exigibilidade (Governo Central, Governos Locais, Administrações Locais e Outros sectores) ascende a mKz 2 184 774 (2022: mKz 12 780 689).

Em 31 de Dezembro de 2023, encontra-se a ser deduzido do total da exigibilidade o montante

de mKz 2 425 333 (2022: mkz 1 809 777) relativos a créditos concedidos ao sector real da

economia, de acordo com o Aviso n.º 10/22 do BNA.

## **Nota 5 – Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito**

Para efeitos de demonstração, o saldo da rubrica Disponibilidades em outras instituições de crédito em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022 foi o seguinte:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2023	31.12.2022
<b>Disponibilidades em outras instituições de crédito no país</b>		
Cheques a cobrar	40 000	702
Outras disponibilidades	3 690 186	4 054 890
	<b>3 730 186</b>	<b>4 055 591</b>
<b>Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro</b>		
Depósitos à ordem	9 844 447	3 519 251
Outras disponibilidades	870 593	211 319
	<b>10 715 040</b>	<b>3 730 570</b>
	<b>14 445 225</b>	<b>7 786 161</b>

Em 31 de Dezembro de 2023, a rubrica Disponibilidades em instituições de crédito no estrangeiro – Depósitos à ordem, inclui o montante de mKz 300 000 do Banco Atlântico Europa que visa garantir o aprovisionamento no banco correspondente para liquidações diárias das utilizações de cartões Mastercard para posterior regularização junto dos seus clientes.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e a 31 de Dezembro de 2022, as disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro não foram remuneradas.

## Nota 6 – Aplicações em Bancos Centrais e em Outras Instituições de Crédito

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022 é detalhada como se segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2023	31.12.2022
<b>Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito</b>		
Aplicações em bancos centrais	-	60
Outras disponibilidades	-	-
Aplicações em outras instituições de crédito	-	8 004 449
	<b>-</b>	<b>8 004 510</b>

Em 31 de Dezembro de 2023, a variação da rubrica Aplicações em outras instituições de crédito no país diz respeito a realização de operações de cedência de liquidez pelo YETU a bancos que operam no mercado nacional.

## Nota 7 – Activos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados

Em 31 de Dezembro de 2023, o saldo desta rubrica corresponde, na totalidade, ao investimento em obrigações do tesouro emitidas pelo Estado Angolano.

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.4, os activos financeiros ao justo valor através dos resultados são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo, independentemente da sua maturidade e aqueles que não cumprem com o critério do *SPPI* (*solely payments of principal and interest*).

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2023	31.12.2022
<b>Obrigações do Tesouro</b>		
De emissores públicos	67 793 499	46 520 885
	<b>67 793 499</b>	<b>46 520 885</b>

Em 31 de Dezembro de 2023 o escalonamento destes títulos por prazos de vencimento é como se segue:

	(milhares de Kwanzas)				
	Inferior a três meses	De três a seis meses	De seis meses a um ano	Superior a um ano	Total
<b>Obrigações do Tesouro</b>					
De emissores públicos	6 387 556	665 305	1 896 750	58 843 888	67 793 499
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2023</b>	<b>6 387 556</b>	<b>665 305</b>	<b>1 896 750</b>	<b>58 843 888</b>	<b>67 793 499</b>

## Nota 8 – Activos Financeiros ao Justo Valor através de Outro Rendimento Integral

Em 31 de Dezembro de 2023, o saldo desta rubrica é detalhado como se segue:



	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2023	31.12.2022
<b>Acções</b>		
EMIS - Empresa Interbancária de Serviços		
Capital	156 745	37 203
Fundo de Garantia de Depósitos	-	113 868
AMVM - Academia do Mercado de Valores Mobiliário	1 500	1 500
	<b>158 245</b>	<b>152 571</b>

Estes activos correspondem a investimentos em instrumentos de capital próprio. Na data do seu reconhecimento inicial, o Conselho de Administração optou por designar os mesmos, de forma irrevogável, para mensuração a justo valor através de outro rendimento integral.

Os movimentos ocorridos ao nível dos instrumentos financeiros ao justo valor através do outro

rendimento integral, dizem respeito exclusivamente à reavaliação dos investimentos em cada exercício.

## Nota 9 – Activos Financeiros ao Custo Amortizado

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 é detalhado como se segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2023	31.12.2022
<b>Obrigações e outros títulos de rendimento fixo</b>		
De emissores públicos		
Moeda nacional	5 590 482	8 930 683
Indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos	-	-
<b>Imparidade de títulos da dívida</b>	( 74 953)	( 113 590)
	<b>5 515 530</b>	<b>8 817 093</b>

Os títulos correspondem, na totalidade, a obrigações do tesouro emitidas pelo Estado Angolano.

A totalidade dos títulos encontrava-se classificada no *stage 1* para efeitos de cálculo das perdas por imparidade. A diminuição verificada nas perdas por

imparidade entre 2023 e 2022 é justificada por: (i) vencimento de instrumentos financeiros.

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 a totalidade dos títulos de dívida em causa vencia-se entre um e dez anos.

## Nota 10 – Crédito a Clientes

Esta rubrica apresenta a seguinte composição em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2023	31.12.2022
<b>Crédito Interno</b>		
<b>A empresas</b>		
Créditos em conta corrente	8 270 780	13 805 731
Empréstimos	21 357 610	2 909 671
Descobertos	7 648	879 720
<b>A particulares</b>		
Consumo e outros	1 666 131	1 163 708
Descobertos	1 269	1 273
	<b>31 303 438</b>	<b>18 760 102</b>
<b>Crédito e juros vencidos</b>		
Até 3 meses	630 253	340 916
De 3 meses a 1 ano	307 630	25 729
Superior a 1 ano	265 445	21 685
	<b>1 203 328</b>	<b>388 330</b>
	<b>32 506 766</b>	<b>19 148 432</b>
<b>Perdas por imparidade</b>	( 772 176)	( 231 639)
	<b>31 734 590</b>	<b>18 916 793</b>

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, o escalonamento do crédito a clientes por prazos de vencimento é como se segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Até 3 meses	4 194 753	9 213 383
De 3 meses a 1 ano	9 782 264	4 432 917
De 1 a 5 anos	18 529 749	5 502 132
	<b>32 506 766</b>	<b>19 148 432</b>

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, a distribuição do crédito a clientes por tipo de taxa é como se segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Taxa fixa	12 541 082	7 020 522
Taxa variável	19 965 684	12 127 911
	<b>32 506 766</b>	<b>19 148 432</b>

O detalhe das exposições e da imparidade do crédito concedido a clientes a 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 é apresentado de seguida:

(milhares de Kwanzas)

Segmento	Exposição Ano 2023			Do qual restructurado	Imparidade Ano 2023		
	Exposição total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento		Imparidade total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Consumo e outros	1 697 124	1 666 131	84 243	-	142 208	-	142 208
Conta Corrente	8 676 151	8 270 780	352 122	-	201 822	187 862	13 960
Descoberto	79 006	8 916	70 089	-	3 213	1 669	1 544
Empréstimos	22 054 485	21 357 610	696 874	-	424 933	289 721	135 212
<b>Total</b>	<b>32 506 766</b>	<b>31 303 438</b>	<b>1 203 328</b>	<b>-</b>	<b>772 176</b>	<b>479 252</b>	<b>292 924</b>

(milhares de Kwanzas)

Segmento	Exposição Ano 2022			Do qual restructurado	Imparidade Ano 2022		
	Exposição total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento		Imparidade total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Consumo e outros	1 357 873	1 149 604	208 269	-	47 042	46 438	604
Conta Corrente	13 805 731	13 459 687	346 045	-	50 331	49 135	1 196
Descoberto	880 992	880 988	4	-	11 604	11 604	0
Empréstimos	3 103 836	2 920 880	182 956	-	122 662	121 066	1 596
<b>Total</b>	<b>19 148 432</b>	<b>18 411 158</b>	<b>737 274</b>	<b>-</b>	<b>231 639</b>	<b>228 244</b>	<b>3 396</b>

O detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de concessão das operações, em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, é como se segue:

(milhares de Kwanzas)

Ano de concessão	Consumo e outros			Conta Corrente			Descoberto			Empréstimos		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2015				-	-	-	1	-	0	-	-	-
2016	10	1 964	20	-	-	-	-	-	2	-	-	-
2017	3	1 985	20	-	-	-	-	-	0	-	-	-
2018	8	10 162	102	-	-	-	-	-	74	-	-	-
2019	27	260 717	8 521	-	-	-	-	-	72	-	-	-
2020	43	173 883	4 365	-	-	-	-	-	883	11	388 811	74 533
2021	48	176 400	13 050	1	2 967 265	-	16	522 171	4 982	11	115 671	70 874
2022	70	732 760	20 964	16	10 838 467	50 331	31	358 821	5 591	7	2 599 354	( 22 744)
2023	202	1 697 124	142 208	10	8 676 151	201 822	7	79 006	3 213	29	22 054 485	424 933
<b>Total</b>	<b>411</b>	<b>3 054 997</b>	<b>189 250</b>	<b>27</b>	<b>22 481 883</b>	<b>252 153</b>	<b>55</b>	<b>959 998</b>	<b>14 817</b>	<b>58</b>	<b>25 158 320</b>	<b>547 595</b>

(milhares de Kwanzas)

Ano de concessão	Consumo e outros			Conta Corrente			Descoberto			Empréstimos		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2015				-	-	-	1	-	0	-	-	-
2016	10	1 964	20	-	-	-	-	-	2	-	-	-
2017	3	1 985	20	-	-	-	-	-	0	-	-	-
2018	8	10 162	102	-	-	-	-	-	74	-	-	-
2019	27	260 717	8 521	-	-	-	-	-	72	-	-	-
2020	43	173 883	4 365	-	-	-	-	-	883	11	388 811	74 533
2021	48	176 400	13 050	1	2 967 265	-	16	522 171	4 982	11	115 671	70 874
2022	70	732 760	20 964	16	10 838 467	50 331	31	358 821	5 591	7	2 599 354	( 22 744)
<b>Total</b>	<b>209</b>	<b>1 357 873</b>	<b>47 042</b>	<b>17</b>	<b>13 805 732</b>	<b>50 331</b>	<b>48</b>	<b>880 992</b>	<b>11 604</b>	<b>29</b>	<b>3 103 835</b>	<b>122 662</b>

**Banco YETU, S.A.**

Torre Maculusso, Piso 2, Rua Frederico Welwitsch, Maculusso, Luanda, Angola | Tel.: (+244) 227 703 900  
[www.bancoYETU.ao](http://www.bancoYETU.ao) | N.º Registo 0066 | Swift Code YETUAOLU | Número de contribuinte: 541728550

O detalhe da imparidade do crédito em cumprimento e incumprimento por cura e reestruturação, por segmento, corresponde ao seguinte:

(milhares de Kwanzas)

Segmento	Exposição Ano 2023					Imparidade Ano 2023						
	Exposição total	Crédito em Stage 1	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Crédito em Stage 2	Do qual reestruturado	Crédito em Stage 3	Do qual reestruturado	Imparidade total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Consumo e outros	1 697 124	1 560 033	1 666 131	84 243	-	99 391	-	37 701	-	142 208	-	142 208
Conta Corrente	8 676 151	5 044 490	8 270 780	352 122	-	3 379 711	-	251 950	-	201 822	187 862	13 960
Descoberto	79 006	-	8 916	70 089	-	75 759	-	3 246	-	3 213	1 669	1 544
Empréstimos	22 054 485	20 265 879	21 357 610	696 874	-	486 580	-	1 302 025	-	424 933	289 721	135 212
<b>Total</b>	<b>32 506 766</b>	<b>26 870 402</b>	<b>31 303 438</b>	<b>1 203 328</b>	<b>-</b>	<b>4 041 441</b>	<b>-</b>	<b>1 594 923</b>	<b>-</b>	<b>772 176</b>	<b>479 252</b>	<b>292 924</b>

Segmento	Exposição Ano 2022					Imparidade Ano 2022						
	Exposição total	Crédito em Stage 1	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Crédito em Stage 2	Do qual reestruturado	Crédito em Stage 3	Do qual reestruturado	Imparidade total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Consumo e outros	1 357 873	926 497	1 149 604	208 269	-	64 223	-	110 476	-	47 042	46 438	604
Conta Corrente	13 805 731	6 501 316	13 459 687	346 045	-	7 650 460	-	-	-	50 331	49 135	1 196
Descoberto	880 992	-	880 988	4	-	878 488	-	2 509	-	11 604	11 604	0
Empréstimos	3 103 836	2 828 216	2 920 880	182 956	-	42 188	-	144 060	-	122 662	121 066	1 596
<b>Total</b>	<b>19 148 432</b>	<b>10 256 029</b>	<b>18 411 158</b>	<b>737 274</b>	<b>-</b>	<b>8 635 358</b>	<b>-</b>	<b>257 045</b>	<b>-</b>	<b>231 639</b>	<b>228 244</b>	<b>3 396</b>

O detalhe do montante de exposição bruta de crédito e de imparidade constituída para as exposições analisadas individual e colectivamente, por segmento corresponde ao seguinte:

(milhares de Kwanzas)

Ano 2023	Consumo e outros		Conta Corrente		Descoberto		Empréstimos	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	-	-	8 490 145	159 802	76 181	1 668	21 384 066	199 595
Imparidade colectiva	1 697 124	142 208	186 006	42 020	2 825	1 545	670 419	225 338
<b>Total</b>	<b>1 697 124</b>	<b>142 208</b>	<b>8 676 151</b>	<b>201 822</b>	<b>79 006</b>	<b>3 213</b>	<b>22 054 485</b>	<b>424 933</b>

(milhares de Kwanzas)

Ano 2022	Consumo e outros		Conta Corrente		Descoberto		Empréstimos	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	411 591	15 034	4 291 611	14 853	5 054	308	2 087 192	95 199
Imparidade colectiva	946 282	32 008	9 514 120	35 479	875 938	11 296	1 016 644	27 463
<b>Total</b>	<b>1 357 873</b>	<b>47 042</b>	<b>13 805 731</b>	<b>50 332</b>	<b>880 992</b>	<b>11 604</b>	<b>3 103 836</b>	<b>122 662</b>

A 31 de Dezembro de 2023 e a 31 de Dezembro de 2022, a distribuição das exposições de crédito e de imparidade constituída, por segmento do modelo de imparidade e por intervalo de dias de atraso, corresponde ao seguinte:

(milhares de Kwanzas)

Segmento	Exposição Ano 2023									Exposição Ano 2022								
	Exposições sem aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial (Estágio 1)			Exposições com aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial e que não estejam em imparidade de crédito (Estágio 2)			Exposições creditícias em imparidade de crédito (Estágio 3)			Exposições sem aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial (Estágio 1)			Exposições com aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial e que não estejam em imparidade de crédito (Estágio 2)			Exposições creditícias em imparidade de crédito (Estágio 3)		
	≤ 30 dias	>30 dias ≤ 90 dias	>90 dias	≤ 30 dias	>30 dias ≤ 90 dias	>90 dias	≤ 30 dias	>30 dias ≤ 90 dias	>90 dias	≤ 30 dias	>30 dias ≤ 90 dias	>90 dias	≤ 30 dias	>30 dias ≤ 90 dias	>90 dias	≤ 30 dias	>30 dias ≤ 90 dias	>90 dias
Consumo e outros	261 347	5 407	1 293 279	18 820	-	80 570	3 931	-	33 770	992 700	2 050	-	857 872	64 223	-	5 054	0	110 476
Conta Corrente	2 324 110	154 235	2 566 145	389 889	-	2 989 822	251 950	-	-	6 619 106	892 008	-	4 204 120	1 730 596	-	0	0	0
Descoberto	-	-	-	75 759	-	-	3 246	-	-	-	-	-	1 215 391	520 968	-	35 297	4	2 506
Empréstimos	211 938	562	20 053 380	-	421 558	65 022	72 000	-	1 230 025	1 750 165	-	-	-	42 188	-	103 709	0	0
<b>Total</b>	<b>2 797 394</b>	<b>160 204</b>	<b>23 912 803</b>	<b>484 469</b>	<b>421 558</b>	<b>3 135 414</b>	<b>331 127</b>	<b>-</b>	<b>1 263 796</b>	<b>9 361 971</b>	<b>894 058</b>	<b>-</b>	<b>6 277 383</b>	<b>2 357 975</b>	<b>-</b>	<b>144 060</b>	<b>4</b>	<b>112 981</b>

(milhares de Kwanzas)

Segmento	Exposição Ano 2022									Exposição Ano 2021									
	Exposições sem aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial (Estágio 1)			Exposições com aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial e que não estejam em imparidade de crédito (Estágio 2)			Exposições creditícias em imparidade de crédito (Estágio 3)			Exposições sem aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial (Estágio 1)			Exposições com aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial e que não estejam em imparidade de crédito (Estágio 2)			Exposições creditícias em imparidade de crédito (Estágio 3)			
	≤ 30 dias	< 30 dias > 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias > 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias > 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	< 30 dias > 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias > 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias > 90 dias	> 90 dias	
Consumo e outros	992 700	2 050	-	857 872	64 223	-	5 054	0	110 476	-	-	-	368 322	34	248	429 593	122	-	5 101
Conta Corrente	6 619 106	892 008	-	4 204 120	1 730 596	-	0	0	0	-	3 094 002	172 272	-	3 406 330	2 216 608	-	-	-	
Descoberto	-	-	-	1 215 391	520 968	-	35 297	4	2 506	31 173	-	-	-	3 513	-	-	612	-	-
Empréstimos	1 750 165	-	-	-	42 188	-	103 709	0	0	-	-	792 377	-	400 646	164 117	4 553	-	-	134 145
<b>Total</b>	<b>9 361 971</b>	<b>894 058</b>	<b>-</b>	<b>6 277 383</b>	<b>2 357 975</b>	<b>-</b>	<b>144 060</b>	<b>4</b>	<b>112 981</b>	<b>31 173</b>	<b>3 094 002</b>	<b>1 332 971</b>	<b>3 547</b>	<b>3 807 224</b>	<b>2 810 318</b>	<b>5 287</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>139 246</b>



A desagregação da carteira de crédito por *stage* em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, é como se segue:

2023	(milhares de Kwanzas)			
Exposição	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Totais
Consumo e outros	1 560 033	99 391	37 701	1 697 124
Conta Corrente	5 044 490	3 379 711	251 950	8 676 151
Descoberto	0	75 759	3 246	79 006
Empréstimos	20 265 879	486 580	1 302 025	22 054 485
	<b>26 870 402</b>	<b>4 041 441</b>	<b>1 594 923</b>	<b>32 506 766</b>

2022	(milhares de Kwanzas)			
Exposição	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Totais
Consumo e outros	926 497	64 223	110 476	1 101 196
Conta Corrente	6 501 316	7 650 460	0	14 151 775
Descoberto	0	878 488	2 509	880 997
Empréstimos	2 828 216	42 188	144 060	3 014 463
	<b>10 256 029</b>	<b>8 635 358</b>	<b>257 045</b>	<b>19 148 432</b>
<b>Imparidade</b>	<b>( 35 099)</b>	<b>( 51 225)</b>	<b>( 145 315)</b>	<b>( 231 639)</b>
<b>Valor Líquido</b>	<b>10 220 930</b>	<b>8 584 133</b>	<b>111 730</b>	<b>18 916 793</b>

Não existiam créditos reestruturados em 31 de Dezembro de 2023. A exposição existente na referida data diz respeito a créditos concedidos unicamente a mutuários com residência ou sede em Angola.

Não existiam activos recebidos em dação em pagamento em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022.

**Nota 11 – Outros Activos Tangíveis**

O movimento dos outros activos tangíveis nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 é detalhado de seguida:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2023	31.12.2022
<b>Imóveis</b>		
Imóveis de uso	740 677	740 677
Direito de uso	1 505 562	1 525 523
Obras em imóveis arrendados	1 418 710	1 165 184
	<b>3 664 949</b>	<b>3 431 384</b>
<b>Equipamento</b>		
Equipamento informático e máquinas	3 277 498	2 402 623
Mobiliário e material	230 369	299 668
Equipamentos de transporte	1 160 450	1 022 404
Outros	263 532	236 311
	<b>4 931 850</b>	<b>3 961 008</b>
<b>Imobilizado em curso</b>		
Projectos	11 630 424	6 886 129
	<b>11 630 424</b>	<b>6 886 129</b>
<b>Outras imobilizações</b>		
Outros	263 532	-
	-	-
	<b>20 227 223</b>	<b>14 268 156</b>
<b>Depreciação acumulada</b>		
Relativas ao exercício corrente	(1 162 281)	(1 018 737)
Relativas a exercício anteriores	(3 086 444)	(2 067 707)
	-	-
	<b>(4 248 725)</b>	<b>(3 086 444)</b>
<b>Imparidade</b>		
	<b>15 978 497</b>	<b>11 192 076</b>

## Relatório e Contas – 2023

	(milhares de Kwanzas)				
	Saldo em 31.12.2022	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências/ Regularizações	Saldo em 31.12.2023
<b>Quantia bruta</b>					
<b>Imóveis</b>					
Imóveis de uso	740 677	-	-	-	740 677
Direito de uso	1 525 523	-	( 19 961)	-	1 505 562
Obras em imóveis arrendados	1 165 184	253 526	-	-	1 418 710
	<b>3 431 384</b>	<b>253 526</b>	<b>( 19 961)</b>	<b>-</b>	<b>3 664 949</b>
<b>Equipamento</b>					
Equipamento informático e máquinas	2 402 623	895 688	( 35 525)	14 712	3 277 498
Mobiliário e material	299 668	8 844	( 76 925)	( 1 219)	230 369
Equipamentos de transporte	1 022 404	147 546	( 9 500)	-	1 160 450
Outros	236 311	36 130	( 1 117)	( 7 793)	263 532
	<b>3 961 008</b>	<b>1 088 208</b>	<b>( 123 066)</b>	<b>5 700</b>	<b>4 931 850</b>
<b>Imobilizado em curso</b>					
Projectos	6 886 129	14 112 216	-	(9 367 921)	11 630 424
	<b>14 278 520</b>	<b>15 453 951</b>	<b>( 143 027)</b>	<b>(9 362 221)</b>	<b>20 227 223</b>
<b>Amortizações acumuladas</b>					
<b>Imóveis</b>					
Imóveis de uso	( 95 478)	( 88 651)	-	-	( 184 129)
Direito de uso	( 766 008)	( 239 122)	19 961	( 12 790)	( 997 958)
Obras em imóveis arrendados	( 621 093)	( 134 350)	-	-	( 755 443)
	<b>(1 482 579)</b>	<b>( 462 122)</b>	<b>19 961</b>	<b>( 12 790)</b>	<b>(1 937 530)</b>
<b>Amortizações acumuladas</b>					
<b>Equipamento</b>					
Equipamento informático e máquinas	( 986 313)	( 446 115)	35 525	( 9 951)	(1 406 854)
Mobiliário e material	( 157 814)	( 33 485)	76 925	( 1 698)	( 116 072)
Equipamentos de transporte	( 389 604)	( 249 023)	-	9 500	( 629 126)
Outros	( 70 135)	( 89 480)	1 117	( 644)	( 159 143)
	<b>(1 603 866)</b>	<b>( 818 103)</b>	<b>113 566</b>	<b>( 2 793)</b>	<b>(2 311 196)</b>
	<b>(3 086 444)</b>	<b>(1 280 225)</b>	<b>133 527</b>	<b>( 15 583)</b>	<b>(4 248 725)</b>
	<b>11 192 076</b>	<b>14 173 725</b>	<b>( 9 500)</b>	<b>(9 377 804)</b>	<b>15 978 497</b>

(milhares de Kwanzas)

	Saldo em 31.12.2021	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Regularizações	Saldo em 31.12.2022
<b>Quantia bruta</b>					
<b>Imóveis</b>					
Imóveis de uso	349 219	391 458	-	-	740 677
Direito de uso	1 347 853	177 670	-	-	1 525 523
Obras em imóveis arrendados	1 161 442	3 742	-	-	1 165 184
	<b>2 858 514</b>	<b>572 870</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3 431 383,79</b>
<b>Equipamento</b>					
Equipamento informático e máquinas	1 676 440	727 490	( 1 306)	-	2 402 623
Mobiliário e material	242 323	57 668	( 322)	-	299 668
Equipamentos de transporte	684 191	539 113	( 200 900)	-	1 022 404
Outros	199 401	36 910	-	-	236 311
	<b>2 802 355</b>	<b>1 361 181</b>	<b>( 202 528)</b>	<b>-</b>	<b>3 961 008</b>
<b>Imobilizado em curso</b>					
Projectos	5 359	6 880 770	-	-	6 886 129
	<b>5 666 228</b>	<b>1 934 051</b>	<b>( 202 528)</b>	<b>-</b>	<b>14 278 520</b>
<b>Amortizações acumuladas</b>					
<b>Imóveis</b>					
Imóveis de uso	( 8 356)	( 87 122)	-	-	( 95 478)
Direito de uso	( 538 126)	( 254 499)	-	-	( 766 008)
Obras em imóveis arrendados	( 503 472)	( 117 620)	-	-	( 621 093)
	<b>(1 049 955)</b>	<b>( 459 241)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1 482 579)</b>
<b>Amortizações acumuladas</b>					
<b>Equipamento</b>					
Equipamento informático e máquinas	( 571 537)	( 416 982)	-	2 206	( 986 313)
Mobiliário e material	( 122 705)	( 34 594)	693	( 1 209)	( 157 814)
Equipamentos de transporte	( 284 149)	( 223 653)	111 148	7 050	( 389 604)
Outros	( 39 362)	( 30 773)	-	-	( 70 135)
	<b>(1 017 752)</b>	<b>( 706 002)</b>	<b>111 841</b>	<b>8 047</b>	<b>(1 603 866)</b>
	<b>(2 067 707)</b>	<b>(1 165 243)</b>	<b>223 683</b>	<b>13 889</b>	<b>(3 086 444)</b>
	<b>3 598 520</b>	<b>768 808</b>	<b>21 155</b>	<b>13 889</b>	<b>11 192 076</b>

O saldo da rubrica de Outros activos tangíveis em curso diz respeito essencialmente aos investimentos associados a obra de reabilitação e apetrechamento do Novo Edifício Sede, adquirido no início de 2022.

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2023, o Banco adquiriu outros activos tangíveis – Equipamento, nomeadamente, ATM, máquinas de apoio à tesouraria, hardware e equipamento de segurança.

Em 31 de Dezembro 2023 o Banco não tinha assumido compromissos contratuais para a aquisição de activos fixos tangíveis.

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados indícios de imparidade em activos do Banco.

## Nota 12 – Activos Intangíveis

Os movimentos ocorridos nos outros activos intangíveis durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 são detalhados como se segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2023	31.12.2022
<b>Activos intangíveis</b>		
Sistema de tratamento automático de dados	2 570 039	1 739 035
Outros imobilizações incorpóreas	-	-
	<b>2 570 039</b>	<b>1 739 035</b>
<b>Amortizações acumuladas</b>		
Relativas ao exercício corrente	( 500 423)	( 477 771)
Relativas a exercício anteriores	(1 551 958)	(1 074 187)
	<b>(2 052 381)</b>	<b>(1 551 958)</b>
	<b>517 658</b>	<b>187 077</b>

	(milhares de Kwanzas)			
	Saldo em 31.12.2022	Aquisições/ Dotações	Transferências	Saldo em 31.12.2023
<b>Activos intangíveis</b>				
Sistema de tratamento automático de dados	1 739 035	831 004	-	2 570 039
Sistema de tratamento automático de dados	<b>1 739 035</b>	<b>831 004</b>	-	<b>2 570 039</b>
<b>Amortizações acumuladas</b>				
Sistema de tratamento automático de dados	(1 551 958)	( 500 423)	-	(2 052 381)
Outros imobilizações incorpóreas	-	-	-	-
	<b>(1 551 958)</b>	<b>( 500 423)</b>	-	<b>(2 052 381)</b>
	<b>187 077</b>	<b>330 582</b>	-	<b>517 658</b>

(milhares de Kwanzas)

	Saldo em 31.12.2021	Aquisições/ Dotações	Saldo em 31.12.2022
<b>Activos intangíveis</b>			
Sistema de tratamento automático de dados	1 364 526	374 508	1 739 035
Sistema de tratamento automático de dados			
	<b>1 364 526</b>	<b>374 508</b>	<b>1 739 035</b>
<b>Amortizações acumuladas</b>			
Sistema de tratamento automático de dados	(1 074 187)	( 477 771)	(1 551 958)
Outros imobilizações incorpóreas	-	-	-
	<b>(1 074 187)</b>	<b>( 477 771)</b>	<b>(1 551 958)</b>
	<b>290 339</b>	<b>( 103 262)</b>	<b>187 077</b>

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados indícios de imparidade em activos intangíveis do Banco.

### Nota 13 – Outros Activos

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2023	31.12.2022
<b>Devedores</b>		
Outros impostos a receber	1 093 663	723 502
Falhas de caixa	13 137	10 090
Adiantamentos a fornecedores	1 387 248	1 111 512
Pessoal	201 577	222 734
Outros adiantamentos	8 178 463	1 276 997
		-
<b>Participação remunerada EMIS</b>	<b>2 773</b>	<b>2 773</b>
<b>Despesas antecipadas</b>		
Rendas e alugueres	-	-
Material de expediente	-	-
Seguros	27 254	46 284
Publicidade	-	-
Serviços informáticos	143 911	( 0)
	<b>11 048 024</b>	<b>3 393 891</b>

A rubrica “Outros impostos a receber” diz respeito ao valor do IVA a recuperar das operações sujeitas a este imposto e ainda do valor do imposto industrial provisório de 2023.

A rubrica “Outros Adiantamentos” refere-se aos valores de fundo de caixa atribuídos às diversas unidades de estrutura do Banco para a realização despesas correntes.

### **Nota 14 – Recursos de Bancos Centrais e de Outras Instituições de Crédito**

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, o saldo da rubrica desta rubrica diz respeito essencialmente a valores de compensação interbancária, nomeadamente, operações realizadas em ATMs, operações realizadas em rede Multicaixa que são regularizadas nos primeiros dias do mês seguinte.

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2023	31.12.2022
<b>Recursos de Bancos Centrais e de outras instituições de crédito</b>		
Outros recursos no estrangeiro	0	0
Outros recursos no país	14 282 557	14 287 606
	<b>14 282 557</b>	<b>14 287 606</b>

O escalonamento nos recursos de outras instituições de crédito estrangeiras e nacionais por prazo de vencimento residual é inferior a três meses.

### **Nota 15 – Recursos de Clientes e Outros Empréstimos**

O saldo da rubrica recursos de clientes e outros empréstimos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 é decomposto, quanto à sua natureza, como se segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Depósitos à ordem	59 620 912	51 198 116
<b>Depósitos a prazo</b>		
Depósitos a prazo	59 661 338	28 182 465
Outros depósitos	-	-
	<b>119 282 250</b>	<b>79 380 581</b>

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, os depósitos de clientes apresentam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento das operações:

	(milhares de Kwanzas)	
	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
<b>Exigível à vista</b>	<b>59 622 697</b>	<b>51 198 116</b>
<b>Exigível a prazo</b>		
Até 3 meses	-	
De 3 meses a um ano	33 341 761	
De um a cinco anos	26 630 414	28 182 465
	<b>59 972 175</b>	<b>28 182 465</b>
	<b>119 594 871</b>	<b>79 380 581</b>

## Nota 16 – Provisões

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a rubrica Provisões apresenta a seguinte composição:



(milhares de Kwanzas)

	Provisões para garantias e outros compromissos	Outras provisões para riscos e encargos	Total
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>60 028</b>	-	<b>60 028</b>
Utilizações	( 471 006)	-	( 471 006)
Dotações	758 715	-	758 715
Outros movimentos	-	-	-
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2022</b>	<b>347 736</b>	-	<b>347 736</b>
Utilizações	(2 571 931)	-	(2 571 931)
Dotações	2 292 272	-	2 292 272
Outros movimentos	-	-	-
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2023</b>	<b>68 077</b>	-	<b>68 077</b>

O saldo desta rubrica, visa a cobertura de responsabilidades devidamente identificadas, decorrentes da actividade do Banco, sendo revistas em cada data de relato de forma a reflectir a melhor estimativa do montante necessário para liquidar as correspondentes responsabilidades e a aferir quanto à respectiva probabilidade de ocorrência.

### Nota 17 – Passivos por Impostos Diferidos

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A. A tributação dos seus rendimentos é efectuada, à taxa de 35%, nos termos do n.º 1 do artigo 64.º da Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas na data de balanço.

### Nota 18 – Passivos por Impostos Correntes

Os passivos por impostos correntes reconhecidos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 são detalhados como se segue:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2023	31.12.2022
<b>Outras obrigações de natureza fiscal:</b>		
Imposto industrial a entregar ao Estado	-	5 236 617
	-	<b>5 236 618</b>

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

	Activo		Passivo	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Títulos da dívida	-	-	( 248 461)	( 248 461)
Instrumentos financeiros	-	-	-	-
<b>Activo (passivo) por impostos diferidos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>( 248 461)</b>	<b>( 248 461)</b>

	31.12.2023		31.12.2022	
	%	Valor	%	Valor
<b>Resultado antes de imposto</b>		7 741 436		19 722 593
Imposto apurado com base na taxa de imposto <b>(A)</b>	35%	2 709 503	35%	6 902 907
<b>Ajustamentos ao lucro tributável</b>		-		-
Benefícios fiscais em rendimentos de títulos da dívida pública		(9 485 792)		(6 515 005)
Mais valias potenciais		(2 721 112)		-
Proveitos líquidos na compra e venda de títulos da dívida pública		-		-
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infrações (Proveitos)/Custos não dedutíveis		551 821		286 836
Imposto sobre Aplicação de Capitais		497 976		487 550
Outros a acrescentar		400 729		979 792
Total dos ajustamentos		<u>(10 756 377)</u>		<u>(4 760 827)</u>
Efeito no imposto resultante dos ajustamentos <b>(B)</b>		<u>(3 764 732)</u>		<u>(1 666 289)</u>
<b>Coleta (C) = (A) + (B)</b>		<u>(1 055 229)</u>		<u>5 236 618</u>
Outros acréscimos sobre a colecta <b>(D)</b>		-		-
<b>Imposto corrente (C) + (D)</b>	<b>-14%</b>	<b>(1 055 229)</b>	<b>27%</b>	<b>5 236 618</b>

Os rendimentos de títulos da dívida pública resultantes de obrigações do tesouro e de bilhetes do tesouro emitidos pelo Estado Angolano, após 31 de Dezembro de 2018, estão sujeitos a tributação em Imposto de Aplicação da Capitais, conforme definido na alínea k) do n.º 1 do artigo 9º do Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/14 de 20 de Outubro.

De acordo com o disposto no artigo 47.º do Código do Imposto Industrial (Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro) na determinação da matéria tributável deduzir-se-ão os rendimentos sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais.

Desta forma, na determinação do lucro tributável para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, tais rendimentos foram deduzidos ao lucro tributável. O gasto apurado com a liquidação de Imposto de Aplicação de Capitais não é fiscalmente aceite para o apuramento da matéria colectável, conforme disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 18º do Código de Imposto Industrial.

A Autoridade Geral Tributária tem a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções ao lucro tributável. O conselho de administração do Banco entende que eventuais liquidações adicionais que possam resultar destas revisões não serão significativas para as demonstrações financeiras anexas.

## Nota 19 – Outros Passivos e Passivos de Locação

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, esta rubrica era detalhada conforme se segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2023	31.12.2022
<b>Outras obrigações de natureza cível:</b>		
Credores pela prestação de serviços	167 552	61 715
Credores por aquisição de bens e direitos	52 901	2 587 438
Passivo de locações	674 599	885 230
Imposto sobre o rendimento de trabalho dependente	56 304	113 936
Outros Impostos	380 466	439 971
<b>Outras obrigações de natureza administrativa</b>		
Comissão de Mercado de capital	8 600	8 117
Salários e outras remunerações a pagar	764 526	1 320 605
<b>Outros custos administrativos</b>	5 612 379	141 915
	<b>7 717 324</b>	<b>5 558 928</b>

A rubrica “Passivo de locações” corresponde ao valor actual dos pagamentos de locação a serem liquidados ao longo do prazo de locação, reconhecidos no âmbito da IFRS 16. Os passivos por locação estão relacionados aos contratos de locação de agências e escritórios utilizados pelo Banco no exercício da sua actividade.

A rubrica “Outras obrigações de natureza cível “Serviços técnicos especializados” inclui, essencialmente, os montantes referentes aos acréscimos de gastos relacionados com serviços de consultoria informática.

A rubrica “Salários e outras remunerações a pagar” diz respeito ao valor das férias e subsídios de férias dos funcionários e dos órgãos sociais a pagar no ano seguinte.

## Nota 20 – Capital Próprio

### 20.1. Capital Social

O Banco foi constituído por escritura pública de 10 de Junho de 2015, com um capital social de Kz 3 000 000 milhares, representado por 3 000 000 de acções nominativas de Kz 1.000 cada, tendo sido integralmente subscrito e realizado em dinheiro pelos accionistas.

Em 2016, foi efectuado um reforço de capital no montante de Kz 589 753 milhares, o qual não se encontrava subscrito.

Em 2018, em Assembleia Geral de accionistas, foi deliberado um aumento de capital, no montante de Kz 5 410 247 milhares por incorporação de novas acções.

O aumento de capital foi efectuado em espécie, através de instrumentos financeiros, os quais se encontram valorizados ao custo amortizado (Nota 8).

Em 2022, em Assembleia Geral de accionistas, foi deliberado um aumento de capital de no montante de AKZ 4 000 000 milhares por incorporação de resultados transitados.

Em 06 de Abril de 2023, a Assembleia Geral de Accionistas, deliberou o aumento de capital social por incorporação de resultados transitados no valor de 7 000 000 milhares de Kwanzas. Este aumento de capital foi registado após escritura pública de dia 10 de Agosto de 2023 e registado na Conservatória do Registo Comercial em 28 de Agosto de 2023.

Assim, em 31 de Dezembro de 2023 o capital social do banco é de AKZ 20 000 000 milhares.

	31.12.2023	31.12.2022
Capital Social	20 000 000	13 000 000
Aumento Capital Social	-	-
Reserva legal	3 639 087	2 190 490
Reservas de reavaliação	80 465	( 39 077)
Resultados Transitados	2 839 142	2 839 141
Dividendos antecipados	( 976 017)	( 917 473)
Resultado Líquido do Exercício/ Período	7 741 436	14 485 975
	<b>33 324 112</b>	<b>31 559 056</b>

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 a estrutura accionista do Banco é a seguinte:

	Nº Acções	Valor nominal	(milhares de Kwanzas)		% Capital Social	
			31/12/2023	31/12/2022	31.12.2023	31/12/2022
Elias Piedoso Chimuco	15 192	1 000	15 192 000	9 874 800	75,96%	75,96%
Margarida Severino Andrade	2 070	1 000	2 070 000	1 345 500	10,35%	10,35%
Deolindo Cativa Bule Chimuco	2 070	1 000	2 070 000	1 345 500	10,35%	10,35%
João Ernesto dos Santos	334	1 000	334 000	217 100	1,67%	1,67%
Manuel Francisco Tuta	334	1 000	334 000	217 100	1,67%	1,67%
	<b>20 000</b>		<b>20 000 000</b>	<b>13 000 000</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

Dando cumprimento ao disposto no n.º 3, do artigo 446.º da Lei n.º 1/2004, de 13 de Fevereiro, que enquadra a Lei das Sociedades Comerciais, no qual é exigido que os membros dos órgãos de administração e de fiscalização das sociedades anónimas divulguem o número de acções e obrigações de que são titulares, declara-se que nenhum dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, detém participações directas nem indirectas, no capital social do Banco.

## Reservas de Reavaliação

As reservas de reavaliação representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

## Outras Reservas e Resultados Transitados

Por deliberação unânime da Assembleia Geral de 06 de Abril de 2023, foi decidido distribuir aos accionistas dividendos no valor correspondente a 36% do resultado líquido obtido no ano anterior, tendo sido aplicado o valor remanescente nas rubricas de Capital Social (48%) e Prémios de Desempenho (6%).

## Reserva Legal

Nos termos da legislação vigente, o Banco deve constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital. Para tal, deverá ser anualmente transferido para esta reserva um mínimo de 10% do resultado líquido positivo do exercício anterior. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados, quando esgotadas as demais reservas constituídas.

## Resultado por Acção

	(milhares de Kwanzas)	
	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Resultado Líquido do Exercício/ Período (mAKZ)	7 741 436	14 485 975
Número médio de acções em circulação no exercício	20 000	13 000
Resultado por acção (AKZ)	387 072	1 114 306

## Nota 21 – Extrapatrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 nesta rubrica é apresentada como se segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2023	31.12.2022
<b>Responsabilidades perante terceiros</b>		
Compromissos perante terceiros revogáveis	(1 344 757)	5 895
Créditos documentários à importação	3 734 451	2 941 925
Compromissos perante terceiros irrevogáveis	12 034 103	18 035 000
<b>Responsabilidades por prestação de serviço</b>		
Deposito e guarda de valor	49 421	7 864 555
	<b><u>14 473 217</u></b>	<b><u>28 847 375</u></b>

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, a rubrica “Guarda de valores” refere-se, essencialmente, a títulos de clientes sob custódia do Banco.

## Nota 22 - Margem Financeira

A margem financeira dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 é detalhada como se segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2023	31.12.2022
<b>Juros e rendimentos similares</b>		
Juros de crédito a clientes	3 662 780	3 259 665
Juros activos financeiros ao justo valor através de resultados	8 693 064	4 363 825
Juros investimentos ao custo amortizado	579 369	1 324 097
Juros de operações no mercado monetário interbancário	213 359	798 121
	<b><u>13 148 572</u></b>	<b><u>9 745 708</u></b>
<b>Juros e encargos similares</b>		
Juros de recursos de clientes	(4 920 472)	(2 478 693)
Juros de locação	( 138 694)	( 129 108)
Juros de recursos no mercado monetário interbancário	( 419 549)	( 79 530)
	<b><u>(5 478 715)</u></b>	<b><u>(2 687 332)</u></b>
<b>Margem Financeira</b>	<b><u>7 669 857</u></b>	<b><u>7 058 376</u></b>

## Nota 23 – Resultados de Serviços e Comissões

Os resultados de serviços e comissões dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 são detalhados como se segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2023	31.12.2022
<b>Rendimentos de serviços e comissões</b>	<b>4 795 213</b>	<b>4 955 731</b>
Operações cambiais	862 558	2 452 732
Abertura de cartas de crédito e remessas documentárias à importação	781 259	233 045
Transferências internacionais	161 705	29 543
Utilização de ATMs	2 317 616	1 992 855
Manutenção de conta DO	63 029	9 849
Outras comissões	609 045	237 707
<b>Encargos com serviços e comissões</b>	<b>( 725 113)</b>	<b>(1 085 769)</b>
Operações em moeda estrangeira	( 15 625)	( 6 132)
Despesas com correspondentes	( 299 035)	( 795 899)
Compensação electrónica	( 410 454)	( 283 738)
Outras comissões	-	-
	<b>4 070 099</b>	<b>3 869 962</b>

## Nota 24 – Resultados de Activos e Passivos Financeiros ao Justo Valor Através dos Resultados

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2022			31.12.2023		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
<b>Activos financeiros ao justo valor através de resultados</b>						
Títulos	4 347 083	-	4 347 083	2 146 931	-	2 146 931
	<b>4 347 083</b>	<b>-</b>	<b>4 347 083</b>	<b>2 146 931</b>	<b>-</b>	<b>2 146 931</b>
	<b>4 347 083</b>	<b>-</b>	<b>4 347 083</b>	<b>2 146 931</b>	<b>-</b>	<b>2 146 931</b>

## Nota 25- Resultados Cambiais

Os resultados cambiais referentes aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 são detalhados como se segue:

	31.12.2023			31.12.2022		
	Ganhos	Perdas	Total	Ganhos	Perdas	Total
Resultados cambiais	1 247 404 883	(1 236 940 156)	<b>10 464 727</b>	1 476 236 136	(1 454 540 420)	<b>21 695 717</b>
	<b>1247 404 883</b>	<b>(1 236 940 156)</b>	<b>10 464 727</b>	<b>1 476 236 136</b>	<b>(1 454 540 420)</b>	<b>21 695 717</b>



Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da compra e venda de moeda estrangeira bem como o da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3.

## Nota 26 – Resultados de alienação de outros activos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2023	31.12.2022
<b>Resultados de alienação de outros activos</b>		
Ganhos em outros activos tangíveis	7 320	-
Ganhos em activos não correntes detidos para venda	-	-
	<u>7 320</u>	<u>-</u>
Perdas em outros activos tangíveis	-	-
Perdas em activos não correntes detidos para venda	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>7 320</u>	<u>-</u>

Em 31 de Dezembro de 2023, os ganhos em outros activos tangíveis correspondem a alienação de terminais de pagamento automático à clientes.

## Nota 27 – Outros Resultados de Exploração

Os outros resultados de exploração dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 são detalhados como se segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2023	31.12.2022
<b>Outros rendimentos / (gastos) de exploração</b>		
Prestação de serviços diversos	-	-
Proveitos não recorrentes em operações de crédito	-	-
Prejuízos não recorrentes em operações de crédito	-	-
Impostos directos e indirectos	( 356 250)	( 542 825)
Quotizações e donativos	( 212 541)	( 154 332)
Outros	( 684 862)	( 46 001)
	<u>(1 253 653)</u>	<u>( 743 158)</u>

**Nota 28 – Custos com o Pessoal**

Os gastos com o pessoal dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 são detalhados como se segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	31.12.2023	31.12.2022
<b>Membros dos órgãos de gestão e fiscalização</b>	<b>2 910 062</b>	<b>1 469 960</b>
Vencimento base	2 120 616	1 115 171
Remunerações adicionais	393 559	236 289
Encargos sociais obrigatórios	395 886	118 500
Outras remunerações		
<b>Empregados</b>	<b>5 428 912</b>	<b>5 699 211</b>
Vencimento base	2 928 480	2 708 700
Remunerações adicionais	1 473 902	1 177 614
Encargos sociais obrigatórios	416 995	359 580
Encargos sociais facultativos	609 536	1 453 317
	<b>8 338 974</b>	<b>7 169 170</b>

O número de colaboradores do Banco, considerando os efectivos e os contratados a termo, apresenta a seguinte desagregação por categoria profissional:

	31.12.2023	31.12.2022
Membros dos órgãos de gestão e fiscalização	13	13
Funções directivas	30	29
Funções de chefia	12	10
Funções específicas	8	6
Funções administrativas e outras	201	214
	<b>264</b>	<b>272</b>

**Nota 29 – Fornecimentos e Serviços de Terceiros**

Os fornecimentos e serviços de terceiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 são detalhados como se segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	31-12-2023	31/12/2022
Comunicações e expedição	643 171	485 181
Judiciais, contencioso e notariado	74 859	30 055
Transporte de valores	373 539	593 879
Deslocações e representação	117 272	266 139
Material de consumo corrente	329 649	631 942
Rendas e alugueres	44 622	21 433
Publicidade e publicações	120 634	253 594
Segurança e vigilância	154 075	152 031
Serviços de informática	1 068 763	421 353
Trabalho independente	587 535	535 927
Consultoria e auditoria	181 576	23 143
Mão-de-obra eventual	1 442	10 023
Conservação e reparação	5 994	69 075
Água, energia e combustíveis	20 674	18 590
Outros fornecimentos de terceiros	2 986 792	1 692 320
	<b>6 710 597</b>	<b>5 204 683</b>

**Nota 30 – Partes Relacionadas**

As transacções do Banco com partes relacionadas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, assim como os correspondentes saldos naquelas datas, são detalhados de seguida:

	31.12.2023			31.12.2022		
	Activos	Passivos	Custos	Activos	Passivos	Custos
(milhares de Kwanzas)						
Accionistas						
Elias Piedoso Chimuco	608 681	937	-	-	603	-
Margarida Andrade Severino	1 903	3 965	-	-	55 974	-
Deolindo Cativa Bule Chimuco	3 506	2 131	-	-	5 483	-
João Ernesto dos Santos	3	92 143	-	-	-	-
Manuel Francisco Tuta	-	22 472	-	-	34 697	-
Orgaos Sociais						
Abraão Pio dos Santos Gourgel	19 047	124 633	-	-	-	-
Maria Fátima Dias Henriques Silveira	1 438	46 972	-	-	-	-
Mário Edilson Gourgel Gavião	6 052	3 351	-	-	-	-
Agostinho Pires Filipe	19 690	33 592	-	-	7 263	-
João da Costa ferreira	1 478	14 345	-	-	-	-
Calisto Bernardo dos Santos Ebo	20 595	16 574	-	-	306	-
Filipe Berardi	77 856	7 957	-	-	-	-
Paulo Vladimir Republicano de Lima Viegas	1 573	1 598	-	-	-	-
Américo Prata Dila Cuvalela	7 837	1 004	-	-	-	-
<b>Conselho Fiscal</b>						
Oswaldo da Silva Domingos	-	77	-	-	-	-
Victor Fabrisio	-	-	-	-	-	-
Subsidiárias e Associadas de Accionistas						
Grupo Chicoil - Comercio e Agro Pecuaria SARL	568 425	48	-	706 616	65 201	-
Chick Chick - Agencia de Viagens		284	-	-	284	-
Chick Chick - Collection Confecções e Modas		0	-	-	0	-
Chick Chick - Gestão de Hoteis, Lda	936	35 663	28 033	-	5 652	9 659
Chick Chick - Segurança	16 109	1 666	218 381	32	30	169 133
Chick Chick - Aeronautica, Lda	71 480	-	-	-	3	-
Chico Car		254	200	-	6 953	1 700
Chicel House - Gestão Imobiliária, Lda		4 282	-	-	2 091	-
Constroe	213 514	927 026	93	-	-	-
Dondy, S.A		276	-	-	276	-
Grupo Serra moco Limitada		-	-	-	-	-
Super Mercado Cesta Basica Luanda Lda		313	-	-	692	-
Fundação Piedoso		10 973	-	-	68 629	115 991
Augulize Limitada		1	-	-	9	-
ServiHigiene	-	152	125 680	-	-	-
Serviforma		1 819	-	-	36 311	-
	<b>1 640 123</b>	<b>1 354 509</b>	<b>372 386</b>	<b>706 648</b>	<b>291 876</b>	<b>296 483</b>

## Nota 31– Justo Valor de Activos e Passivos Financeiros

O justo valor dos activos e dos passivos financeiros do Banco em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 é apresentado de seguida:

(milhares de Kwanzas)

	Custo Amortizado	Justo Valor			Quantia escriturada	Justo Valor
		Cotações de mercado (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3)		
<b>31 de dezembro de 2022</b>						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	31 647 928	-	31 647 928	-	31 647 928	31 647 928
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7 786 161	-	7 786 161	-	7 786 161	7 786 161
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	8 004 510	-	8 004 510	-	8 004 510	8 004 510
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	152 571	152 571	-
Títulos de dívida	8 817 093	-	-	-	8 817 093	-
Crédito a clientes	18 916 793	-	18 916 793	-	18 916 793	18 916 793
<b>Activos financeiros</b>	<b>75 172 485</b>	<b>-</b>	<b>66 355 392</b>	<b>152 571</b>	<b>75 325 056</b>	<b>66 355 392</b>
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	14 287 606	-	14 287 606	-	14 287 606	59 875
Recursos de clientes e outros empréstimos	79 380 581	-	79 380 581	-	79 380 581	27 663 628
<b>Passivos financeiros</b>	<b>93 668 187</b>	<b>-</b>	<b>93 668 187</b>	<b>-</b>	<b>93 668 187</b>	<b>27 723 503</b>

(milhares de Kwanzas)

	Custo Amortizado	Justo Valor			Quantia escriturada	Justo Valor
		Cotações de mercado (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3)		
<b>31 de dezembro de 2022</b>						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	31 647 928	-	31 647 928	-	31 647 928	31 647 928
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7 786 161	-	7 786 161	-	7 786 161	7 786 161
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	8 004 510	-	8 004 510	-	8 004 510	8 004 510
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	46 520 885	-	46 520 885	-
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	152 571	152 571	-
Títulos de dívida	8 930 683	-	9 417 931	-	8 930 683	9 417 931
Crédito a clientes	18 916 793	-	18 916 793	-	18 916 793	18 916 793
<b>Activos financeiros</b>	<b>75 286 075</b>	<b>-</b>	<b>122 294 208</b>	<b>152 571</b>	<b>121 959 530</b>	<b>75 773 323</b>
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	14 287 606	-	14 287 606	-	14 287 606	14 287 606
Recursos de clientes e outros empréstimos	79 380 581	-	79 380 581	-	79 380 581	79 380 581
<b>Passivos financeiros</b>	<b>93 668 187</b>	<b>-</b>	<b>93 668 187</b>	<b>-</b>	<b>93 668 187</b>	<b>93 668 187</b>

### Banco YETU, S.A.

Torre Maculusso, Piso 2, Rua Frederico Welwitsch, Maculusso, Luanda, Angola | Tel.: (+244) 227 703 900  
[www.bancoYETU.ao](http://www.bancoYETU.ao) | N.º Registo 0066 | Swift Code YETUAOLU | Número de contribuinte: 541728550

O Banco utiliza a seguinte hierarquia de justo valor, com três níveis na valorização de instrumentos financeiros (activos ou passivos), a qual reflecte o nível de julgamento, a observabilidade dos dados utilizados e a importância dos parâmetros aplicados na determinação da avaliação do justo valor do instrumento, de acordo com o disposto na IFRS 13 (Nota 2.4).

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado, são analisados como segue:

*Caixa e disponibilidades em bancos centrais, disponibilidades em outras instituições de crédito e aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito*

Estes activos são de muito curto prazo, pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu respectivo justo valor.

### ***Activos Financeiros pelo Justo Valor Através do Outro Rendimento Integral e Investimentos ao Custo Amortizado (Títulos)***

O cálculo do justo valor assentou na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que utilizam as curvas de taxa de juro de mercado.

As taxas de desconto para os prazos específicos dos fluxos de caixa são inferidas (interpoladas) a partir das yields observadas para as obrigações do tesouro do estado Angolano. As taxas de juro para maturidades muito curtas são obtidas a partir do mercado monetário interbancário.

### ***Outros Activos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados***

O cálculo do justo valor assentou na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que utilizam projeções de fluxos de caixa futuros e taxas de desconto ajustadas ao risco.

### ***Crédito a Clientes***

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. As taxas de desconto utilizadas são as taxas actuais praticadas para empréstimos com características similares.

### ***Recursos de Bancos Centrais e Outras Instituições de Crédito***

O justo valor destes passivos é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. Estes passivos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu respectivo justo valor.

## **Recursos de clientes e outros empréstimos**

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas praticadas para os depósitos com características similares à data do balanço. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são renovadas por períodos inferiores a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

## **Nota 32 - Locações**

O Banco é locatário em diversos contratos de locação de imóveis correspondentes à sede e aos balcões utilizados na sua actividade.

Os contratos de locação têm prazos originais que variam entre 1 ano e 5 anos, contendo todos eles uma cláusula de renovação automática por períodos iguais ou de 1 ano. O Banco determinou o prazo das locações considerando que os contratos seriam renovados, no mínimo, por um período adicional de 5 anos.

Os contratos são denominados em Kwanzas, contendo alguns uma cláusula de revisão dos pagamentos da locação com base na taxa de câmbio do Dólar Norte-americano (pagamentos variáveis). O Banco analisou esta cláusula de revisão, tendo concluído que não se trata de um derivado embutido separável. Alguns contratos contêm uma cláusula de revisão dos respectivos pagamentos com base no IPC. Sempre que tais revisões ocorrem, o Banco procede à correspondente remensuração do passivo, sendo este ajustado por contrapartida do direito de uso. Não existem outros pagamentos variáveis associados a contratos de locação. Os contratos não incluem outras cláusulas relacionadas com *covenants* ou outras restrições.



Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 não existiam valores residuais garantidos, nem o Banco se encontrava comprometido com locações que ainda não haviam tido o seu início. De igual forma, naquelas datas, o Banco não era parte integrante de contratos de sublocação nem de operações de *sale & leaseback*.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 não existiram locações de curta duração ou de activos de baixo valor.

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 os activos por direito de uso, são detalhados da seguinte forma:

	31-12-2023			31-12-2022		
	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Imóveis de serviço próprio	1 505 562	(997 958)	507 603	1 525 523	(766 008)	759 515

O movimento das quantias escrituradas dos activos sob direito de uso e dos passivos da locação nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, é apresentado de seguida.

(milhares de Kwanzas)

2023							
	Saldo inicial	Reconhec. inicial	Juro efectivo	Pagamentos	Depreciações do período	Remens. e outros ajustamentos	Saldo final
Direito de usar:							
Quantia bruta	1 525 523	-	-	-	-	-	1 525 523
Depreciações acumuladas	(766 008)	-	-	-	(239 122)	-	(1 005 130)
	759 515	-	-	-	(239 122)	-	520 393
Passivo das locações	885 230	-	138 694	(349 326)	-	-	674 599

(milhares de Kwanzas)

2022							
	Saldo inicial	Reconhec. inicial	Juro efectivo	Pagamentos	Depreciações do período	Remens. e outros ajustamentos	Saldo final
Direito de usar:							
Quantia bruta	1 347 852	160 202				17 469	1 525 523
Depreciações acumuladas	(538 126)				(209 020)	(18 862)	(766 008)
	809 726	160 202	-	-	(209 020)	(1 393)	759 515
Passivo das locações	896 819	160 202	129 108	(349 231)		48 332	885 230

Os fluxos de caixa relacionados com pagamentos de locações nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, são detalhados de seguida:

	2023	2022	Rubrica da demonstração dos fluxos de caixa
Juros de locação	138 694	129 108	Pagamentos de juros, comissões e outros gastos equiparados
Pagamentos de locação (capital)	349 326	349 231	Outras operações de financiamento
	<b>488 020</b>	<b>478 339</b>	

A análise da maturidade dos pagamentos das locações, considerando as opções de extensão do prazo cujo exercício foi considerado razoavelmente certo, é a seguinte:

	2023	2022
< 1 ano	280 116	371 966
1 a 5 anos	372 749	577 677
> 5 anos	234 212	141 406
Pagamentos não descontados	887 077	1 091 048
Juros a reconhecer na margem financeira	(308 089)	(409 465)
Quantia escriturada do passivo da locação	578 988	681 583

## Nota 33 – Gestão de Riscos

O Banco está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua actividade. A gestão dos riscos é efectuada de forma centralizada em relação aos riscos específicos de cada negócio.

A política de gestão de risco do Banco visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a actividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos - crédito, mercado, liquidez e operacional - a que se encontra sujeita a actividade do Banco. São, de seguida explicados os principais riscos.

### Risco de Crédito

O risco de crédito é o principal risco da banca comercial. O Comité de Supervisão Bancária de Basileia – CSBB, define o risco de crédito como a possibilidade que o mutuário do banco ou a contraparte não cumprir com as suas obrigações em conformidade com os termos acordados (CSBB, 2000:1). De acordo com a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, o risco de crédito é o risco de um participante de um instrumento financeiro não cumprir com as suas obrigações contratuais, provocando, deste modo, uma perda financeira ao outro participante. O risco de crédito incorpora as seguintes componentes:

- Risco de incumprimento (*default*): é o risco de o mutuário não cumprir com o serviço da dívida de um empréstimo em resultado de um acontecimento de *default* num determinado momento no tempo. Exemplos de acontecimento de *default* são o atraso no pagamento, a reestruturação de uma operação e a falência ou liquidação do devedor, o que pode provocar uma perda total ou parcial do valor emprestado à contraparte;
- Risco de concentração: é a possibilidade de perdas em função da concentração de empréstimos elevados num pequeno número de mutuários e/ou grupos de risco, ou em poucos sectores de actividade;
- Risco de degradação da garantia (colateral): é a probabilidade de ocorrer um acontecimento de *default* originado pela queda da qualidade da garantia oferecida, ocasionada por uma desvalorização do colateral no mercado, ou pelo desaparecimento do património pelo mutuário.

O risco de crédito encontra-se, essencialmente, presente no crédito a clientes, em títulos de dívida e em outros saldos a receber.

## Risco de Mercado

No desenvolvimento da sua actividade, o Banco está sujeito aos riscos de mercado, quer em relação a posições constantes da demonstração da posição financeira, quer em relação a posições extrapatrimoniais. O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrerem perdas derivadas de alterações adversas nos preços de mercado, podendo contemplar os seguintes sub-tipos de risco:

- Risco cambial: o risco de que o justo valor ou o fluxo de caixa futuro de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações das taxas de câmbio;
- Risco de taxa de juro: o risco de que o justo valor ou o fluxo de caixa futuro de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações das taxas de juro no mercado;
- Outros riscos de preços: o risco de que o justo valor ou o fluxo de caixa futuro de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nos preços de mercado (que não associados a riscos de taxa de juro ou riscos cambiais), quer essas alterações sejam causadas por factores específicos do instrumento individual ou do seu emitente, quer por factores que afectem todos os instrumentos similares negociados do mercado (podemos associar ao risco das *commodities*, das cotações de títulos e do sector imobiliário).

## Risco de Liquidez

Um dos aspectos críticos no negócio bancário é precisamente o processo de transformar os fundos de curto prazo e colocá-los a médio e a longo prazo. Uma adequada gestão de liquidez representa a capacidade de as instituições continuarem a financiar a sua actividade creditícia e fazer frente ao vencimento das suas responsabilidades.

O risco de liquidez é o risco de o Banco não ter recursos suficientes para cumprir com as suas obrigações nos prazos devidos com um custo razoável. Este risco resulta do desajustamento entre os padrões de maturidade dos activos e dos

passivos do Banco. Isto é, o risco de liquidez resulta da descompensação da dimensão e maturidade entre activos e passivos, sendo inerente à actividade bancária e dependendo de diversos factores internos e de mercado.

O conceito de liquidez pode ser usado em diferentes contextos. Pode, por um lado, ser usado para descrever instrumentos financeiros e os seus mercados. Um mercado líquido é composto por activos líquidos, onde transacções normais podem ser facilmente executadas. Pode, por outro lado, ser usado no sentido da solvência do Banco.

## **Risco Operacional**

O risco operacional consubstancia-se em perdas potenciais resultantes de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda em perdas potenciais resultantes de eventos externos.

## **Organização Interna**

O Banco YETU encara a gestão dos riscos como elemento central da visão e estratégia da Instituição. Assim, o modelo de gestão do risco é independente das áreas geradoras do risco e apresenta mecanismos de decisão e controlo directamente dependentes do Conselho de Administração.

A gestão dos riscos é da competência do Conselho de Administração e dos seus comités. O Conselho de Administração é o órgão responsável pela estratégia do risco na instituição apoiando-se em Comités que têm como principais funções o aconselhamento do Órgão de Administração no que respeita à estratégia de Gestão do Risco e à supervisão da actuação da função de gestão do risco conforme prevista pelo BNA.

O Conselho de Administração delega na Comissão Executiva a gestão corrente dos riscos.

A função de gestão do risco é exercida de forma autónoma e independente pela Direcção de Risco destinada a identificar, avaliar, monitorizar, controlar e prestar informações de todos os riscos relevantes da actividade desenvolvida pela Instituição.

Para o Banco YETU, a gestão do risco é também uma forma de otimizar o uso do capital e a selecção das melhores oportunidades de negócio, ponderando a relação entre o risco e o retorno para melhor responder às necessidades dos clientes e maximizar a criação de valor para os nossos accionistas.

Assim, e seguindo as melhores práticas internacionais, o modelo de gestão do risco obedece ao princípio das “Três Linhas de Defesa”, tendo subjacente a atribuição de responsabilidades aos diversos intervenientes na gestão do risco, e define de forma clara a delegação de poderes e os canais de comunicação que estão formalizados nas políticas do Banco.

A responsabilidade pela gestão do risco dentro de cada linha de actuação encontra-se no nível funcional e dos comités do Conselho de Administração. Estas linhas de defesa garantem a segregação de funções e independência do modelo. As três linhas de actuação são descritas de seguida:

## 1. Unidades de Negócio e de Suporte



São o principal responsável pela gestão do risco do Banco. A apreciação, avaliação e mensuração de riscos é um processo contínuo que está integrado nas actividades quotidianas do negócio. Este processo inclui a implementação de estrutura de gestão do risco, identificação de problemas e tomada de medidas correctivas sempre que necessário.

## 2. Funções de Gestão do Risco

As funções de gestão do risco do Banco são primariamente responsáveis pela definição da estrutura de gestão do risco e políticas, proporcionando a supervisão e informação independente para a gestão executiva através do Comité de Gestão de Risco de Crédito e do Comité de Gestão de Activos e Passivos.

As funções de gestão do risco das unidades de negócios visam implementar o modelo de gestão do risco, aprovar os limites de aceitação de risco dentro de mandatos específicos e fornecer uma visão geral da eficácia da Gestão do Risco pela primeira linha de defesa.

## 3. Auditoria Interna

A auditoria interna fornece uma avaliação independente da adequação e eficácia do sistema de controlo interno do Banco, do quadro global de gestão do risco, através da aprovação de um plano de auditoria anual e consequente emissão de relatórios para o Conselho de Administração e seus comités.

## Avaliação de Riscos

### Risco de Crédito

Os modelos de risco de crédito desempenham um papel essencial no processo de decisão de crédito.

As decisões de crédito dependem das classificações de risco e do cumprimento de diversas regras sobre a capacidade financeira e o comportamento dos proponentes.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do Banco ao risco de crédito:

	(milhares de Kwanzas)		
	31.12.2023		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
<b>Patrimoniais</b>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais (Nota 4)	27 731 511	-	27 731 511
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 5)	14 445 225	-	14 445 225
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	-	-	-
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	67 793 499	-	67 793 499
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	158 245	-	158 245
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	5 848 829	24	5 848 853
Crédito a clientes (Nota 10)	32 506 766	( 772 176)	31 734 590
	<b>148 484 076</b>	<b>( 772 152)</b>	<b>147 711 924</b>

(milhares de Kwanzas)

31.12.2022			
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
<b>Patrimoniais</b>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais (Nota 4)	31 647 928	-	31 647 928
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 5)	7 786 161	-	7 786 161
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	8 004 510	-	8 004 510
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	46 520 885	-	46 520 885
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	152 571	-	152 571
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	8 930 683	( 113 590)	8 817 093
Crédito a clientes (Nota 10)	19 148 432	( 231 639)	18 916 793
	<b>122 191 169</b>	<b>( 345 229)</b>	<b>121 845 941</b>
<b>Extrapatrimoniais</b>			
Compromissos perante terceiros revogáveis (Nota 21)	20 982 819	( 29 249)	20 953 570
	<b>20 982 819</b>	<b>( 29 249)</b>	<b>20 953 570</b>
	<b>143 173 989</b>	<b>( 374 478)</b>	<b>142 799 511</b>

A concentração geográfica do risco de crédito em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 é detalhada como se segue:

(milhares de Kwanzas)

	2023				
	Área geográfica				
	Angola	Outros países de África	Europa	Outros	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais (Nota 4)	27 731 511	-	-	-	27 731 511
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 5)	3 730 186	-	10 715 040	-	14 445 225
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	-	-	-	-	-
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	67 793 499	-	-	-	67 793 499
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	5 515 530	-	-	-	5 515 530
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-
Crédito a clientes (Nota 10)	31 734 590	-	-	-	31 734 590
<b>Total</b>	<b>136 505 316</b>	<b>-</b>	<b>10 715 040</b>	<b>-</b>	<b>147 220 356</b>

**Banco YETU, S.A.**

Torre Maculusso, Piso 2, Rua Frederico Welwitsch, Maculusso, Luanda, Angola | Tel.: (+244) 227 703 900  
[www.bancoYETU.ao](http://www.bancoYETU.ao) | N.º Registo 0066 | Swift Code YETUAOLU | Número de contribuinte: 541728550

(milhares de Kwanzas)

	2022		
	Área geográfica		
	Angola	Europa	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais (Nota 4)	30 450 373	1 197 555	31 647 928
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 5)	72 868	4 097 033	4 169 901
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	10 573 861	-	10 573 861
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	46 520 885	-	46 520 885
Investimentos ao custo amortizado (Nota 8)	8 817 093	-	8 817 093
Derivados de cobertura	-	-	-
Crédito a clientes (Nota 9)	18 916 793	-	18 916 793
<b>Total</b>	<b>115 351 873</b>	<b>5 294 588</b>	<b>120 646 461</b>

## Risco de Taxa de Juro

O Banco reporta o risco de taxa de juro na carteira bancária ao Banco Nacional de Angola de acordo com o Aviso nº 08/2022 publicado em 18 de Junho e o Instrutivo nº22/2022 de 27 de Outubro. O referido aviso define uma periodicidade trimestral para os bancos reportarem o risco de taxa de juro na carteira bancária ao Banco Nacional de Angola.

O Banco Nacional de Angola estabelece, através do Instrutivo nº22/2022, um choque instantâneo de 2% nas taxas de juro que resulta num movimento paralelo da curva de rendimentos na mesma magnitude estimando-se o impacto sobre o valor actual dos fluxos de caixa e sobre a margem de juros.

Com base nas características financeiras de cada contrato é feita a projecção dos fluxos de caixa esperados de acordo com as datas de refixação de taxa de juro ou maturidade contratual, observando eventuais pressupostos comportamentais considerados para a refixação de taxa de juro para os activos e passivos que, apesar de estarem sujeitos ao risco de taxa de juro, não tenham maturidade contratual definida e para os contratos de crédito de taxa fixa que disponham de uma cláusula que permite o Banco alterar a taxa de juro sempre que as condições do mercado justificarem.

De acordo com a nova regulamentação, os bancos deverão avaliar o nível de exposição ao risco de taxa de juro numa base contínua e, no prazo de um dia útil, informar ao Banco Nacional de Angola sempre que de acordo com o choque realizado, exista uma redução potencial do seu valor económico igual ou superior a 20% dos seus fundos próprios regulamentares.

Uma análise separada é necessária sempre que os elementos expostos ao risco de taxa de juro denominados numa moeda estrangeira representem mais do que 5% da carteira bancária, de acordo com o Aviso. Nestes casos, os bancos devem apresentar uma análise e prestação de informação específica para esta moeda. O Banco reporta o risco de taxa de juro na carteira bancária ao Banco Nacional de Angola de acordo com o Aviso Nº 08/2016 publicado em 16 de Maio de 2016. O referido aviso define uma periodicidade semestral para os bancos reportarem o risco de taxa de juro na carteira bancária ao Banco Nacional de Angola.

A exposição a activos e passivos sujeitos a taxa de juro em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 apresenta-se como se segue:

(milhares de Kwanzas)

	2023			
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
	Taxa fixa	Taxa variável		
<b>Activos</b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais (Nota 4)	-	-	27 731 511	27 731 511
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 5)	-	-	14 445 225	14 445 225
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	-	-	-	-
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	67 793 499	-	-	67 793 499
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	5 515 530	-	-	5 515 530
Crédito a clientes (Nota 10)	12 541 082	19 965 684	-	32 506 766
	<b>85 850 111</b>	<b>19 965 684</b>	<b>42 176 737</b>	<b>147 992 531</b>
<b>Passivos</b>				
Recursos de clientes e outros empréstimos (Nota 15)	-	59 661 338	59 620 912	119 282 250
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito (Nota 16)	14 282 557	-	-	14 282 557
	<b>14 282 557</b>	<b>59 661 338</b>	<b>59 620 912</b>	<b>133 564 807</b>
<b>Total</b>	<b>71 567 554</b>	<b>(39 695 655)</b>	<b>(17 444 175)</b>	<b>14 427 725</b>

	2022			
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
	Taxa fixa	Taxa variável		
<b>Activos</b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais (Nota 4)	-	-	31 647 928	31 647 928
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 5)	-	-	7 786 161	7 786 161
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	8 004 510	-	-	8 004 510
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	46 520 885	-	-	46 520 885
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	8 817 093	-	-	8 817 093
Crédito a clientes (Nota 10)	7 020 522	12 127 911	-	19 148 432
	<b>70 363 010</b>	<b>12 127 911</b>	<b>39 434 089</b>	<b>121 925 009</b>
<b>Passivos</b>				
Recursos de clientes e outros empréstimos (Nota 15)	-	-	-	-
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito (Nota 16)	14 287 606	-	-	14 287 606
	<b>14 287 606</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14 287 606</b>
<b>Total</b>	<b>56 075 404</b>	<b>12 127 911</b>	<b>39 434 089</b>	<b>107 637 403</b>

O detalhe dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro em função da data de maturidade ou de refixação em 31 de Dezembro de 2023 e 2022:

(milhares de Kwanzas)

	2023						
	Datas de refixação / Datas de maturidade						
	Até 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
<b>Activos</b>							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais (Nota 4)	27 731 511	-	-	-	-	-	27 731 511
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 5)	14 445 225	-	-	-	-	-	14 445 225
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	-	-	-	-	-	-	-
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 7)	-	-	-	-	-	67 793 499	67 793 499
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	-	-	-	5 515 530	-	-	5 515 530
Crédito a clientes (Nota 10)	6 926 655	2 421 413	16 218	1 361 699	328 277	-	11 054 262
	<b>49 103 392</b>	<b>2 421 413</b>	<b>16 218</b>	<b>6 877 229</b>	<b>328 277</b>	<b>67 793 499</b>	<b>126 540 028</b>
<b>Passivos</b>							
Recursos de clientes e outros empréstimos (Nota 15)	80 049 986	-	1 297 761	8 778 293	-	-	90 126 040
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito (Nota 16)	14 282 557	-	-	-	-	-	14 282 557
	<b>94 332 543</b>	<b>-</b>	<b>1 297 761</b>	<b>8 778 293</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>104 408 597</b>
<b>Exposição líquida</b>	<b>(45 229 151)</b>	<b>2 421 413</b>	<b>(1 281 543)</b>	<b>(1 901 064)</b>	<b>328 277</b>	<b>67 793 499</b>	<b>22 131 431</b>

(milhares de Kwanzas)

	2022						
	Datas de refixação / Datas de maturidade						
	Até 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
<b>Activos</b>							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais (Nota 4)	31 647 928	-	-	-	-	-	31 647 928
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 5)	7 786 161	-	-	-	-	-	7 786 161
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	8 004 510	-	-	-	-	-	8 004 510
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 7)	-	-	-	-	-	46 520 885	46 520 885
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	-	-	-	8 817 093	-	-	8 817 093
Crédito a clientes (Nota 10)	6 926 655	2 421 413	16 218	1 361 699	328 277	-	11 054 262
	<b>54 365 254</b>	<b>2 421 413</b>	<b>16 218</b>	<b>10 178 792</b>	<b>328 277</b>	<b>46 520 885</b>	<b>113 830 839</b>
<b>Passivos</b>							
Recursos de clientes e outros empréstimos (Nota 15)	51 198 116	-	1 297 761	28 182 465	-	-	80 678 342
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito (Nota 16)	14 287 606	-	-	-	-	-	14 287 606
	<b>65 485 721</b>	<b>-</b>	<b>1 297 761</b>	<b>28 182 465</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>94 965 948</b>
<b>Exposição líquida</b>	<b>(11 120 468)</b>	<b>2 421 413</b>	<b>(1 281 543)</b>	<b>(18 003 673)</b>	<b>328 277</b>	<b>46 520 885</b>	<b>18 864 891</b>

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros do Banco, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, bem como os respectivos saldos médios e rendimentos e gastos do exercício:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2023			31.12.2022		
	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média
<b>Aplicações</b>						
Crédito a clientes	25 325 692	3 662 780	14,46%	14 985 528	3 259 664	21,75%
Disponibilidades	20 402 706	-	0,00%	14 849 236	-	0,00%
Carteira de Títulos	41 139 347	9 272 433	22,54%	31 914 248	5 687 922	17,82%
Aplicações interbancárias	4 002 255	213 359	5,33%	9 289 185	798 121	8,59%
<b>Total Aplicações</b>	<b>90 869 999</b>	<b>13 148 572</b>		<b>71 038 197</b>	<b>9 745 707</b>	
<b>Recursos</b>						
Depósitos de clientes	43 921 902	4 920 472	11,20%	18 331 884	2 478 693	13,52%
Operações interbancárias	14 285 081	558 243	3,91%	9 691 824	79 531	0,82%
<b>Passivos financeiros</b>	<b>43 921 902</b>	<b>5 478 715</b>		<b>28 023 708</b>	<b>2 558 224</b>	
<b>Margem Financeira</b>		<b>7 669 857</b>			<b>7 187 483</b>	



A repartição dos activos e passivos financeiros por moeda em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 é detalhada como se segue:

(milhares de Kwanzas)

	2023				
	Kwanzas	Dólares dos Estados Unidos da América	Euros	Outras moedas	Total
<b>Activos</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais (Nota 4)	26 533 610	251 658	945 515	728	27 731 511
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 5)	10 348 192	3 788 529	308 504	-	14 445 225
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	-	-	-	-	-
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 7)	67 793 499	-	-	-	67 793 499
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	5 515 530	-	-	-	5 515 530
Crédito a clientes (Nota 10)	31 734 590	-	-	-	31 734 590
	<b>141 925 422</b>	<b>4 040 187</b>	<b>1 254 019</b>	<b>728</b>	<b>147 220 356</b>
<b>Passivos</b>					
Recursos de clientes e outros empréstimos (Nota 15)	118 149 156	781 229	351 865	-	119 282 250
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito (Nota 16)	9 300 789	1 548	4 980 220	-	14 282 557
	<b>127 449 945</b>	<b>782 778</b>	<b>5 332 084</b>	<b>-</b>	<b>133 564 807</b>

(milhares de Kwanzas)

	2022				
	Kwanzas	Dólares dos Estados Unidos da América	Euros	Outras moedas	Total
<b>Activos</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais (Nota 4)	30 450 027	251 658	945 515	728	31 647 928
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 5)	3 689 128	3 788 529	308 504	-	7 786 161
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	8 004 510	-	-	-	8 004 510
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 7)	46 520 885	-	-	-	46 520 885
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	8 817 093	-	-	-	8 817 093
Crédito a clientes (Nota 10)	18 916 793	-	-	-	18 916 793
	<b>116 398 436</b>	<b>4 040 187</b>	<b>1 254 019</b>	<b>728</b>	<b>121 693 370</b>
<b>Passivos</b>					
Recursos de clientes e outros empréstimos (Nota 15)	78 247 487	781 229	351 865	-	79 380 581
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito (Nota 16)	9 305 838	1 548	4 980 220	-	14 287 606
	<b>87 553 325</b>	<b>782 778</b>	<b>5 332 084</b>	<b>-</b>	<b>93 668 187</b>

**Banco YETU, S.A.**

Torre Maculusso, Piso 2, Rua Frederico Welwitsch, Maculusso, Luanda, Angola | Tel.: (+244) 227 703 900  
[www.bancoYETU.ao](http://www.bancoYETU.ao) | N.º Registo 0066 | Swift Code YETUAOLU | Número de contribuinte: 541728550

## **Risco de Liquidez**

O Banco reporta o risco de liquidez ao Banco Nacional de Angola de acordo com o Aviso nº 08/2022 publicado em 18 de Junho e o instrutivo nº14/2022 publicado em 27 de Setembro De acordo ao referido instrutivo, as instituições financeiras devem remeter ao Banco Nacional de Angola informação individual sobre a distribuição das suas posições do balanço e extrapatrimoniais por bandas temporais através de mapas de liquidez devidamente preenchidos e com os cálculos do rácio de liquidez e de observação.

Deste modo, as instituições financeiras devem remeter, em base individual, os seguintes mapas de liquidez:

- Mapa considerando apenas os fluxos de caixa em todas as moedas;
- Mapa considerando apenas os fluxos de caixa em moeda nacional; e
- Mapa considerando os fluxos de caixa em moedas estrangeiras significativas para as instituições, de forma individual. Uma moeda estrangeira deve ser considerada significativa quando o passivo denominado nesta moeda exceder 5% do passivo total da instituição

De acordo com o referido instrutivo, as instituições financeiras devem manter um rácio de liquidez (razão entre o total dos activos líquidos e as saídas líquidas de caixa) em moeda nacional e para todas as moedas igual ou superior a 100% enquanto o rácio de liquidez em moeda estrangeira não deve ser inferior a 150%.

Os mapas de liquidez em moeda nacional e estrangeira devem ser submetidos ao Banco Nacional de Angola com uma periodicidade quinzenal enquanto o mapa de liquidez que considera os fluxos de caixa em todas as moedas deve ser submetido mensalmente a aquela instituição.

## **Gestão de capital e rácio de solvabilidade**

Durante o ano de 2023 e 2022, e considerando as melhores práticas internacionais, o BNA estabeleceu novas categorias de risco consideradas no cômputo do rácio de solvabilidade regulamentar e redefiniu as características de instrumentos financeiros considerados no apuramento dos fundos próprios regulamentares. Foram publicados novos Avisos e Instrutivos sobre esta matéria que revogaram as anteriores normas regulamentares.

O requisito mínimo dos Rácio de Fundos Próprios Regulamentares (RFPR) antes Rácio de Solvabilidade Regulamentar (RSR) reduziu para 8%, sendo que de acordo com o instrutivo nº 19/2022 de 27 de Outubro, os Fundos Próprios Regulamentares compreendem:

1. Fundos Próprios de Nível 1 (antes Fundos Próprios de Base) que é dada pela soma dos Fundos Próprios Principais de nível 1 e os Fundos Próprios Adicionais de Nível 1 – compreendem (i) o Capital realizado; (ii) reserva e resultados transitados; (iii) resultados do último exercício e do exercício em curso (iv) Outros elementos a deduzir aos FPP1 (Fundos Próprios Principais de Nível 1) (v) Instrumento de fundos próprios elegíveis como FPA 1 (Fundos Próprios Adicionais de Nível 1)

2. Fundos Próprios de Nível 2 (antes Fundos Próprios Complementares) – compreendem (i) acções preferenciais remíveis; (ii) Dívida subordinada (iii) Outros instrumentos de fundos próprios de nível 2 cujas condições de emissão foram previamente aprovadas pelo Banco Nacional de Angola.

O Instrutivo nº12/2022 de 19 de Outubro estabelece que para efeitos de cálculo do Rácio de Fundos Próprios Regulamentares, o excesso verificado no limite de exposição ao risco por cliente constitui requisito para o cálculo do Rácio de Fundos Próprios Regulamentares.

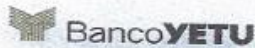
## **34 – Eventos Subsequentes**

### **Lei do Orçamento Geral do Estado 2024 (OGE 2024)**

Com a entrada em vigor do OGE 2024 a 1 de Janeiro de 2024, foi reintroduzido a Contribuição Especial sobre as Operações Cambiais (CEOC), que incide sobre as transferências efectuadas no âmbito dos contratos de prestação de serviços de assistência técnica, consultoria e de gestão, operações de capitais e transferências unilaterais, sendo a base de cálculo o montante em moeda nacional da transferência, tributada para as pessoas singulares a uma taxa de 2,5% e para as pessoas colectivas a uma taxa de 10%. A contribuição especial será suportada pelas pessoas singulares e colectivas de direito privado e as empresas públicas com domicílio ou sede em território nacional que requeiram junto de uma instituição financeira a realização de transferência sujeitas à mesma. A responsabilidade da entrega ao Estado desta Contribuição Especial recai sobre as instituições financeiras.

Até ao momento não temos conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos posteriores a 31 de Dezembro de 2023 que justifiquem ajustamentos ou divulgação adicional nas Notas às demonstrações financeiras.

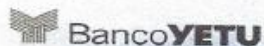
## 23. Parecer do Conselho Fiscal



### PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2023

1. Dando cumprimento ao mandato que V. Ex<sup>as</sup>. nos conferiram e em conformidade com as disposições legais em vigor no país, nomeadamente da Lei nº 1/04, de 13 de Fevereiro de 2004, das Sociedades Comerciais, bem como os Estatutos do Banco YETU, S.A, submetemos à apreciação de V. Ex<sup>as</sup> o parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2023.
2. As Demonstrações Financeiras compreendem o Balanço que evidencia um total de Activo de mAOA 174 922 780,72, Passivo de mAOA 141 598 668,58, os Capitais Próprios no montante de mAOA 33 324 112,14 incluindo um resultado líquido do exercício de mAOA 7 741 435,97, a Demonstração de Resultados, a Mutação nos Fundos Próprios e o Fluxo de Caixa reportados naquela data, e as respectivas Notas Anexas.
3. O Conselho Fiscal acompanhou a actividade desenvolvida pelo Banco durante o exercício económico findo em 31 de Dezembro de 2023, procedeu ao exame das Demonstrações Financeiras, obteve todas as informações e esclarecimentos que se julgaram pertinentes.
4. A actividade do Banco YETU, S.A, relativamente ao exercício económico de 2023, caracterizou-se, por uma estratégia de crescimento do banco, fazendo assim maiores investimentos.
5. As demonstrações financeiras do Banco no exercício de 2023 foram reportadas de acordo as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS nos termos do Aviso n.º 5/2019 de 30 de Agosto, do Banco Nacional de Angola. As IFRS incluem as normas contabilísticas, emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC"), e em vigor desde 1 de Janeiro de 2022.
6. Não tomámos conhecimento de qualquer outra situação ou deliberação que fosse contrária às normas em vigor e que possam pôr em causa a razoabilidade das Demonstrações Financeiras apresentadas.

1



O Conselho Fiscal tomou conhecimento do Relatório do auditor externo às contas de 2023 do Banco YETU, S.A, no qual é emitido um parecer com uma (1) ênfase, sobre a revisão da política contabilística relativa a reavaliação cambial dos seus activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira, entendendo que a taxa de referência a ser utilizada deverá ser a taxa de câmbio divulgada pela Bloomberg à data do balanço, em conformidade com a IAS 21. Acrescido a ênfase o auditor no capítulo das outras matérias realça também dois pontos importantes, sendo o primeiro sobre as contas referente ao exercício anterior serem auditadas por outro auditor, o qual emitiu uma opinião sem reservas e sem ênfases, e segundo sobre a possibilidade da AGT e o INSS dentro dos prazos legais reverem as questões fiscais e parafiscais do Banco podendo daí resultar, devido a diferentes interpretações, eventuais correcções de natureza fiscal e parafiscal.

#### PARECER

7. Com base no exposto, é nossa opinião que as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023, traduzem, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição Financeira e Patrimonial do Banco YETU, S.A. e o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, podendo ser submetidas à Assembleia Geral, visando a sua aprovação.

Luanda, 03 de Abril de 2024.

#### CONSELHO FISCAL

**Audiconta Lda**  
Representada:  
**Victor Fabrisio**  
Presidente

**Maria Imaculada V.**  
**Domingos**  
Vogal

**Osvaldo da Silva**  
**Domingos**  
Vogal



## 24. Parecer do Auditor Externo

**UHY** A. PAREDES E ASSOCIADOS - ANGOLA  
Auditores e Consultores, S.A.

Rua Comandante Stona, nº. 59/61  
LUANDA – REPÚBLICA DE ANGOLA  
Telemóvel: +244 929 349 211  
Telefone: +244 227 286 319  
Email: [aparedes@uhyangola.com](mailto:aparedes@uhyangola.com)  
Web site : [www.uhyangola.com](http://www.uhyangola.com)

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos accionistas do Banco Yetu, S.A.

#### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

##### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Yetu S.A., que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2023 que evidencia um total de 174 922 781 milhares de Kwanzas e um total de capital próprio de 33 324 112 milhares de Kwanzas, incluindo um resultado líquido de 7 741 436 milhares de Kwanzas, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da Banco Yetu, S.A. em 31 de Dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola.

##### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Banco Yetu nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

1 

#### Ênfases

1. Conforme divulgado na política contabilística “Nota 2.3. Transacções em moeda estrangeira”, ao longo dos últimos anos, o Banco tem vindo a reavaliar os seus activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira com referência à taxa de câmbio indicativa publicada pelo BNA no último dia de relato. No entanto, o Banco procedeu à revisão da sua política contabilística relativa à reavaliação cambial dos seus activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira, e em consulta à norma IAS 21, entende que a taxa de referência a ser utilizada deverá ser a taxa de câmbio divulgada pela Bloomberg à data do balanço. Adicionalmente, o Banco efectuou uma avaliação comparativa face a taxa de referência usada nos exercícios anteriores e concluiu que não haveriam impactos materiais.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

#### Outras matérias

1. As demonstrações financeiras do Banco Yetu S.A., em 31 de Dezembro de 2022, apresentadas para efeitos, comparativos, foram objecto de relatório de auditoria por outro auditor, na data de 20 de Março de 2023, que incluía uma opinião sem reservas e sem ênfases.
2. As autoridades fiscais e económicas, bem como os inspectores do Instituto Nacional de Segurança Social, têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de 5 anos (10 anos para a Segurança Social), podendo daí resultar, devido a diferentes interpretações, eventuais correcções de natureza fiscal e às contribuições para a Segurança Social. O Conselho de Administração tem cumprido todas as suas obrigações fiscais, não esperando, assim, reclamações materiais sobre as suas contas.

#### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem, de forma apropriada, a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS);
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

*UHY*



O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria e as conclusões significativas da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, excepto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

#### RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

##### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorrecções materiais.

Luanda, 03 de Abril de 2024

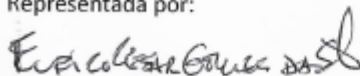
**UHY – A. PAREDES E ASSOCIADOS – ANGOLA**

**AUDITORES E CONSULTORES, S.A.**

*Inscrita na Lista da ORDEM DOS CONTABILISTAS E PERITOS CONTABILISTAS DE ANGOLA (OCPCA) Nº E20170009*

*Registada como Auditor Externo na COMISSÃO DO MERCADO DE CAPITAIS (CMC) Nº 001/AE/CMC/08-2018*

Representada por:



Eurico César Gomes da Silva

Perito Contabilista nº. 20120074

UHY - A. PAREDES E  
ASSOCIADOS - ANGOLA  
AUDITORES E CONSULTORES, S.A  
RUA COMANDANTE STONA, Nº 59/61  
CONTRIB. 5401095465  
LUANDA - ANGOLA